

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE
EMPRESAS
CENTRO DE FORMAÇÃO ACADÊMICA E DE PESQUISA
CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Políticas públicas tributárias municipais: o caso da Secretaria de Finanças da Prefeitura do Recife no período de 2005 a 2008.

Elísio Soares de Carvalho Júnior

Rio de Janeiro

2012

Elísio Soares de Carvalho Júnior

Políticas públicas tributárias municipais: o caso da Secretaria de Finanças da Prefeitura do Recife no período de 2005 a 2008.

Dissertação apresentada à Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas – EBAPE da Fundação Getúlio Vargas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

Professor orientador: Rafael Goldszmidt, Dr.

Professor coorientador: Roberto Pimenta, Dr.

Rio de Janeiro

2012

Carvalho Júnior, Elísio Soares de

Políticas públicas tributárias municipais : o caso da Secretaria de Finanças da Prefeitura do Recife no período de 2005 a 2008 / Elísio Soares de Carvalho Júnior. – 2012.

154 f.

Dissertação (mestrado) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa.

Orientador: Rafael Goldszmidt.

Coorientador: Roberto Pimenta.

Inclui bibliografia.

1. Finanças públicas. 2. Política tributária. I. Goldszmidt, Rafael. II. Pimenta, Roberto Antonio. III. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa. IV. Título.

CDD – 336.3



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

ELISIO SOARES DE CARVALHO JUNIOR

**POLÍTICAS PÚBLICAS TRIBUTÁRIAS MUNICIPAIS: O CASO DA
SECRETARIA DE FINANÇAS DA PREFEITURA DO RECIFE NO PERÍODO
DE 2005 A 2008**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Administração Pública da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas para obtenção do grau de Mestre em Administração Pública.

Data da defesa: 03/12/2012

Aprovada em:

ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA

Rafael Guilherme Burstein Goldszmidt
Orientador(a)

Roberto da Costa Pimenta
Co-Orientador(a)

Elaine Maria Tavares Rodrigues

Joaquim Rubens Fontes Filho

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela oportunidade permanente de aprendizado.

Aos meus pais Cleide e Elísio (*in memoriam*) por desde cedo terem me ensinado o caminho que deveria andar, incentivado aos estudos, à formação do caráter, personalidade e à busca por Deus.

A minha esposa, Suzana, pela compreensão e apoio incondicional, mesmo quando minha ausência era necessária.

Aos meus filhos Laura, Luíza, Hugo (*in memoriam*), Gabriel, e minha enteada Maria Clara, que souberam compreender minha ausência nas horas de lazer e ainda deram forças para vencer os obstáculos que surgiram durante minha caminhada.

Ao professor Istvan Kasznar, que no primeiro momento depositou crédito na minha pessoa e impulso para que desenvolvesse esse tema na dissertação. Ao Professor Vicente Riccio, o qual inicialmente conduziu os trabalhos de orientação. Aos Professores Rafael Goldszmidt e Roberto Pimenta, orientador e co-orientador do projeto, respectivamente. Ao Professor Roberto Pimenta, minha especial gratidão pela forma como conduziu o trabalho com cordialidade, respeito, profissionalismo e muita compreensão das dificuldades por mim encontradas. Aos Professores que gentilmente aceitaram o convite para banca examinadora e enriqueceram com suas observações este estudo.

À Secretaria de Finanças da Prefeitura do Recife, à Escola de Contas Professor Barreto Guimarães e ao Tribunal de Contas de Pernambuco e seus dirigentes, pela parceria com uma das melhores escolas de Administração do país, a FGV, o que viabilizou esse Curso de Mestrado.

Um agradecimento particular aos amigos e colegas de trabalho João Antônio Victor Araújo e Fábio Henrique de Sousa Macedo que com suas colaborações, inteligências e dedicação à coisa pública, tornaram possível à época, a elaboração de grande parte dessas políticas públicas aqui apresentadas.

Aos colegas da turma de Mestrado em Administração Pública, e aos professores da Fundação Getúlio Vargas por momentos enriquecedores e de grande prazer, proporcionados por debates

de alto nível. Em especial aos Professores Fernando Tenório e Sônia Fleury, pessoas realmente especiais na arte da vida e do ensino.

Aos colegas da Secretaria de Finanças da Prefeitura do Recife que colaboraram com essa empreitada que colaboraram na coleta de dados.

Ao então Prefeito da cidade do Recife, hoje Deputado Federal por Pernambuco, João Paulo Lima e Silva, pela confiança depositada em minha pessoa, pela oportunidade de ocupar função pública de tamanha relevância, o que viabilizou a implantação das políticas públicas aqui analisadas; pela leveza na liderança que permitiram aflorar ideias inovadoras, força e motivação para o trabalho.

A todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a realização da presente dissertação.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo principal analisar a experiência vivenciada na secretaria de Finanças da Prefeitura do Recife - SEFIN, entre os anos de 2005 e 2008, na área de políticas públicas tributárias municipais. Foram políticas públicas elaboradas e concretizadas por intermédio de projetos de lei, decretos e portarias, além de ações entre os diversos atores da SEFIN, que tiveram por objetivo estratégico atender à demanda dos segmentos empresariais por diminuição de carga tributária municipal, sem ferir aos limites legais impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF e pela Constituição da República Federativa do Brasil –CF. Pode-se perceber uma nova prática nas tratativas com a sociedade, principalmente por ser uma área tão árida quanto a de tributos. Por intermédio da escuta, diálogo e interação com alguns segmentos, construiu-se uma saída viável do ponto de vista legal e econômico, para as questões levantadas pelos diversos setores demandantes. Fez-se também uma análise do ponto de vista gerencial da secretaria na busca por uma mudança, tanto interna quanto externa, de relacionamento entre os atores envolvidos no processo negocial. Buscou-se como referencial teórico do tema, o contexto da discussão sobre políticas públicas no Brasil, o federalismo brasileiro, a busca pelo desenvolvimento endógeno local, a Guerra Fiscal, a Reforma Tributária no Brasil e a questão da gestão na administração pública. Uma análise das ações tomadas para dar à estrutura da SEFIN um caráter mais gerencial, sem perder de vista a busca de uma gestão com viés também societal, e a busca pelo uso de inovação na administração pública brasileira. Concluiu-se com uma série de recomendações aos interessados no estudo, das medidas e dos cuidados que se avaliam necessários tomar, para aqueles que buscam nesse estudo, conhecer as estratégias utilizadas para atingir aos objetivos propostos. Finalmente, uma crítica ao desenvolvimento das tecnologias e leis no sentido de aumento da arrecadação, em detrimento de uma verdadeira revolução, até certo ponto ainda silenciosa, do que precisa ser feito em relação à despesa pública no Brasil. Mas isso, com certeza, já será tema para outros estudos a esse respeito.

PALAVRAS-CHAVE: Finanças públicas; Políticas públicas tributárias municipais.

ABSTRACT

This work has as main objective to analyze their experience in the Finance department of the Municipality of Recife - SEFIN, between the years 2005 and 2008 in the area of municipal tax policies. Policies were developed and implemented through bills, decrees and ordinances, and actions among various actors SEFIN, which aimed to meet the demands of strategic enterprise segments decreased by municipal taxes without hurting the legal limits imposed by the Fiscal Responsibility Law - LRF and the Constitution of the Federative Republic of Brazil-CF. One can see a new practice in dealings with the company, mainly because it is an area as arid as the tax. Through listening, dialogue and interaction with some segments, we constructed a viable exit from the standpoint of legal and economic, to the issues raised by the various demanding industries. There was also an analysis of the managerial point of view of the office in search of a change, both internal and external relationship between the actors involved in the negotiation process. Was sought as a theoretical theme, the context of the discussion of public policy in Brazil, Brazilian federalism, the search for endogenous development site, the War Tax, Tax Reform in Brazil and the issue of management in public administration. An analysis of the actions taken to give the structure a more managerial SEFIN, without losing sight of the pursuit of a well managed with societal bias, and the search through the use of innovation in Brazilian public administration. We conclude with a series of recommendations to stakeholders in the study, measures and evaluates care needed to take it, for those who seek this study, know the strategies used to achieve the proposed objectives. Finally, a critique of the development of technologies and laws in order to increase revenues at the expense of a revolution to some extent still silent, what needs to be done in relation to public expenditure in Brazil. But this, surely, is subject for further studies in this regard.

KEYWORDS: Public Finance, Public Policy municipal tax.

LISTA DE SIGLAS

ABRASF	Associação Brasileira de Secretarias de Finanças das Capitais
APLs	Arranjos Produtivos Locais
ATM	Auditor do Tesouro Municipal
CDU	Conselho de Desenvolvimento Urbano
CF	Constituição da República Federativa do Brasil
CORE	Conselho Federal de Representantes Comerciais
DATAPREV	Empresa de Processamento de dados da Previdência Social
DGAT	Diretoria Geral de Administração Tributária da SEFIN
EMPREL	Empresa Municipal de Processamento Eletrônico de dados
GSMF	Gratificação de Superação de Metas Fiscais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e outros Serviços
IPVA	Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ISS	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
ITBI	Imposto sobre Transmissão de Bens Inter-vivos
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar 101/2000
NFS-e	Nota Fiscal de Serviços eletrônica
OP	Orçamento Participativo
OS	Organização Social
PEC	Projeto de Emenda Constitucional
SEFIN	Secretaria de Finanças da Prefeitura do Recife
TCE	Tribunal de Contas do Estado

TABELAS

Tabela 1 - Receita total do ISS.....	62
Tabela 2 - Porto Digital.....	63
Tabela 3 - Intermediação e Corretagem.....	63
Tabela 4 - Representação Comercial.....	63
Tabela 5 - Porto Digital.....	64
Tabela 6 - Intermediação e Corretagem.....	64
Tabela 7 - Representação Comercial.....	64
Tabela 8 - Hospitais/Educação/ <i>Home Care</i>	65
Tabela 9 - Impacto redução juros e multas de mora.....	66
Tabela 10 - Laboratórios.....	67
Tabela 11 - Remissão do Prefis.....	67
Tabela 12 - <i>Call Center</i>	68
Tabela 13 - Cartões de crédito.....	68
Tabela 14 - NFS-e.....	69
Tabela 15 - ISS comparativo.....	70
Tabela 16 - Receitas Prefeitura 2008-2011.....	70

ILUSTRAÇÕES

Organograma 1 - Secretaria de Finanças da Prefeitura do Recife.....	44
Gráfico 1 - ISS NFS-e.....	69
Gráfico 2 - ISS Total x ISS NFS-e.....	69
Gráfico 3 - Dados Gerais do Porto Digital / 191 Empresas.....	72
Gráfico 4 - Dados Gerais do Porto Digital/ Empresas-Ano de fundação.....	73

ANEXOS

ANEXO A	Lei nº 17.174/2005. Ementa: Institui o programa de geração de empregos e incremento de arrecadação, vinculados ao Plano de Revitalização da Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural 09 - Sítio Histórico do Bairro do Recife
ANEXO B	Decreto nº 21.760 de 03 de Março de 2006. Ementa: Regulamenta a Lei nº 17.174 de 30 de Dezembro de 2005
ANEXO C	Portaria nº 020 de 21 de Março de 2006
ANEXO D	Portaria nº 026 de 05 de Abril de 2006
ANEXO E	Lei nº 17.193/2006. Ementa: Institui o programa de incremento da receita tributária mediante a concessão de benefícios fiscais condicionados ao recolhimento tributário e à regularidade fiscal
ANEXO F	Decreto nº 21.844 de 30 de Março de 2006. Ementa: Regulamenta a Lei nº 17.193 de 30 de Março de 2006
ANEXO G	Portaria nº 027 de 05 de Abril de 2006
ANEXO H	Lei nº 17.237/2006. Ementa: Institui o programa de incremento da receita tributária mediante a concessão de benefícios fiscais
ANEXO I	Decreto nº 22.124 de 21 de Julho de 2006. Ementa: Regulamenta a Lei nº 17.237 de 06 de Julho de 2006
ANEXO J	Portaria nº 023/2007, 27 de Abril de 2007
ANEXO K	Lei nº 17.240 /2006. Ementa: Introduz alterações nas Leis 15.563 de 27 de Dezembro de 1991 e institui o programa de recuperação fiscal para as clínicas, prontos-socorros e sociedades organizadas sob a forma de cooperativa e o município do Recife
ANEXO L	Decreto nº 22.501 de 13 de Dezembro de 2006. Ementa: Regulamenta a Lei nº 17.240 de 07 de Julho de 2006
ANEXO M	Lei nº 17.244/2006. Ementa: Institui o programa de incentivo ao Porto Digital mediante a concessão de benefícios fiscais condicionados
ANEXO N	Decreto nº 22.449 de 27 de Novembro de 2006. Ementa: Regulamenta a Lei nº 17.244 de 27 de Julho de 2006
ANEXO O	Portaria nº 017 de 09 de Abril de 2007

ANEXO P	Portaria nº 089/2007 de 19 de Junho de 2007
ANEXO Q	Lei nº 17.282/2006 Ementa: Altera a alíquota do ISSQN para os prestadores de serviço de ensino regular pré-escolar, fundamental e médio, previstos no subitem 8.01 do Art. 102 da Lei nº 15.563 de 27 de Dezembro de 1991
ANEXO R	Lei nº 17.283/2006. Ementa: Introdz modificações na Lei nº 15.563/91
ANEXO S	Portaria nº 007 de 12 de Fevereiro de 2007
ANEXO T	Lei nº 17.285/2006. Ementa: Concede benefícios fiscais aos contribuintes do Município alterando a Lei nº 15.563/91
ANEXO U	Lei nº 17.372/2007. Ementa: Introdz modificações na Lei nº 15.563 de 27 de dezembro de 1991
ANEXO V	Lei nº 17.373/2007. Ementa: Introdz modificações na Lei 15.563/91
ANEXO W	Lei nº 17.374/2007. Ementa: Institui o programa de incremento da receita tributária mediante a concessão de benefícios fiscais
ANEXO X	Decreto nº 23.389 de 07 de Janeiro de 2008. Ementa: Regulamenta a Lei nº 17.374 de 08 de Novembro de 2007
ANEXO Y	Portaria nº 011 de 25 de Fevereiro de 2008 - SEFIN
ANEXO Z	Lei nº 17.375/2007. Ementa: Concede benefícios fiscais condicionados aos contribuintes do município que prestem serviços de assistência e internação domiciliar
ANEXO AA	Decreto nº 23.373 de 21 de Dezembro de 2007. Ementa: Regulamenta a Lei nº 17.375, de 08 de Novembro de 2007
ANEXO AB	Lei nº 17.380/2007. Ementa: Concede benefícios fiscais condicionados aos contribuintes que prestem serviços de armazenamento em câmara frigorífica
ANEXO AC	Decreto nº 23.372 de 21 de dezembro de 2007. Ementa: Regulamenta a Lei nº 17.380 de 12 de Novembro de 2007
ANEXO AD	Lei nº 17.407/2008. Ementa: Institui a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica
ANEXO AE	Lei nº 17.408/2008. Ementa: Dispõe sobre a geração e utilização de créditos tributários para tomadores de serviços por meio do uso da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e
ANEXO AF	Decreto nº 23.675 de 30 de maio de 2008. Ementa: regulamenta a Lei 17.407 de 02 de janeiro de 2008, que institui a Nota Fiscal Eletrônica de

Serviços, NFS-e e a Lei nº 17.408 de 20 de Março de 2008, que dispõe sobre a geração e utilização de créditos tributários para tomadores de serviço

- ANEXO AG** Decreto nº 24.093 de 05 de novembro 2008. Ementa: Regulamenta o preenchimento da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica, NFS-e, instituída pela Lei nº 17.407 de 02 de janeiro de 2008
- ANEXO AH** Portaria nº 012 de 03 de março de 2008 – SEFIN
- ANEXO AI** Portaria nº 012 de 03 de março de 2008 – SEFIN
- ANEXO AJ** Portaria nº 012 de 03 de março de 2008 – SEFIN
- ANEXO AK** Portaria nº 048 de 14 de Julho de 2008
- ANEXO AL** Lei nº 17.239/2006. Ementa: Dispõe sobre remuneração e vantagens dos servidores públicos municipais, criação de cargos comissionados e instituição de mecanismos de melhoria da produtividade e incremento da arrecadação
- ANEXO AM** Lei nº 17.108/2005. Ementa: Dispõe sobre a adequação da estrutura da administração direta e indireta do município do Recife às novas diretrizes administrativas e consolida atribuições
- ANEXO AN** Decreto nº 21.210 de 29 de Julho de 2005. Regulamente a Lei nº 17.108/2005
- ANEXO AO** Decreto nº 22.148 de 02 de Agosto de 2006. Ementa: Regulamenta a criação e a extinção dos cargos comissionados contidos no Art. 53 da Lei nº 17.239/2006

SUMÁRIO

1 O PROBLEMA	15
1.1 INTRODUÇÃO.....	15
1.2 OBJETIVO FINAL	16
1.3 OBJETIVOS INTERMEDIÁRIOS	17
1.4 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO	17
1.5 RELEVÂNCIA DO ESTUDO	18
2 METODOLOGIA	20
2.1 TIPO DE PESQUISA	20
2.2 COLETA DE DADOS	21
2.3 TRATAMENTO DE DADOS	21
2.4 LIMITAÇÕES DO MÉTODO	22
3 REFERENCIAL TEÓRICO	23
3.1 FEDERALISMO BRASILEIRO	23
3.2 GUERRA FISCAL	25
3.3 REFORMA TRIBUTÁRIA	27
3.4 POLÍTICAS PÚBLICAS	28
3.5 DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO	32
3.6 GESTÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: VISÃO GERENCIAL VERSUS VISÃO SOCIETAL	35
4 O CASO DA SECRETARIA DE FINANÇAS DA PREFEITURA DO RECIFE	42
4.1 POLÍTICA PARA <i>CALL CENTERS</i> - LEI 17.174 DE 30.12.2005.....	50
4.2 POLÍTICA PARA CARTÕES DE CRÉDITO - LEI 17.193 DE 30.12.2005.....	51
4.3 POLÍTICA PARA AGENCIAMENTO E CORRETAGEM - LEI 17.237 DE 07.07.2006.....	52
4.4 POLÍTICA PARA AUMENTO ARRECADAÇÃO – GSMF - LEI 17.239 DE 07.07.2006.....	53
4.5 POLÍTICA PARA CLÍNICAS, PRONTOS-SOCORROS, COOPERATIVAS - LEI 17.240 DE 07.07.2006	54
4.6 POLÍTICA PARA PORTO DIGITAL, INFORMÁTICA - LEI 17.244 DE 29.07.2006.....	55
4.7 POLÍTICA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL - LEI 17.282 DE 22.12.2006	55
4.8 POLÍTICA PARA AS COOPERATIVAS MÉDICAS - LEI 17.283 DE 22.12.2006	56
4.9 POLÍTICA PARA IPTU HOTÉIS - LEI 17.285 DE 22.12.2006.....	57
4.10 POLÍTICA PARA REDUÇÃO JUROS E MULTA DE MORA - LEI 17.373/LEI 17.372 / 08.11.2007	58
4.11 POLÍTICA PARA OS REPRESENTANTES COMERCIAIS - LEI 17.374 DE 08.11.2007	59
4.12 POLÍTICA PARA EMPRESAS DE <i>HOME CARE</i> (HOSPITAL EM CASA) - LEI 17.375/08.11.2007 ..	59
4.13 POLÍTICA PARA EMISSÃO DE NFS-E - LEIS 17.407 E 17.408 DE 02.01.2008	60
5 ANÁLISE DOS RESULTADOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ADOTADAS	62
5.1 CRIAÇÃO DE EMPREGOS NO PORTO DIGITAL	72
6 CONCLUSÃO	74
REFERÊNCIAS	78
ANEXOS	82

1 O PROBLEMA

1.1 Introdução

O presente trabalho consiste na análise da experiência vivenciada na SEFIN, no período transcorrido entre os anos de 2005 e 2008, no tocante à formulação e implantação de políticas públicas tributárias na área municipal.

O objetivo era atender a demanda da sociedade civil organizada na figura de segmentos empresariais que solicitavam à prefeitura do Recife redução de carga tributária. No entanto, encontravam-se limites para o atendimento dos pleitos nas barreiras prescritas na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF e na Constituição da República Federativa do Brasil – CF.

O perigo iminente que ocorria era o de evasão dessas empresas para outros municípios vizinhos que faziam guerra fiscal contra o município do Recife.

A SEFIN utilizou-se de estratégias de inovação, adotadas para se conseguir adequar aos limites legais impostos. Começou a construir uma verdadeira engenharia tributária no sentido de atender às demandas dos segmentos empresariais, sem ferir aos ditames legais, mantendo essas empresas no município e evitando, portanto, sua evasão para municípios vizinhos, o que poderia gerar perdas de arrecadação e postos de trabalho.

A experiência se deu sob o comando do então prefeito da cidade, o Sr. João Paulo Lima e Silva (eleito para governar a cidade entre os anos de 2001 a 2004 e reeleito para o período de 2005 a 2008). O prefeito se diz um socialista por visão de mundo.

Logo nos primeiros meses da gestão, o Prefeito orientou à Secretaria de Finanças para que recebesse os representantes dos segmentos econômicos da sociedade que pleiteavam redução de carga tributária, pelos mais diversos motivos. Entretanto, estava-se ciente de que buscavam redução de custos através da diminuição de impostos (forma clássica de pressão empresarial, principalmente no Brasil). Estava ali, posto o problema. Como conciliar a reivindicação dos empresários, sem ferir os cofres públicos e aos limites legais impostos, com os interesses da governança municipal em mantê-los em seu território?

Começou-se por ouvir os empresários, segmento a segmento, dando-se preferência aos Arranjos Produtivos Locais (APLs). Esses arranjos produtivos ou *clusters* se formavam sempre em torno de atividades produtivas e de grande interesse econômico para a

sociedade local. Foram recebidos na tentativa de se entender suas necessidades, preocupações e até mesmo sugestões.

Segundo Castanhar (2006, p.330) “[...] o apoio ao desenvolvimento e criação de novas APLs, dependem crucialmente da existência de políticas públicas eficazes e específicas para esse fim”.

Foram recebidos diversos setores representados por suas lideranças, sejam sindicais ou de associações de classe. Desse trabalho resultaram aproximadamente 13 (treze) leis que foram enviadas à Câmara Municipal pelo executivo e que compuseram o cabedal legal das políticas implantadas na gestão nas mais diversas áreas, as quais se descreverão no decorrer do trabalho.

Preferiu-se discorrer sobre quais estratégias foram adotadas para cada demanda, explicitando as dificuldades e êxitos obtidos em cada uma delas, num encadeamento de ações, desde a preparação, coleta e análise dos dados. Ao final, apresenta-se uma sequência de sugestões para o leitor pesquisador que queira entender como se deu a efetivação das escolhas públicas.

De acordo com Tenório¹ (2008), “pode-se definir uma política pública como uma ação do Estado na sociedade, atendendo necessidade da sociedade ou a uma percepção do governante”.

Discorreu-se, portanto, nessa dissertação, como se deu a percepção governamental do problema e a construção dessas políticas aliadas às necessidades apresentadas por esses segmentos sociais.

1.2 Objetivo final

Essa dissertação tem por objetivo principal analisar o caso da SEFIN, seus efeitos sobre a arrecadação própria da Prefeitura do Recife, quando da implantação de políticas públicas de desoneração de impostos (ISS) de determinados segmentos econômicos, como também a manutenção dessas atividades na cidade. Utilizou-se para isso uma avaliação da

¹ Decorrente de observações feitas pelo Professor Fernando Tenório, durante as aulas do curso de Gestão Pública da Faculdade Getúlio Vargas.

Câmara Municipal da cidade, que tem como um dos objetivos, fiscalizar e referendar, ou não, com apoio do TCE - Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, as contas do executivo.

Além disso, quis-se avaliar se para alguns desses segmentos econômicos, essas políticas foram desenvolvimentistas ao ponto de criarem empregos. A análise da gestão da secretaria quanto à relação com a sociedade para o alcance desses objetivos também foi feita, comparando-se a busca por uma gestão gerencial sem perder de vista, no entanto, o viés societal.

Para tanto, estabeleceram-se algumas questões para análise:

- a) As políticas adotadas no período de 2005 a 2008 pela Secretaria de Finanças da Prefeitura geraram um aumento ou diminuição da arrecadação do ISS em anos posteriores nos segmentos econômicos atendidos?
- b) As políticas adotadas, em relação a alguns segmentos econômicos, trouxeram como resultado a geração de empregos na cidade?
- c) É possível a busca por uma gestão com viés mais societal, mesmo se utilizando de instrumentos da gestão gerencial?

1.3 Objetivos intermediários

- a) Levantar os valores arrecadados para alguns segmentos econômicos selecionados, antes e depois da implantação das leis, decretos e portarias;
- b) Levantar dados sobre a criação de empregos por alguns segmentos atingidos pelas políticas adotadas;
- c) Analisar se as ações tomadas na busca por uma gestão mais moderna, do ponto de vista gerencial (racionalidade instrumental), se distanciaram ou não de uma visão mais voltada para um viés societal.

1.4 Delimitação do estudo

O presente estudo pretende discorrer acerca das políticas públicas adotadas na SEFIN, entre os anos de 2005 e 2008. No decorrer dessa descrição, analisa-se se essas

políticas trouxeram resultados positivos do ponto de vista arrecadatário para os cofres públicos municipais. Para isso, foram elencadas alguns leis e decretos que serviram de base para análise dessas políticas aplicadas, extensivos os seus resultados até o ano de 2012.

O estudo ficou restrito a alguns setores selecionados, pois do contrário teríamos uma gama imensa de informações a serem analisadas, correndo o perigo não interessante de perda de foco para o estudo, que é a descrição das estratégias utilizadas.

No mais, o próprio crescimento econômico que vem experimentando o Nordeste, principalmente Pernambuco, com a atração de investimentos públicos e privados vultosos, também não foi analisado com maior profundidade. Isso refletiu na cadeia produtiva local da cidade do Recife, que tem vocação e infraestrutura para atender a demanda gerada por prestações de serviços mais especializadas e em maior quantidade.

A criação de empregos e geração de renda por algumas das políticas adotadas foi analisada sob a escolha de alguns segmentos econômicos importantes para região. Um deles é o atendimento remoto (*Call Centers*), o outro é o Porto Digital. Isso porque, à época, observou-se que o maior benefício da lei seria não somente a elevação da arrecadação do ISS para esses setores, mas a atração de novos postos de trabalho, principalmente primeiro emprego para os jovens, abertura de vagas para os deficientes físicos e pessoas com mais de 40 anos, que buscavam inserção no mercado de trabalho.

O período de avaliação dos resultados não ficou limitado à implantação das leis (2005 a 2008), pois seus reflexos sobre a arrecadação só se deram nos anos posteriores. Para tanto, alguns levantamentos variam até o ano de 2012, assim também a observação da criação de empregos.

1.5 Relevância do estudo

Estudo realizado por Giambiagi e Além (2000) identifica como sendo três os problemas existentes no atual Sistema Tributário brasileiro: (1) elevada carga tributária, principalmente quando comparada com países de renda média, como é o caso do Brasil; (2) não equânime e regressivo – em razão da supremacia dos impostos sobre o consumo em relação aos impostos sobre a renda e o patrimônio, o que tende a tornar a carga suportada por aqueles com renda mais baixa maior que a suportada pelos de renda mais alta –

principalmente em razão da alta concentração de renda no Brasil; e (3) cumulativo – prejudicando a competitividade dos produtos brasileiros no exterior (o ISS é um bom exemplo de imposto cumulativo), já que a existência de impostos com essa característica não permite a completa desoneração das exportações, fazendo com que os tributos estejam embutidos no preço dos produtos exportados, o que termina tornando-os mais caros e diminuindo a competitividade do País.

Dessa forma, o tema da presente dissertação se torna de interesse, pois traz a análise de uma estratégia municipal como alternativa na busca por maior justiça fiscal, analisando ações governamentais que busquem não somente o aumento da arrecadação, mas também efeitos para-fiscais dos tributos. Como exemplo, citaria a criação de empregos e geração de renda, bem como, via desoneração fiscal, a busca pela viabilidade de certas atividades econômicas no contexto competitivo mundial.

Partiu-se da premissa de que para o setor privado tudo é possível, desde que não vetado em Lei. Para o setor público, só é permitido fazer aquilo que está previsto em Lei. Até mesmo para proteger o erário público, há um cabedal de leis (LRF, por exemplo) que norteiam as ações dos gestores públicos. Torna-se interessante o presente estudo pelo ponto de vista da busca de soluções na área tributária, que permitam flexibilizar a ação pública no atendimento de interesses público e privados sem ferir esses saudáveis entraves jurídicos contrários, limitantes à sua execução. Parte do corpo de auditores da própria Prefeitura olhava com desconfiança a implantação dessas políticas, com receio de que se pudesse ter uma perda de arrecadação significativa, pela diminuição de alíquotas em setores já consolidados, como por exemplo, o polo médico. Nesse sentido o resultado desse estudo contribuiu também para avaliar possíveis mudanças na cultura organizacional.

O estudo se faz interessante para aqueles estudiosos das finanças públicas que buscam alternativas à geração de receitas próprias dentro do intrincado cabedal de leis que muitas vezes limitam em excesso, mas não inviabilizam o uso da criatividade e inovação na área pública.

2 METODOLOGIA

2.1 Tipo de pesquisa

A utilização do estudo de caso foi o método científico escolhido para que se fizesse uma descrição da vivência, um relato de fatos ocorridos, com projeto, preparação, coleta, análise dos resultados. Fez-se também de maneira indutiva para o caso em questão, um comparativo antes-depois da aplicação das ações que se desejava investigar, se produziram ou não os resultados esperados.

Segundo Yin (2010, p. 38, *apud* Schramm, 1971) “[...] a essência de um estudo de caso, a tendência central entre todos os tipos de estudo de caso, é que ele tenta iluminar uma decisão ou um conjunto de decisões: por que elas são tomadas, como elas são implementadas e com que resultado”.

Ainda segundo Yin (2010, p.39), “O estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes”.

O mesmo autor também lembra que a escolha sobre o método de estudo de caso é preferido no exame dos eventos contemporâneos, mas quando os comportamentos relevantes não podem ser manipulados.

No presente trabalho, utilizou-se a taxionomia proposta por Vergara (2008), que considera os tipos de pesquisa quanto aos fins e quanto aos meios. Quanto aos fins, a pesquisa foi descritiva.

Relativamente aos meios, a pesquisa foi documental, bibliográfica e de estudo de caso. Documental pelo fato de ter-se utilizado de dados públicos como leis decretos e dados dos recolhimentos de tributos municipais, disponíveis em Diário Oficial e banco de dados. Bibliográfica, por ter-se utilizado também, como base, material disponibilizado em livros, revistas, dissertações e na internet. E, estudo de caso, por estarem essas ações circunscritas à experiência vivenciada na SEFIN, no período de 2005 a 2008 e período avaliativo até 2012, e a determinados segmentos econômicos.

2.2 Coleta de dados

As evidências do estudo de caso podem advir de várias fontes. Dentre elas selecionamos a documentação e a observação participante.

Os dados foram coletados por intermédio de pesquisa bibliográfica em livros, dicionários, revistas especializadas, jornais, teses e dissertações com dados pertinentes ao tema.

Foram também coletados dados por intermédio de pesquisa documental em relatórios e banco de dados pertencentes à Secretaria de Finanças do Recife, ou outros órgãos governamentais, no tocante ao recolhimento de impostos municipais, estaduais e outras transferências governamentais.

Com base nas conclusões alcançadas pelas pesquisas bibliográfica, documental e da própria observação participante do autor que escreve esse texto, que participou à época como secretário de finanças da SEFIN e presidente da ABRASF - Associação Brasileira de Secretarias de Finanças das Capitais (2007-2008), associação que congrega todos os secretários de fazenda das capitais brasileiras, sendo, portanto, um observador participante privilegiado, procurou-se descrever e estabelecer a comparação entre as políticas formuladas, sua implantação e resultados obtidos.

2.3 Tratamento dos dados

Os dados foram tratados de forma não estatística, através de análise qualitativa, apesar do uso de gráficos e tabelas numéricas. Segundo Strauss e Corbin (2008; p. 23,24):

[...] alguns pesquisadores reúnem dados através de entrevistas e observações técnicas normalmente associadas aos métodos qualitativos. Porém, eles codificam os dados de uma forma que permita que sejam estatisticamente analisados. Esses são na realidade, dados qualitativos quantificados. Ao falar sobre análise qualitativa, referimo-nos não à quantificação de dados qualitativos, mas, sim, ao processo não-matemático de interpretação, feito com o objetivo de descobrir conceitos e relações nos dados brutos e de organizar esses conceitos e relações em um esquema explanatório teórico. Os dados devem consistir de entrevistas e de observações, mas também devem incluir documentos, filmes ou gravações em vídeo e mesmo dados que tenham sido quantificados para outros fins, como dados do censo.

A investigação do estudo de caso, segundo Yin (2010, p.40) “[...] enfrenta uma situação tecnicamente diferenciada em que existirão muito mais variáveis de interesse do que ponto de dados, e como resultado conta com múltiplas fontes de evidência [...]”.

Dessa forma, por meio de análise de conteúdo dos resultados dos levantamentos realizados das arrecadações do ISS, bem como o levantamento da criação de empregos nos setores de *Call Centers* e Porto Digital, através de procedimentos interpretativos.

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, *apud* VERGARA, 2008, p.15)

A análise de conteúdo é hoje uma das técnicas ou métodos mais comuns na investigação empírica realizada pelas diferentes ciências humanas e sociais. Trata-se de um método de análise textual. Utiliza-se na análise de dados qualitativos, na investigação histórica, em estudos bibliométricos ou outros em que os dados tomam a forma de texto escrito. Por esse motivo e pelas características do relatar o caso da SEFIN, escolheu-se análise de conteúdo para o tratamento dos dados.

2.4 Limitações do método

O método escolhido para a pesquisa teve suas limitações, como todo método as tem, mas nem por isso deixou de ser avaliado como o mais adequado ao tema e às condições da pesquisa. Utilizou-se de uma experiência vivenciada para se descrever um estudo de caso. A seguir relacionamos algumas dessas limitações:

- Devido ao escasso tempo, tornou-se impossível de maneira exploratória analisar todos os fatores referentes ao universo de contribuintes selecionados;
- O próprio fato do estudo de caso ter como fonte um observador participante da experiência vivenciada dificultou de certa forma o distanciamento e a melhor isenção de quem observa o processo;
- A avaliação subjetiva dos resultados obtidos, com ampla seletividade e de difícil cobertura sem uma equipe de observadores.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

Para embasar a descrição da experiência vivenciada na SEFIN, aprofundou-se na pesquisa acadêmica utilizando-se como referencial teórico na literatura existente, o que se aplicava ao tema. Para isso pesquisou-se a questão do federalismo brasileiro; a guerra fiscal entre os entes federados; a reforma tributária; a questão do desenvolvimento endógeno local; as políticas públicas e a gestão na administração pública: gestão gerencial versus gestão societal.

3.1 Federalismo brasileiro

Não se pode deixar de considerar que o modelo tributário adotado no Brasil foi influenciado fortemente pelo processo de formação do próprio Estado, dentro de um contexto político instável, revezando-se aspectos de poder centralizado e descentralizado.

Desde o início da colonização viveram-se experiências que revelaram um elevado grau de dificuldade na formação de um pacto federativo no sentido econômico, devido à dispersão dos interesses e às desigualdades econômicas entre as regiões do vasto território.

Quando houve a divisão da Colônia pela Coroa Portuguesa em capitanias hereditárias, elas não guardavam interesses comuns ou não havia a identificação clara da necessidade de uma união para constituir uma federação, assim como ocorreu nos Estados Unidos da América. Nota-se nas tentativas de organização política que se sucederam um processo dialético na formação política do estado nacional, alternando-se momentos de centralização e descentralização (ou fragmentação) do poder.

A proclamação da independência por D. Pedro I ocorreu no momento em que as diferenças regionais já se encontravam bastante acirradas, causando uma pressão pela descentralização do poder. Diante da necessidade do fortalecimento da monarquia e da própria independência nacional, D. Pedro I optou por um modelo centralizado. A tendência pela opção de poder descentralizado só veio com a Proclamação da República e sua Constituição, a de 1891, que dotou os estados de soberania.

Posteriormente, sempre sob a preocupação da unidade, segurança e interesse nacional o poder voltou a ser fortalecido de maneira mais centralizada, o que ficou evidenciado em todas as cartas constitucionais posteriores. Historicamente ocorreu no Brasil a marcante presença estatal na vida econômica, contribuindo assim com a forte influência do sistema tributário na política de desenvolvimento regional. Poucas unidades federativas possuíam características típicas de estado membro de uma federação, inclusive porque a União formou-se antes da maturação do pacto federativo. Dessa forma, a pretendida autonomia dos entes federados chocou-se desde o início contra as pressões por aumento das transferências compensatórias, promovidas pelos que se localizam nas regiões mais carentes.

Os termos Federalismo e Federação derivam do latim *foedus*, *foederis* e significam pacto, aliança, união. Para Costa (2003), Federalismo não é Federação. O termo Federalismo carrega um dinamismo enquanto que Federação reflete estabilidade e que seria um equívoco a utilização indistinta das expressões. Nesse sentido, afirma COSTA(2003,p.16):

Nessa ordem de ideias, até intuitivamente, os grupos tendem a se acomodar em enfoques distintos: um mais dinâmico, de processo, de historicidade, de movimento filosófico, de ideologia – constitucionalismo, federalismo e regionalismo; outro mais estável, de estrutura, de instituição, de forma – constituição, federação e região”.

Adotamos, pois, para este estudo, os conceitos acima, segundo os quais o termo Federalismo é entendido como um termo dinâmico que considera os gradientes que forças, aparentemente inconciliáveis, podem assumir em uma Federação e o termo Federação, entendido como estático, representando um modelo de organização do Estado onde, em contraponto ao Estado unitário, dois ou mais poderes autônomos convivem em um mesmo território.

Esse modelo de organização - também tratado como Estado federado ou Estado federal - nasceu nos Estados Unidos da América quando Estados independentes, que formavam uma confederação, resolveram se unir formando um Estado único. Tal união, assentada em um pacto, possibilitou, pela renúncia da soberania dos Estados membros, a criação de um Estado central soberano, ao qual competia a coordenação dos Estados então unidos.

Se os Estados Unidos da América nasceram da união de Estados independentes, o Estado Federal brasileiro teve formação diferente. Não houve aqui um processo de centralização com base em um acordo entre Estados independentes como o norte-americano.

No nosso caso, o processo foi inverso. Houve uma descentralização de atribuições do Governo Central para os governos subnacionais, assim vista por Costa:

Essa tendência centrífuga, primeiramente inserida no contexto particular da dialética federativa norte-americana, logo espalhou influência para diversos projetos de Estados federais, no rastro do constitucionalismo clássico liberal, em franca expansão no século XIX, seja por via associativa, como nos casos da Suíça (1848) e da Alemanha (1817), seja por via descentralizadora, como no caso do Brasil (1891). (COSTA, 2003, p.43)

Segundo Valeriano Costa (1998), a Constituição de 1988 define minuciosamente a organização da Federação. O artigo 18 estabelece que o Brasil é uma República Federativa composta, obrigatoriamente, pela União, pelos 26 estados, pelo Distrito Federal e pelos mais de 5.500 municípios. Aqui temos dois pontos interessantes. Primeiro, o Brasil é um dos únicos estados federais a incluir os municípios como membros permanentes, até mesmo com autonomia legislativa e tributária definida pela Constituição (artigos 29 e 30).

Apesar da autonomia Municipal instituída na Constituição Federal Brasileira, o município tem sido o elo mais fraco nessa corrente federativa. Muito pressionado pela dependência financeira por intermédio das transferências dos outros entes, o município tem buscado o crescimento de suas receitas próprias usando para isso criatividade e inovação, assuntos dos mais hodiernos na gestão pública brasileira. Segundo MOTTA (2002, p.229):

Inovação refere-se à introdução de uma mudança julgada positiva, benéfica. Mudança significa, apenas, aplicações de uma invenção ou ideia nova, tanto no sentido positivo quanto negativo. Invenção é simplesmente uma descoberta, ou ideia nova, não usada ou aplicada. A inovação constitui-se, portanto, no uso prático de uma descoberta ou invenção, que provoca mudanças positivas na organização.

3.2 Guerra fiscal

Guerra fiscal pode ser conceituada como a utilização de práticas competitivas entre entes de uma mesma federação em busca de investimentos privados. Benesses fiscais atrativas incentivariam a migração de determinados agentes privados, os quais, segundo

postulados econômicos clássicos, sempre tendem a buscar o menor custo produtivo e, consequentemente, maior lucro.

A expressão guerra fiscal teve origem nas constantes batalhas desempenhadas pelos governos, no oferecimento de benefícios de toda ordem, principalmente fiscais, no intuito de seu território ser o escolhido para a instalação de empresas.

Anteriormente, a competição entre unidades da federação pelos investimentos das empresas se limitava aos Estados. O ICMS foi criado como um tributo estadual, dando origem a uma corrida predatória entre Estados, que passaram a oferecer redutores, incentivos, deferimentos, subsídios e outras formas de privilégios fiscais.

Este conflito se alastrou pelas esferas municipais do país. Municípios passaram a oferecer aos potenciais investidores incentivos fiscais, financeiros e de infraestrutura na tentativa de alterar artificialmente os parâmetros de mercado e influenciar a decisão de investimentos das empresas.

No Brasil, essa guerra fiscal entre municípios, acontece utilizando-se, na maior parte das vezes, benefícios relativos ao ISS (Imposto sobre Serviços).

Pesquisa do IBGE indica que existe uma guerra fiscal entre os municípios brasileiros para atrair empresas. Os incentivos mais comuns foram a cessão ou doação de terrenos, isenção de Imposto sobre Serviços (ISS) e isenção parcial ou total de Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU). Incentivos são mais praticados nas regiões Sul e a Sudeste.

Nesse contexto se quis analisar se as políticas aqui adotadas foram de uma simples guerra fiscal na qual o município do Recife também estaria inserido. Não há de se negar que o que motivou primeiro a ação da SEFIN foi a possibilidade real da perda de arrecadação própria com a fuga de ISS para os municípios vizinhos, que já haviam muito tempo reduzido suas alíquotas do imposto, praticando uma verdadeira guerra fiscal com a capital pernambucana. Mas a percepção é que o modelo adotado foi além do viés arrecadatório, pois houve o cuidado de se fazer uma legislação que não afrontasse as legislações vigentes e que ainda mantivesse os empregos no município do Recife.

3.3 Reforma tributária

A reforma tributária constituiu um dos temas mais polêmicos em torno da questão fiscal brasileira. As propostas de reconstrução do sistema tributário não obtiveram força política suficiente para realizá-la. Houve apenas alterações de natureza pragmática, centradas no aumento da arrecadação a fim de garantir o superávit primário. Nesse processo desordenado de aumento de carga tributária, ampliaram-se a regressividade, os desequilíbrios na sua distribuição entre os agentes econômicos, os setores de atividade e o conflito federativo.

Pensar em uma ampla reforma de nosso Sistema Tributário é pensar em uma reforma que tenha como base a adoção dos princípios que o façam se aproximar de um Sistema ideal, que promova sua sintonia com os objetivos maiores estabelecidos em nossa Constituição Federal – como, por exemplo, o fortalecimento da Federação e a diminuição das desigualdades regionais - e que o faça ajudar o País a atender às atuais demandas de um mundo cada vez mais global, facilitando sua inserção no cenário mundial, como vislumbram diversos estudiosos no assunto, a exemplo de Gustavo Costa:

Isto é, aquela reforma tributária voltada para os demais "atores" do processo: os contribuintes e a federação brasileira (Estado brasileiro) vista como um espaço político e econômico maior, integrado (para além da União, Estados e Municípios vistos isoladamente) no contexto contemporâneo das nações; contexto contemporâneo de crescente integração econômica, de aumento das trocas de bens e serviços e de competição internacional a partir de blocos de interesses convergentes (nações, uniões políticas, mercados comuns, etc.). (COSTA, 2008)

Por sua vez Melo, Pereira e Souza (2010) entendem que a Reforma Tributária foi uma agenda que nunca aconteceu. Segundo estes autores, analisando o período que vai da promulgação da Constituição Federal de 1988 até 2007, as iniciativas para promover uma ampla reforma do Sistema Tributário Nacional se iniciaram em 1991, durante o mandato do Presidente Fernando Collor, por meio de uma Proposta de Emenda Constitucional que ficou conhecida como “Emenda” - que foi, em seguida, abandonada em razão do *impeachment* sofrido pelo então Presidente da República -, atravessaram, com medidas recorrentes, os dois mandatos do Presidente Fernando Henrique Cardoso e do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sem que tenham conseguido obter sucesso.

O mesmo caminho tomou a PEC 233/08, apresentada pelo Governo Federal em 2008, e que aparentava ser uma proposta reduzida da PEC 175/95, nesse processo recorrente

identificado pelos referidos autores. Eles entendem ainda que o fato de as propostas que tinham como objetivo promover uma ampla Reforma Tributária, não ter obtido sucesso, não significava que o *status quo* fora mantido. Muito pelo contrário, diversas alterações foram implantadas – em geral para incrementar a receita – algumas contribuindo para aumentar a cumulatividade do Sistema, prejudicando a qualidade da tributação e a relação entre os entes federados.

Nesse sentido restou pouco espaço para que os municípios buscassem através de uma provável Reforma Tributária do sistema nacional, a solução para seus problemas de caixa e a imensa pressão exercida democraticamente pela sociedade, através de segmentos econômicos, em busca de diminuição de custos e aumento da competitividade.

3.4 Políticas Públicas

O período que vai dos anos 30 até hoje, quando o Brasil passa por uma transformação muito grande é ainda uma herança muito recente para nosso país. Nos anos 20, era um país rural e agrícola. O censo de 1920 revelava que 30% da população brasileira viviam nas cidades e 70%, no campo. Cinquenta anos depois, ocorria o inverso – 70% nas cidades e 30% no campo. Até 1930, a economia do Brasil era uma economia agrícola. Em 1980, o Brasil era o oitavo PIB industrial do mundo. Depois dos sete grandes, o oitavo era o Brasil. Isto nos dá uma ideia da mudança de perfil na sociedade e na economia em meio século. O que alguns países levaram séculos para fazer, o Brasil fez em cinquenta, sessenta anos. Transformou-se numa potência industrial média, com a maior parcela da sua gente morando nas cidades. Este é o perfil atual do Brasil.

Para entender os dias de hoje, é necessário saber que Estado tínhamos anteriormente e que heranças e traços foram se fixando nesse percurso.

Essencialmente, o que caracterizava o Estado brasileiro nesse período (1920-1980) era seu caráter desenvolvimentista, conservador, centralizador e autoritário. Não era um Estado de Bem-Estar Social. O Estado era o promotor do desenvolvimento e não o transformador das relações da sociedade. Um Estado conservador que logrou promover transformações fantásticas sem alterar a estrutura de propriedade, por exemplo. Nessa fase, o grande objetivo do Estado brasileiro era consolidar o processo de industrialização. Desde o

começo do século, optou-se pela industrialização. A grande tarefa era consolidar esse processo e fazer do Brasil uma grande potência. Assim, o grande objetivo era de ordem econômica: construir uma potência intermediária no cenário mundial. O Estado desempenhava a função de promover a acumulação privada na esfera produtiva. O essencial das políticas públicas estava voltado para promover o crescimento econômico, acelerando o processo de industrialização, o que era pretendido pelo Estado brasileiro, sem a transformação das relações de propriedade na sociedade brasileira.

O Estado brasileiro é, tradicionalmente, centralizador. A pouca ênfase no bem-estar, ou seja, a tradição de assumir muito mais o objetivo do crescimento econômico e muito menos o objetivo de proteção social ao conjunto da sociedade, fez com que o Estado adquirisse uma postura de fazedor e não de regulador. Nós não temos tradição de Estado regulador, mas de Estado fazedor, protetor; não temos tradição de Estado que regule, que negocie com a sociedade os espaços políticos, o que só hoje estamos aprendendo a fazer.

O Estado regulador requer o diálogo entre governo e sociedade civil, e nós não temos tradição de fazer isso. O Estado centralizador, em muitos momentos da nossa vida recente, junta-se ao autoritário: tivemos uma longa ditadura no período Vargas e, depois, uma longa ditadura nos governos militares pós-64. Então, o viés autoritário é muito forte nas políticas públicas do país.

Dado o seu caráter autoritário, o Estado não precisava se legitimar perante a grande parcela da sociedade, ficando refém dos *lobbies* dos poderosos nos gabinetes, principalmente de Brasília, já que se concentra na União. E as grandes lideranças nos períodos das ditaduras nem pressão podiam fazer. Algumas estavam exiladas, outras foram mortas. Assim, a tradição, o ranço da vertente autoritária, tornou-se um traço muito forte nas políticas públicas do país, e as políticas públicas eram muito mais políticas econômicas. Se olharmos a história recente, as políticas sociais e as políticas regionais são meros apêndices, não estão no centro das preocupações das políticas públicas. Nelas, o corte era predominantemente compensatório, porque o central era a política econômica, já que a política industrial era hegemônica, porque o projeto central era a industrialização.

Esse perfil autoritário e conservador também se traduz na maneira como tradicionalmente são pensadas as políticas públicas. Quem está lá em Brasília tende a pensar

que o Brasil é uma média. E a média não diz quase nada do Brasil, que é um país muito heterogêneo. A consequência dessa leitura é a dificuldade em considerar a heterogeneidade real do Brasil. Cada lugar requer uma solução que venha da realidade. Quando se tem uma política centralizada, o tratamento é homogeneizado. A centralização faz com que as propostas venham de cima para baixo, e essa é uma tradição das políticas sociais no país. Junte-se a isso a consequente dificuldade de promover a participação da sociedade.

Girard (1972, *apud* SARAIVA, 2006, p.27) nos diz que “[...] política pública é uma sistema explícito e coerente de fins últimos, objetivos e meios práticos, perseguidos por um grupo e aplicados por uma autoridade”. Etzione (*apud* SARAIVA, 2006) define como “uma forma mais abrangente de tomada de decisão, em que as decisões são consideradas em conjunto e o ambiente para as decisões é sistematicamente analisado e revisto”.

Para Saravia (2006, p.28), “[...] trata-se de um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade.” É possível considerá-las como estratégias que apontam a diversos fins, todos de alguma forma desejados pelos diversos grupos que participam do processo decisório. A finalidade última de tal dinâmica seria a consolidação da democracia, justiça social, manutenção do poder, felicidade das pessoas todas destinadas a modificar a realidade dos setores sociais, através da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos.

As características de uma política pública, segundo definição dos dicionários, encontram-se os seguintes componentes comuns: institucional, decisório, comportamental e causal. No institucional, a política é elaborada ou decidida por uma autoridade formal legalmente constituída no âmbito da sua competência e é coletivamente vinculante. Quanto à característica decisória, a política é um conjunto-sequencia de decisões, relativo à escolha dos fins e meios, de longo e curto alcance, numa situação específica e como resposta a problemas e necessidades. Do ponto de vista comportamental, implica ação ou inação, fazer ou não fazer nada, mas é uma política e, por cima de tudo, um curso de ação e não apenas uma decisão singular. Do ponto de vista causal: são produtos de ações que tem efeitos no sistema político e social.

Diferentes autores coincidem no conceito geral e nas características essenciais das políticas públicas. O formato concreto delas dependerá de cada sociedade específica. O

estágio de maturidade de cada uma delas contribuirá, ou não, para a estabilidade e eficácia das políticas, para o grau de participação dos grupos interessados, para a limpidez dos procedimentos de decisão.

Em geral, se consideram normalmente três etapas em matéria de política pública: formulação, implantação e avaliação. Faz-se necessário distinguir a etapa da elaboração da política com relação aos aspectos da formulação. A primeira é a preparação da decisão política em que prevalecem os critérios técnicos; a segunda é a decisão política ou a decisão tomada por um político e sua formalização através de uma norma jurídica.

Faz-se necessário separar a implantação propriamente dita, que é a preparação para a execução (ou a elaboração de planos, programas e projetos) da execução que é a posta em prática da decisão política. A distinção é necessária porque cada uma das etapas mencionadas é campo para tipos diferentes de negociação.

A fase da implantação está constituída no planejamento e organização do aparelho administrativo e dos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos necessários para executar uma política. Trata-se da preparação posta em prática da política pública, da elaboração de todos os planos, programas e projetos que permitirão executá-la.

A avaliação consiste na mensuração e análise, *a posteriori*, dos efeitos produzidos na sociedade pelas políticas públicas, especialmente no diz respeito às realizações obtidas e às consequências previstas e não previstas.

A avaliação é a área da política pública que mais tem se desenvolvido nos últimos tempos. Vários países montaram mecanismos sofisticados para avaliar as políticas públicas. É o caso da França que criou, em 1990, o Comitê Interministerial de Avaliação e o Conselho Científico de Avaliação, substituídos em 1998 pelo Conselho Nacional de Avaliação. A Espanha também criou, em dezembro de 2006, a Agência Estatal de Avaliação das Políticas Públicas e da Qualidade dos Serviços.

Seria importante citar a questão da agenda que vem a ser a inclusão de determinado pleito ou necessidade social na lista de prioridades do poder público. Segundo SARAVIA (2006, p.40) “A inclusão na agenda designa o estudo e a explicitação do conjunto de processos que conduzem os fatos sociais a adquirir um status de problema, transformando-o em objeto de debates e controvérsias políticas e na mídia.” Frequentemente, a inclusão na

agenda induz e justifica uma intervenção pública legítima sob a forma de uma decisão das autoridades públicas.

As agendas públicas são concorridas pelos grupos de interesses (muitas vezes elites) desenvolvidos em torno do neocorporativismo e do pluralismo. O debate é, ao mesmo tempo sobre uma denúncia do pluralismo, que deixa excessivo espaço para a ideia de que cada um pode ter acesso aos recursos do Estado em um sistema de concorrência aberta, e sobre uma crítica do neocorporativismo que, ao contrário, fecha esse jogo de acesso.

É importante destacar que o processo de política pública não possui uma racionalidade manifesta. Não é uma ordenação tranquila onde cada ator social conhece e desempenha o papel esperado. Não há no presente estágio de evolução tecnológica, nenhuma possibilidade de fazer com que os computadores sequer consigam descrever os processos das políticas públicas.

Aqui também se considera que o desenvolvimento econômico não resolve o problema político da escolha e da decisão. Como trata do processo decisório, o problema está relacionado à esfera da administração, resvalando na linha tênue que separa gestão e política. Uma vez que a tradição brasileira é de delegar à burocracia estatal a decisão e implantação das políticas públicas, quando se insere o fator da participação popular é fundamental discutir o que pertence ao domínio da gestão e ao domínio da política: as decisões são políticas, mas precisam levar em consideração variáveis técnicas; a implementação é gerencial, mas envolve administração de conflitos e interesses que pertencem à esfera política.

Existe uma experiência acumulada, ao longo desses anos, sobretudo nos espaços governamentais locais, muito mais no âmbito dos municípios e de alguns estados do que no âmbito federal. Existe muita experiência acumulada, também, nos espaços não governamentais. O Brasil está cheio de experiências locais mostrando como se organiza, como se governa.

3.5 Desenvolvimento endógeno

Desenvolvimento endógeno, segundo Garofoli (1995), um de seus expoentes italianos mais destacados, implica a capacidade para transformar o sistema socioeconômico; a habilidade para reagir aos desafios externos; a promoção de aprendizagem social e a habilidade para introduzir formas específicas de regulação social a nível local que favorecem

o desenvolvimento das características anteriores. Desenvolvimento endógeno é em outras palavras, a habilidade para inovar no âmbito local.

Na literatura evolucionista e institucionalista recente, o debate sobre o fenômeno do desenvolvimento regional/local endógeno tem-se dividido em duas grandes tendências: uma de natureza indutiva e outra considerada dedutiva. Os da primeira tendência, mais descritivos, partem de estudos específicos para mostrar as particularidades das condições determinantes de cada caso de desenvolvimento local. Os da segunda partem comumente de postulados mais gerais sobre a dinâmica das organizações territoriais descentralizadas. Nessa segunda corrente encontram-se, por exemplo, autores que defendem a tese da crise do sistema produtivo fordista, baseado na produção em grande escala, e o conseqüente renascimento das vantagens da pequena produção baseada na produção flexível.

É interessante notar que há um consenso, entre *estas* duas tendências, em reconhecer que há alguns anos estaria havendo uma *abertura de janelas de oportunidades* para que regiões e locais fora dos grandes eixos de aglomeração fordista, ou fora da dualidade centro-periferia, pudessem engendrar processos de desenvolvimento. Associados a essa linha estão os autores que defendem políticas de implantação de distritos industriais, os quais têm como maior fonte de inspiração os distritos industriais surgidos em determinadas regiões da Itália. Por outro ângulo estão autores que, preocupados com o declínio de várias regiões tradicionalmente industriais, passaram a defender iniciativas de reestruturação ou de estruturação regional baseadas na “alta tecnologia” ou na intensificação das inovações.

Um modelo alternativo de desenvolvimento sugerido pelas correntes pode ser definido como um modelo endógeno construído “de baixo para cima”, ou seja, que parte das potencialidades socioeconômicas originais do local, em vez de como um modelo de desenvolvimento “de cima para baixo” (*top down*), isto é, que parte do planejamento e da intervenção conduzidos pelo Estado nacional.

Outro aspecto desse modelo está associado ao perfil e à estrutura do sistema produtivo local, ou seja, a um sistema com coerência interna, aderência ao local e sintonia com o movimento mundial dos fatores. Como ilustração, e segundo Garofoli (1995), entre os modelos de desenvolvimento endógeno os casos mais interessantes e paradigmáticos são aqueles constituídos pelos sistemas de pequenas empresas ou de pequenos empreendimentos circunscritos a um território do tipo território-sistema ou distrito industrial.

Trata-se de sistemas que produzem verdadeiras “intensificações localizadas” de economias externas, que determinam intensas aglomerações de empresas, fabricando o mesmo produto ou gravitando em torno de uma produção “típica”.

Ainda segundo Garofoli, o grau de autonomia (comercial, tecnológica e financeira) desses sistemas é particularmente importante, e essa autonomia relativa é consequência de numerosas inter-relações entre as empresas e os diferentes setores produtivos locais, e também entre o sistema produtivo, o ambiente e o contexto locais. Isso pode ser entendido, ainda conforme a opinião do autor citado, como “meio” ou conjunto de fatores históricos, sociais e culturais sedimentados na comunidade e nas instituições locais.

Há que se notar que as definições de Garofoli, para um modelo produtivo de desenvolvimento endógeno, estão fortemente influenciadas pela realidade da terceira Itália, o que não significa que possam ser generalizadas para todas as regiões ou para todas as situações.

Não há propriamente uma nova teoria do Estado que tenha sido produzida no debate acerca da nova economia regional. Há, no entanto, novas interpretações para as funções do Estado, tendo-se em vista sua segmentação e também as parcerias estabelecidas entre o Estado e a sociedade civil. Um dos elementos centrais da nova economia regional consiste nas “ações coletivas”, e essas só se desenvolvem com eficiência se forem institucionalizadas.

O papel do Estado nos novos paradigmas de desenvolvimento regional/ local, tem-se baseado fortemente no resultado de processos e de dinâmicas econômico-sociais determinados por comportamentos dos atores, dos agentes e das instituições locais. Há um amplo consenso em relação à ideia de que os processos e as instâncias locais levam enorme vantagem sobre as instâncias governamentais centrais, na medida em que estão mais bem situados em termos de proximidade com relação aos usuários finais dos bens e serviços.

Nessa perspectiva, supõe-se que as instâncias locais podem captar melhor as informações, além de poderem manter uma interação, em tempo real, com produtores e com consumidores finais.

Em resumo, os argumentos favoráveis à descentralização da ação pública estão baseados em três elementos-chaves (*i*) o da proximidade e da informação, isto é: os governos locais estão mais próximos dos produtores e dos consumidores finais de bens e de serviços

públicos (e privados), e por isso são mais bem informados que os governos centrais a respeito das preferências da população; (ii) o da experimentação variada e simultânea, ou seja: a diferenciação nas experiências locais pode ajudar a destacar métodos superiores de oferta do serviço público; e (iii) o elemento relacionado a tamanho, quer dizer: quanto menor o aparelho estatal melhor é o resultado em termos de alocação e de eficiência.

Principalmente no Nordeste, uma região com desigualdades alarmantes do ponto de vista social acima da média nacional, fez-se necessário um maior aprofundamento da discussão do desenvolvimento endógeno. É um paradigma que nasce dos intentos em explicar o êxito econômico de determinadas áreas de países desenvolvidos, não previsíveis para análise econômica neoclássica. Nesta visão, o desenvolvimento e o crescimento não dependem só de condições objetivas como infraestrutura ou capacidades científicas, mas fundamentalmente das capacidades institucionais e da vontade coletiva de seus agentes.

Vários já são os exemplos desse tipo de iniciativa com êxito por todo o Brasil. Esse tema por si só já daria uma vasta discussão e levantamentos interessantes das ações que nesse sentido vem se empreendendo por todo país.

A tratativa analisada nesse trabalho não deixa de ser uma modesta contribuição ao desenvolvimento endógeno da capital pernambucana.

3.6 Gestão na administração pública: visão gerencial versus visão societal

Um dos pressupostos do pensamento Weberiano é que o Estado tende a imitar as organizações empresariais, absorvendo as ideias, as práticas e a lógica que permeiam o setor privado. Segundo ANA PAULA (2007), essas características sugerem uma transição para o modelo pós-burocrático de organização. Para WEBER (1999), a burocracia é produto de um contexto histórico, estando sujeita a adaptações para atender interesses dominantes. Para ele, a burocracia não é só uma estrutura, mas principalmente um tipo de dominação.

A gestão estratégica surgiu em meados da década de 70 para fazer face aos desafios de uma nova época de mudanças extremamente velozes e de grande magnitude. A prática do planejamento estratégico parecia ineficaz para responder às demandas de um novo momento, já que havia sido desenvolvido para um período até então definido como de mudanças, descontinuidade ou turbulências.

Infelizmente constata-se hoje que a gestão pública gerencial enfatiza as metas e resultados baseados na eficiência e eficácia, mas não se direciona para a superação de contradições e conflitos sociais, resultando em um Estado distanciado dos problemas políticos que é forçado pela nova administração pública distanciar-se muitas vezes dos desafios e complexidade da dinâmica política.

Os defensores da administração pública gerencial se justificam dizendo que o modelo proposto melhora os processos e as práticas administrativas. Mas o problema reside ainda no distanciamento da dimensão sociopolítica das problemáticas apresentadas.

A questão que se coloca então é se a lógica gerencial favorece ou não o desenvolvimento e a evolução da dimensão sociopolítica da gestão aprimorando a governança estatal.

A visão gerencial do Estado traz muitas vezes em seu discurso o viés da participação cidadã. Mas ao que tudo indica, esse é um caminho ainda a ser trilhado e infelizmente a lógica da administração gerencial tem sido a mesma do mercado, importando-se muitas vezes modelos privados para a gestão pública (chama-se muitas vezes o cidadão de cliente).

A grande diferença é que as demandas públicas não podem ser analisadas sob a ótica do mercado, pois seus demandantes são antes de tudo cidadãos, detentores de direitos e deveres previstos em lei, e não meros clientes escolhidos segundo interesses do mercado.

Segundo Ana Paula (2007, p.198):

O caso brasileiro da história da administração pública nacional é constatado que a recente reforma do Estado se organizou em torno de duas orientações políticas: a vertente gerencial, que se inspira no movimento internacional pela reforma do Estado e implanta a administração pública gerencial; e a vertente societal, que busca novas formas de organização e administração do Estado para constituir uma administração pública societal.

Essa dimensão sócio-política dada à vertente societal, que compreende problemas situados no âmago das relações entre Estado e a sociedade, envolvendo o direito dos cidadãos e sua participação na gestão pública, contrapõe-se a vertente gerencial, essa muito mais voltada para dentro do Estado, numa visão meramente gerencial na construção de soluções para as demandas da sociedade com mais eficiência e eficácia. Já a gestão societal busca a

efetividade das políticas públicas adotadas, com a participação maior possível da população interessada nos seus resultados, mas a começar principalmente, pela demarcação de uma agenda política que se coadune com os anseios da população.

Tenório e Saravia ressaltam que, a partir dos anos 1970, a relação do estado com a sociedade mudou, em consequência da maior participação social, contra um “Estado autoritário, que propunha modernizações weberianas ou gerencialistas e guardava ranços de um patrimonialismo” histórico (TENÓRIO; SARAIVIA, 2007 b, p. 126).

Bresser Pereira (2009, p.209) considera que, com o crescimento do Estado, a administração racional burocrática teria andado às voltas com uma crise de legitimação justificada pela impossibilidade de impor às normas a velocidade das mudanças sociais.

Para Catelli e Santos (2004), a gestão burocrática teria cumprido seu papel de substituir o governo das famílias reais e das grandes oligarquias por uma administração profissional, baseada na racionalidade técnica conforme apontado por Weber (1999).

Bresser Pereira (2005) concorda com esta perspectiva, embora vá mais além e ponte a crise da administração burocrática no Brasil para o final dos anos oitenta, antes mesmo que a própria administração pública burocrática pudesse ser plenamente instaurada no país.

Na concepção marxista, o conceito de burocracia estaria associado à “progressiva rigidez do aparelho do estado em prejuízo das exigências da democracia de base” (Bobbio, 2007, p.124). Para Bresser Pereira, “na verdade, a administração burocrática é lenta, cara, auto-referida, pouco ou nada orientada para o atendimento das demandas dos cidadãos” (PEREIRA, 2005, p. 241). Abrúcio (1997) e Bobbio (2004) concordam que o modelo é lento e excessivamente apegado a normas.

No entanto, superada a discussão sobre a necessidade de substituição do velho modelo burocrático, é preciso debater as alternativas de renovação da gestão pública democrática.

Tenório e Saravia defendem a tese de que é importante não diferenciar gestão pública de gestão social. Para eles, a principal função da administração pública “é atender os interesses da sociedade como um todo” (TENÓRIO; SARAIVIA, 2007 b, p. 109). Bresser Pereira, por sua vez, partiu da premissa de que “uma importante razão para a adoção da

reforma da gestão pública [no Brasil, capitaneada por ele durante o Governo Fernando Cardoso] foi a pressão dos eleitores por dois objetivos aparentemente contraditórios: menos impostos e serviços públicos de melhor qualidade” (PEREIRA, 2009, p. 212).

Assim, propôs a substituição da administração burocrática por um modelo de administração pública gerencial (PEREIRA, 2005,), tomando “o grau de identificação da gestão pública com a administração de empresas privadas [como instrumento de medição do] gradual distanciamento da abordagem tipicamente burocrática” (PEREIRA, 2009, p. 340). O autor entende que “a administração gerencial; a descentralização; a delegação de autoridade e de responsabilidade ao gestor público; o rígido controle sobre o desempenho, aferido mediante indicadores acordados e definidos por contrato, além de serem modos muito mais eficientes de gerir o Estado, são recursos muito mais efetivos na luta contra as novas modalidades de privatização do Estado” (PEREIRA, 2005, p. 29). Para Paula (2007), apresentada como alternativa ao modelo gerencialista defendido por Bresser Pereira (2005; 2009), a vertente societal ou social não apresentara, ainda, clareza e consenso em relação aos objetivos e características de seu projeto político. Isto teria favorecido a expansão do modelo gerencialista no Brasil.

Definir o modelo gerencial não é tarefa fácil. Bresser Pereira nos adverte que, embora vejamos pontos em comum entre os diversos modelos de reforma da gestão pública implantados nas décadas de 1980 e 1990, “não significa que haja convergência em direção a 30 um único modelo de gestão pública” (PEREIRA, 2009, p.218), no entanto, seus adeptos, embora possuam diferentes “credos intelectuais e ideológicos” partilham “alguns traços em comum como a orientação para o cliente, a contratação de serviços e uma maior autonomia e responsabilização das agências (PEREIRA, 2009, p.339).

Em relação ao propósito de administrar com a orientação para o cliente, o mesmo autor usa, com maior frequência, nas obras incluídas em nossas referências bibliográficas, a expressão, orientar para o cidadão. No tocante à perspectiva de cidadão-cliente, Tenório (*in* PAULA, 2007, p.12), afirma que a “cidadania deixa de ser o conjunto da população pela qual o estado republicaneamente deve zelar pelo bem estar para ser vista como um cliente, uma meta, um resultado a ser alcançado”, ao que Bresser Pereira retruca afirmando que, em seu ponto de vista, “o cidadão-cliente é um cidadão completo, que é tanto objeto quanto sujeito dos serviços públicos, na medida em que participa da formulação das políticas públicas e da avaliação dos resultados” (PEREIRA, 2009, p. 343).

No entanto, o próprio autor parece entrar em contradição ao afirmar que é “primordial para a reforma da gestão pública que, entre as atividades exclusivas, a formulação de políticas seja claramente distinta da execução. Enquanto se dá autonomia a esta última, a primeira é centralizada no núcleo estratégico do Estado”. (PEREIRA, 2009, p. 287).

Em outras palavras, o planejamento estaria centralizado no núcleo estratégico, composto pela elite que chefiaria o Estado. No núcleo estratégico, os políticos e os servidores públicos de alto escalão tomam decisões governamentais específicas. “(...) o núcleo estratégico deve ser pequeno, ou seja, ocupado por um pequeno número de funcionários governamentais altamente qualificados”. (PEREIRA, 2009, p.289).

Neste modelo, o corpo de servidores públicos deveria ser capaz de “administrar o Estado, sob a supervisão dos políticos e da sociedade civil” (PEREIRA, 2009, p.212), o que comprova a tese de Ana Paula Paes de Paula, segundo a qual a implementação do modelo gerencialista de gestão pública não resultou em uma ruptura com a linha tecnocrática, além de continuar reproduzindo o autoritarismo e o patrimonialismo, pois o processo decisório continuou como um monopólio do núcleo estratégico do Estado e das instâncias executivas, e o ideal tecnocrático foi reconstituído pela nova política de recursos humanos. Por outro lado, a despeito do discurso participativo da nova administração pública, a estrutura e a dinâmica do Estado pós-reforma não garantiram uma inserção da sociedade civil nas decisões estratégicas e na formulação de políticas públicas. (PAULA, 2007, p.141).

Bresser Pereira insiste na defesa de que a administração pública gerencial é orientada para o cidadão e para a obtenção de resultados; pressupõe que os políticos e funcionários públicos são merecedores de grau limitado de confiança; como estratégia, serve-se da descentralização e do incentivo à criatividade e à inovação; e utiliza o contrato de gestão como instrumento de controle dos gestores públicos (PEREIRA, 2005, p.28).

Para ele, “O aumento da eficiência no uso do dinheiro público é uma maneira de aumentar a qualidade e a cobertura dos serviços públicos, não uma desculpa para reduzir os gastos públicos com esses serviços”. (PEREIRA, 2009, p. 226). De outro lado, as pesquisas de Paula demonstraram que “a nova administração pública não reduz os custos governamentais na forma que se esperava, porque sua implantação gera uma nova camada de burocratas para dar conta da reorganização do aparelho do Estado e da regulação das atividades transferidas para o setor privado” (PAULA, 2007, p.82).

Paula subdivide a gestão pública democrática em três dimensões: uma econômico-financeira, que estaria relacionada às finanças públicas, aos investimentos estatais a outras questões de natureza fiscal, tributária e monetária; uma institucional-administrativa, que envolveria os problemas organizacionais e os processos de gestão e, por fim, a dimensão sociopolítica, compreendendo “os problemas situados no âmago das relações entre o Estado e a sociedade, envolvendo os direitos dos cidadãos e sua participação na gestão pública” (PAULA, 2007, p. 21).

Nesta classificação, a autora acusa que “a nova administração pública tende a manter a dicotomia entre a administração e a política, pois não transportou a dimensão sociopolítica do discurso para a prática” (PAULA, 2007, p. 81). Bresser defende sua tese, afirmando que a reforma brasileira é gerencial “porque se inspira na gestão de empresas privadas”, todavia também “é democrática porque pressupõe a governança democrática, faz do controle social pela sociedade civil uma importante forma de responsabilização política e exige transparência dos órgãos públicos” (PEREIRA, 2009, p.253), que não bastam as decisões, mas que estas sejam racionais. “Elas precisam também ser democráticas, ou seja, devem responder às demandas ou decisões dos eleitores” (*idem*, p. 368) e, ainda, que “a reforma da gestão pública só é compatível com alguma forma de democracia participativa porque depende da efetividade do controle social executado pelos cidadãos” (*idem*, p.370).

A respeito da inspiração tomada das técnicas aplicadas na administração de empresas e da associação desta com o afastamento do velho modelo burocrático, Paula questiona se a eficiência dos modelos gerenciais importados da administração privada e a transição para uma administração pós-burocrática seriam, na verdade, dois mitos gerencialistas assimilados pela nova gestão pública. A autora acredita que “está surgindo uma 'burocracia flexível', fruto da flexibilização pós-fordista, que vem sendo emulada no setor público, originando um Estado gerencial” (PAULA, 2007, p.81). E continua na crítica a esta ideologia de um pretenso modelo pós-burocrático:

Tal como a burocracia flexível, o estado gerencial tende a se negar como uma forma de exercer o poder, mas continua desempenhando esse papel através de mecanismos sutis de controle: move-se assim para uma 'zona cinzenta' que combina consentimento e controle difuso. Em consequência, temos um Estado despolitizado e um déficit democrático, pois apesar do discurso de democratização, as decisões estratégicas continuam a ser tomadas pelos administradores das organizações públicas e privadas. (PAULA, 2007, p.98)

Sobre o discurso dos gerencialistas de que a dimensão sociopolítica seria abordada no modelo através do controle social, Paula denuncia que, “na prática, não há transparência esperada e nem mecanismos para que o controle ocorra” (PAULA, 2007, p. 175). Apesar das críticas acima replicadas, Paula (2007) admite que o projeto de uma administração gerencial, apresentou abordagens ordenadas para as dimensões econômico-financeira e institucional-administrativa.

Para Tenório e Saravia, “a gestão social é a substituição da gestão tecnoburocrática, monológica, por um gerenciamento mais participativo, dialógico, no qual o processo decisório é exercido por meio de diferentes sujeitos sociais.” (TENÓRIO; SARAVIA, 2007 b, p. 128).

Segundo TENÓRIO (2004, p.37):

Isto nos leva a inferir que a legitimidade do processo produtivo ou administrativo somente existiria quando os atores envolvidos no processo – subordinados e superiores hierárquicos, administrados e administradores, negociassem dialogicamente a maneira como os resultados seriam alcançados. Consequentemente, o processo decisório seria democratizado à medida que os participantes defendessem suas razões com base no melhor argumento.

Sendo assim, ela não pode ser “apenas a prática de uma gestão pública voltada para a solução de problemas sociais, como muitos idealizam, mas uma prática gerencial que incorpore a participação da sociedade no processo de planejamento e implementação de políticas públicas” (*idem*, p. 129) Paula defende a criação de “arranjos institucionais que organizem a participação nas diferentes esferas governamentais e que sejam dinâmicas o suficiente para absorver as tendências cambiantes inerentes à democracia” (PAULA, 2007, p. 171).

No entanto, como afirma Bresser Pereira, o modelo societal ainda não foi testado. Para o autor, “em 2003, quando o Partido dos Trabalhadores venceu as eleições presidenciais, manteve os princípios básicos da reforma, apesar de sua oposição a ela durante o governo anterior” (PEREIRA, 2009, p. 254).

Paula admite que “a vertente societal não tem propostas completamente acabadas para as dimensões econômico-financeira e institucional-administrativa” (PAULA, 2007, p.174), e que exemplos como orçamentos participativos, fóruns temáticos, conselhos gestores entre outros, ainda são manifestações “locais e fragmentárias” (*idem*, p.170). Apesar das

limitações atualmente observadas na vertente societal, persiste mais atual do que nunca o desafio de incorporar a dimensão sociopolítica à administração pública. Se este foco se perder entre a busca de excelência nos processos administrativos, o próprio *status* democrático que reveste o Estado moderno correrá o risco de cair por terra, derrubando consigo a legitimidade que se pretende atribuir aos Governos.

Assim, que os esforços em sistematizar a ação governamental (dimensão institucional-administrativa), na classificação de Paula (2007) e do uso de recursos orçamentários (dimensão econômico-financeira) sejam voltados não para o isolamento do núcleo de planejamento do Governo, como defendem os gerencialistas, mas para possibilitar a institucionalização de canais capazes de captar a vontade social e transformar as necessidades públicas em políticas públicas.

Se assim não agirem os Governos, nos depararemos com uma inversão das premissas democráticas onde o aparato governamental e, com ele, a própria burocracia se transformará em um fim, quando deveria se posicionar como meio para atingir o sujeito de direito, que é o cidadão.

Esse trabalho tem por desafio descrever essa experiência da SEFIN, fazendo a análise sob as visões das vertentes acima descritas, descrevendo e analisando o esforço interno pela escolha feita pelo município do Recife na construção dessas políticas públicas.

4. O CASO DA SECRETARIA DE FINANÇAS DA PREFEITURA DO RECIFE

A Prefeitura do Recife tem um orçamento anual, previsto para o ano de 2013, da ordem de R\$ 4,2 bilhões (quatro bilhões e duzentos milhões de reais) e está entre os dez maiores orçamentos municipais do país. A Secretaria de Finanças da Prefeitura do Recife, que tem por missão gerir esse orçamento, é um órgão da administração direta, composto por atribuições contidas na lei 17.108/2005 que dispõe sobre a adequação da estrutura da Administração Direta e Indireta do Município do Recife. Transcrevemos aqui os artigos 13 e 14 da lei, que trata funções da secretaria de finanças:

Art. 13. A Secretaria de Finanças é órgão superior, subordinada diretamente ao Prefeito, constituindo o núcleo central do sistema de planejamento, controle, orientação e execução da política fiscal, tributária, orçamentária, financeira e de compras do Município.

Art. 14. São atribuições da Secretaria de Finanças:

I - analisar e avaliar permanentemente a situação econômica e financeira do Município;

II - dirigir e executar as políticas e a administração tributária, fiscal, econômica e financeira do Município;

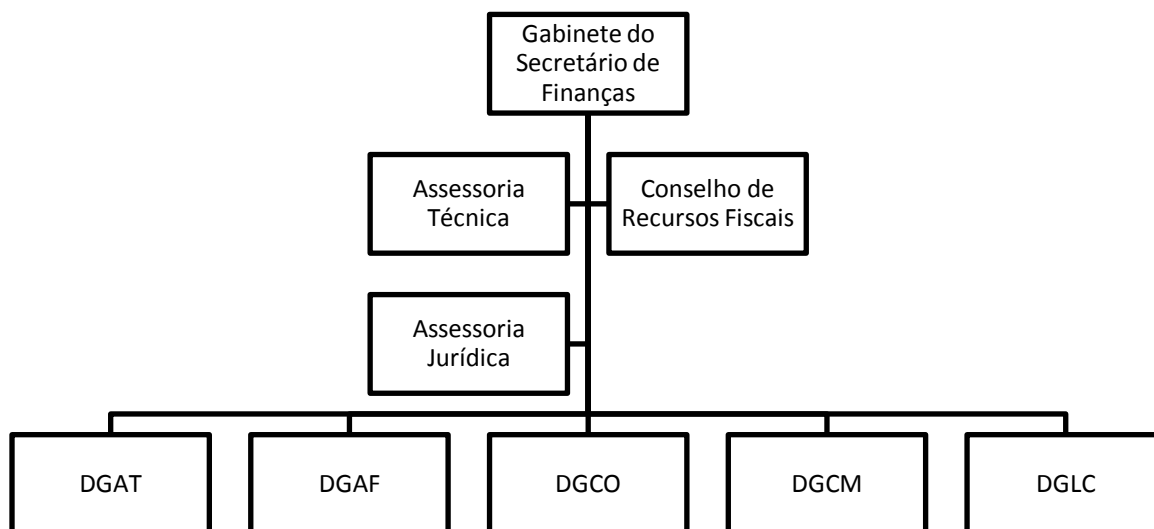
III - elaborar estudos e pesquisas para a previsão da receita, bem como adotar as providências executivas para obtenção de recursos financeiros de origem tributária e outros;

[...]

A SEFIN está composta por 5 (cinco) diretorias gerais, a saber: Diretoria Geral de Administração Tributária (DGAT), Diretoria Geral de Administração Financeira (DGAF), Diretoria Geral de Licitações e Compras (DGLC), Diretoria Geral de Orçamento do Município (DGOM) e Diretoria Geral de Contabilidade do Município (DGCM). Abaixo o organograma da secretaria para melhor explicitar sua composição.

O gabinete do secretário é composto de um assessor executivo (antigo secretário-adjunto), uma assessoria jurídica (AJ), uma assessoria técnica (AT) e o Conselho de Recursos Fiscais (CRF), órgão que julga os processos tributários em segunda instância, cujo presidente é o próprio secretário de finanças, com prerrogativa de voto de desempate em caso de empate nos julgamentos realizados pelo conselho. Este conselho tem uma forma de representação paritária com a sociedade. Além disso, existem todas as estruturas de cada diretoria geral com suas subdivisões. São quase mil servidores públicos, entre funcionários públicos efetivos concursados, prestadores de serviços terceirizados e estagiários. São 197 cargos comissionados, conforme tabela anexa ao Decreto Nº 21.210, de 29 de julho de 2005.

Organograma 1 - Secretaria de Finanças da Prefeitura do Recife



A partir desse ponto, far-se-á uma sistematização de como se deu a estratégia na elaboração de cada política adotada pela SEFIN, seus objetivos, metas e interesses representados pela sociedade através dos segmentos econômicos demandantes.

A observação de que a gestão não dispunha de instrumental disponível para se desenvolver uma gestão mais voltada aos anseios da sociedade foi o marco inicial do trabalho. Notou-se o desafio administrativo que se tinha pela retórica utilizada em gestões anteriores que não tiveram, por falta talvez de um melhor aparelhamento da máquina pública, condições de vivenciar uma experiência de oitiva junto à população de suas reais demandas. O prefeito reconhecia de que se teria um grande desafio pela frente, seja na estruturação dos Conselhos ou Fóruns de discussão, seja na mudança de visão dos gestores de como se relacionar com os mais diversos segmentos sociais demandantes.

Da formação de Conselhos paritários ao Orçamento Participativo (OP), essa foi uma grande construção que por si só mereceria um trabalho acadêmico específico. Mas o foco aqui é como se deu essa experiência em uma área tão árida e pouco flexível que é a financeira, mais especificamente a área tributária, onde a expressão utilizada sempre foi: “imposto bom é imposto velho e nesse não se mexe”. Dito pelos próprios empresários, fora uma grata surpresa

para eles serem recebidos, não necessariamente atendidos, como talvez imaginassem inicialmente, mas ouvidos, para discutirem suas demandas.

A primeira experiência relatada funcionou como embrião. À época, pode-se observar ativamente o que viria a acontecer na segunda gestão de forma mais sistematizada.

No ano de 2001, com o pessoal da área de informática, pode-se fazer um grande laboratório para outras experiências que adviriam. Os empresários do projeto Porto Digital, uma Organização Social (OS) do governo do Estado de Pernambuco. A reivindicação era de desoneração da carga tributária municipal sobre preço final dos softwares elaborados pelas empresas embarcadas no Porto Digital. Diziam-se embarcadas, pois o Porto é uma área delimitada geograficamente dentro da ilha do Recife antigo onde, a princípio, só as empresas ali instaladas fisicamente teriam direito ao benefício sugerido.

A desoneração viria pela redução do ISS, imposto de competência exclusiva municipal (artigos 30 e 156 da CF e Art. 88 das disposições transitórias), dada pela constituição de 1988.

Art. 30. Compete aos Municípios:

- I – legislar sobre assuntos de interesse local;
- II – suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;
- III – instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;
- IV – criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;
- V – organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;
- VI – manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental;
- VII – prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;
- VIII – promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;
- IX – promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

- I – propriedade predial e territorial urbana;
 - II – transmissão *inter-vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição;
 - III – serviços de qualquer natureza, não compreendidos no artigo 155, II, definidos em lei complementar.
 - IV – *Revogado*. EC no 3, de 17-3-1993.
- § 1º Sem prejuízo da progressividade no tempo a que se refere o artigo 182, § 4º, inciso II, o imposto previsto no inciso I poderá:
- I – ser progressivo em razão do valor do imóvel; e
 - II – ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.
- § 2º O imposto previsto no inciso II:

I – não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil;

II – compete ao Município da situação do bem.

§ 3º Em relação ao imposto previsto no inciso III do *caput* deste artigo, cabe à lei complementar:

I – fixar as suas alíquotas máximas e mínimas;

II – excluir da sua incidência exportações de serviços para o exterior;

III – regular a forma e as condições como isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.

Art. 88. Enquanto lei complementar não disciplinar o disposto nos incisos I e III do § 3º do art. 156 da Constituição Federal, o imposto a que se refere o inciso III do *caput* do mesmo artigo:

I – terá alíquota mínima de dois por cento, exceto para os serviços a que se referem os itens 32, 33 e 34 da Lista de Serviços anexa ao Decreto-Lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968;

II – não será objeto de concessão de isenções, incentivos e benefícios fiscais, que resulte, direta ou indiretamente, na redução da alíquota mínima estabelecida no inciso I.

A justificativa para redução tributária era bastante contundente. As empresas desse ramo de atividade eram basicamente de prestação de serviços e sua concorrência se dava em mercados internacionais, como o chinês, por exemplo, os quais detinham em seus países, arranjos econômicos com tratamento fiscal já diferenciado, o que não permitiria uma concorrência por parte das empresas aqui instaladas. Vislumbrava-se com isso o fechamento de muitos desses empreendimentos locais ou a transferência de suas sedes para outros municípios que lhes dessem um melhor tratamento tributário. O intuito era a diminuição do preço final dos seus produtos com a consequente inserção no mercado internacional. Para o município interessava a ideia de ter aqui instalado um *cluster* do setor de informática.

A ideia de simples redução de alíquotas do ISS (que constitucionalmente podem variar de 2 a 5 por cento) não é permitida pela Lei complementar 101 (mais conhecida como lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) na qual, em seu artigo 14 (transcrevemos as seguir), dificulta bastante aos gestores públicos a possibilidade de se fazer política fiscal via desoneração de alíquotas.

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I – demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II – estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no *caput*, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o *caput* deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

I – às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1º;

II – ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança. (LEI COMPLEMENTAR 101/2000-LRF).

Nesse sentido, observou-se que a secretaria não se utilizou simplesmente da lei como escudo para se escusar em fazer qualquer movimento na direção de alterar alíquotas (não necessariamente diminuir impostos). Juntos, empresários e Prefeitura, numa concentração de esforços coletivos, buscaram uma saída legal e que atendesse a demanda empresarial.

Após inúmeras reuniões e tratativas, conseguiu-se uma solução que pareceu a mais adequada. Os empresários foram desafiados a atingir metas de incremento de arrecadação, por abertura de novos negócios ou incremento dos já existentes. Como a LRF prescrevia que para diminuição de alíquotas do ISS deveria haver, como uma das alternativas, aumento de arrecadação compensatória, buscou-se colocar fórmulas matemáticas nas leis que assegurassem essa compensação. Dessa forma os empresários teriam que aumentar a arrecadação pelo ingresso de novos contribuintes no seu setor (atraídos pela diminuição de alíquotas) e atingirem metas anuais para o crescimento compensatório dessa desoneração fiscal, conforme artigo oitavo da Lei 17.174/05:

Art. 8º Ao final de cada trimestre, o contribuinte fará a comparação entre o faturamento deste trimestre e o do trimestre paradigma, corrigido monetariamente pelo índice previsto na legislação tributária do Município do Recife. Parágrafo Único. Para efeitos de cálculo da alíquota do ISS a ser aplicada no trimestre subsequente deverá ser aplicada a seguinte fórmula:

$$Y\% = 525 / (100 + df)$$

Onde:

Y % - é a alíquota a ser aplicada.

df - é a variação percentual positiva do faturamento do trimestre anterior quando comparado com o respectivo paradigma, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$df = 100 \times (\text{faturamento do trimestre} - \text{faturamento do trimestre paradigma, corrigido monetariamente pelo índice previsto na legislação tributária}) / (\text{faturamento do trimestre paradigma corrigido monetariamente pelo índice previsto na legislação tributária})$$

Com isso, cumpriram-se os dispositivos legais e percentualmente, no mesmo patamar do crescimento do faturamento, reduziram-se as alíquotas do ISS, sem que isso infringisse a LRF. O resultado observado foi o real aumento da arrecadação própria da Prefeitura.

Basicamente essa foi a lógica observada nas negociações com os segmentos econômicos demandantes. Naturalmente que cada setor detinha características individuais, porém observou-se que isso foi resguardado em cada política pública aplicada, conforme descrito na análise de cada segmento atendido.

Dai surgiram leis, decretos e normas que consolidaram a política criada. Citou-se essa experiência como pioneira e embrionária, mas também porque o mecanismo foi muito aprimorado e, a partir de 2005, a ideia serviu de base para todas as negociações que se teve com os mais variados setores da economia local: uma contrapartida dos setores envolvidos com criação de empregos e geração de renda aliada ao aumento da arrecadação com impostos.

A estratégia estabelecida era a de detectar entre os segmentos econômicos significativos para a Prefeitura em termos de recolhimento de impostos e geração de empregos, aqueles que poderiam de alguma maneira sair do território municipal em busca da mitigação de custos, gerando com isso diminuição de arrecadação e de postos de trabalho.

Identificados os segmentos, seja pela análise interna, seja pela busca desses setores junto à Prefeitura, iniciou-se um trabalho de avaliação caso a caso, segmento a segmento, na busca de soluções que atendessem os objetivos já citados.

A edição da lei 17.244, de 20.07.2006, a qual pacificaria a relação com o Porto Digital e traria um aperfeiçoamento do mecanismo de incentivo fiscal, foi fruto do amadurecimento do assunto nas longas discussões que se teve com esse segmento. Com base nessa negociação e nesse modelo exitoso que se firmou toda estratégia para o tratamento que seria dado aos demais setores selecionados, no período de 2005 a 2008.

Apresentadas ao Prefeito, as soluções técnicas negociadas com os diversos setores, coube a ele, agente político, enviar à Câmara Municipal uma série de Leis que vieram a tornar possível a implantação dessas políticas públicas.

No entanto, nem todas as políticas foram elaboradas sobre demandas negociadas com setores específicos. A implantação da Nota Fiscal de Serviços eletrônica foi uma solução

encontrada frente a um problema operacional da Prefeitura. Havia claramente uma sonegação fiscal pela dificuldade de se controlar todas as emissões de notas fiscais por parte dos contribuintes, pois os talões de notas eram autorizados e emitidos no estabelecimento do prestador de serviços cadastrado na prefeitura. Com o advento da NFS-e, houve de imediato um aumento de arrecadação pela melhor qualidade da informação da SEFIN, haja vista as notas a partir de então serem emitidas eletronicamente dentro do sistema da própria prefeitura.

Outra política que não dependeu de uma negociação com algum setor específico, foi a da concessão de redução de juros e multas para contribuintes em atraso com o fisco. A nova legislação permitiu uma solução que de imediato trouxe aumento na arrecadação (em todos os impostos municipais, inclusive taxas) e até os dias de hoje apaziguou as relações com os contribuintes, de qualquer segmento econômico, em débito com o erário municipal. A estratégia trouxe justiça fiscal, pois em geral, em ações semelhantes, há o estímulo a inadimplência pela sensação de que houve um tratamento melhor para o contribuinte em atraso. Observou-se que pelo fato de haver uma redução inicial de 90% e posteriormente 70% da parcela de juros e multa de mora (não se reduziu o principal corrigido) o inadimplente ainda ficava em uma situação desvantajosa em relação ao adimplente, pois o primeiro teria que pagar ainda 30% da parcela de juros e multa.

A negociação com a categoria de Auditores do Tesouro Municipal - ATM, pertencentes ao quadro de funcionários públicos da SEFIN, foi uma negociação com atores demandantes internos da prefeitura que lutavam por melhores condições salariais. Encontrou-se uma solução específica para essa demanda que se deu com a criação de uma gratificação salarial variável, que dependia do atingimento de metas arrecadatórias acima do orçamento municipal.

Far-se-á a partir de agora um relato, segmento a segmento, citando as leis e decretos decorrentes das negociações bem como a estratégia da solução encontrada para cada caso. Os textos legais, assim como decretos e portarias, encontram-se na íntegra nos anexos desse trabalho.

**4.1 Política de Incentivo para criação e manutenção de empregos em empresas de relacionamento remoto com clientes (Centrais de Atendimento remoto ou *Call Centers*).
LEI 17.174- 30.12.05 – Decreto 21.760 de 03.03.2006 - Portarias 020 de 21.03.2006 e 26 de 05.04.2006**

Recife não havia se caracterizado como um centro atrativo para negócios nessa área de teleatendimento remoto. Após uma pequena pesquisa constatou-se que Fortaleza e Salvador estavam atraindo quase todos os novos investimentos do setor, que já eram vultosos.

Esse segmento é um dos que mais empregam jovens no primeiro emprego. Essas empresas, a se instalarem próximas às universidades e faculdades, permitiram que estudantes pudessem trabalhar um só expediente e ajudar no custeio de seus estudos. Como não se tinha quase nenhum negócio aqui instalado, foi lógico que se fizesse uma legislação que incentivasse a vinda de novos empreendimentos, pois a arrecadação setorial só tenderia a crescer.

Observou-se que a SEFIN entrou em contato com várias operadoras de telefonia celular, era sabido terem interesse em expandir suas centrais de atendimento para o Nordeste. Essa atividade tem por característica poderem se instalar em qualquer posição geográfica do país, pois seu maior insumo é a telefonia como meio de atendimento remoto a seus clientes.

Havia uma licitação da Previdência social em curso para instalação de um *Call Center* no Recife e alguns empresários recifenses se colocavam como interessados no negócio, desde que houvesse uma legislação fiscal adequada à concorrência posta. Com a compreensão dos legisladores municipais, que tiveram a sensibilidade para a tramitação rápida que a matériaurgia, conseguiu-se em tempo, editar as normas necessárias para a regulamentação da política a ser adotada.

Além da instalação no Recife antigo do tele atendimento da DATAPREV, a OI telefonia celular também se instalou próxima à Universidade Católica de Pernambuco, criando inicialmente mais de 10.000 postos de trabalho, em 4 (quatro) turnos de trabalho. Outras operadoras de telefonia vieram em seguida e isso gerou um crescimento significativo na arrecadação do ISS do setor, além do incremento de empregos e renda. Outra característica dessa lei foi a obrigação de contratação de no mínimo 5 % (cinco por cento) das vagas para trabalhadores portadores de deficiência, haja vista esse tipo de trabalho permitir fácil

adaptação, principalmente para cadeirantes. Houve também uma exigência de um percentual de contratação de pessoas com idade superior a 40 anos. Buscava-se com isso a inserção no mercado de pessoas com mais idade.

A essa política, juntou-se uma política de redução de ICMS por parte do governo estadual nas contas telefônicas das empresas de atendimento remoto, aqui localizadas. Isso possibilitou resultados extraordinários, haja vista ser este um dos seus maiores insumos.

Recentemente a Presidenta Dilma Rousseff esteve no Recife para inaugurar um *Call center* com mais de 40.000 (quarenta mil) novos postos de trabalho.

A atividade de *Call centers*, saiu de uma posição pífia na arrecadação do ISS municipal para uma posição de destaque, ocupando hoje entre os cinco maiores segmentos recolhedores do imposto municipal.

4.2 Política de incentivo a empresas de cartões de crédito. LEI 17.193 - 30.12.05 – Decreto 21.844 de 30.03.2006 - Portaria 027 de 05.04.2006

Da elaboração à solução do problema apresentado, necessitou-se fazer uma verdadeira engenharia econômica tributária. O maior contribuinte de ISS da cidade do Recife, há mais de 10 anos, fora uma empresa de cartão de crédito sediada no município. A empresa procurou a prefeitura para comunicar a intenção de mudança de sede para o sudeste do país.

A princípio, pensou-se tratar de um cenário já vivenciado, quando uma grande operadora de cartão de crédito houvera se mudado para Salvador sem a menor possibilidade de reação do município, que viu perder um dos seus maiores arrecadadores do ISS. Felizmente, nesse momento, encontrava-se o Município imbuído de um espírito inovador na concepção de soluções na mesma sistemática anteriormente analisada. Apresentou-se à empresa uma solução legal que mantivesse a sede no Recife.

A estratégia baseou-se nos moldes ofertados ao setor de informática, guardada suas especificidades. A maior empresa de cartão de crédito sediada no município do Recife ameaçava ir embora para outra região que oferecesse melhores condições tributárias. Para não desobedecer a legislação em vigor, que não nos permitiria uma simples redução de alíquota do ISS, introduziu-se na legislação municipal uma parametrização de ano base que permitisse a comparação de crescimento ou não da arrecadação do setor de cartões de crédito de uma não

para o outro, permitindo com isso uma redução da alíquota do imposto proporcional ao crescimento da arrecadação. Com isso não haveria perda para o erário e o contribuinte que aceitasse o desafio se sentiria contemplado sem a necessidade de mudança de sua sede para outro município.

Conseguiu-se além do aumento de arrecadação nos anos subsequentes, não só pela manutenção aqui da sede da empresa, mas pelo afastamento da ida de outras empresas na mesma direção e a possibilidade de atração de novos negócios para esse segmento, a manutenção dos postos de trabalho já criados. Manteve-se a empresa na condição de melhor arrecadadora do ISS no município do Recife até os dias atuais.

Uma empresa de cartão de crédito que não fez a mudança de cidade, por conta da lei, sustenta ainda ano de 2011, a posição de maior arrecadador do ISS.

O benefício é concedido pela aplicação da mesma estratégia utilizada como base para o Porto Digital. Faz-se como ano base o ano anterior à concessão da redução de alíquota e observa-se quanto a arrecadação daquele setor foi elevada no ano subsequente. Proporcionalmente, reduz-se a alíquota para que se cumpra a LRF.

4.3 Política de incentivo para atividades de agenciamentos, corretagens e intermediação através de redução de alíquotas. LEI 17.237- 07.07.06 – Decreto 22.124 – Portaria 023 de 27.04.2007

A atividade de corretagem de seguros, pelo fato de se realizar quase que tão somente por intermédio de telefone, internet ou contato pessoal, sem necessidade de um endereço fixo, fez com que muitos desses profissionais se instalassem em endereços fictícios da região metropolitana do Recife, em cidades como Olinda e Jaboatão dos Guararapes, em busca de melhores condições fiscais (alíquotas do ISS menores).

Mesmo efetivamente exercendo suas atividades no Recife, tornava-se uma atividade de difícil fiscalização. Utilizando-se do mesmo princípio já citado, convocou-se o sindicato das empresas de corretagem de Pernambuco, assim como o sindicato dos corretores para um aprofundamento das discussões e busca de soluções para a problemática.

A estratégia utilizada para esse segmento econômico foi a mesma utilizada para os cartões de crédito, explicadas na sessão anterior. Parametrização da arrecadação em um ano

base e comparativo do crescimento da arrecadação do setor nos anos subsequentes, o que permitiria uma redução da alíquota do ISS de forma proporcional sem descumprir a legislação vigente.

Debatida a proposta, conseguiu-se pacificar definitivamente esse cenário e consequentemente a evasão fiscal, pois para terem direito ao benefício, muitos voltaram com seus endereços para o Recife, de onde, aliás, nunca haviam saído realmente.

4.4 Política de incentivo ao atingimento de metas através da criação da Gratificação de Superação de Metas Fiscais- GSMF, mecanismo que busca melhorar a receita própria e as transferências, bem como diminuição de custos na Prefeitura, por intermédio de incentivo aos Auditores do Tesouro Municipal. Lei 17.239 de 07.07.2006

Criada como uma gratificação para o quadro fazendário do município, na realidade, foi uma forma de se tentar incentivar novas ideias para o alcance de metas de arrecadação pré-estabelecidas conjuntamente entre os Auditores e o Governo Municipal. A partir do momento que as metas estipuladas no orçamento público municipal fossem ultrapassadas, esse excesso seria em parte redistribuído com esses funcionários como forma de incentivo à transposição das metas, sendo outra parte depositada em um fundo de incentivo à administração tributária.

Esse fundo serviria para custear a profissionalização do quadro e a aquisição de materiais e investimentos necessários ao bom desempenho da função arrecadatória, criando-se com isso uma fonte de financiamento ao desenvolvimento da arrecadação tributária municipal.

À época, foi criada uma lei na qual se beneficiavam os Procuradores Municipais com o recebimento de parte dos honorários pagos pelos contribuintes, quando da quitação judicial de débitos tributários. Isso permitiu que essas duas importantes categorias pudessem ter uma perspectiva de melhor remuneração, assim como o Estado poderia prover maiores recursos para o erário. No entanto, a crítica de muitos ficava pelo isolamento salarial cada vez maior em relação às outras categorias funcionais, criando-se com isso uma casta entre os servidores.

Segundo Ana Paula (2007, p.97) uma casta de burocratas que apesar de trazerem eficiência à máquina estatal, contribuem para a formação de um patrimonialismo moderno onde esses burocratas se apropriam da essência do Estado.

Dessa forma foi possível melhorar a máquina administrativa através de técnicas de racionalização do Estado e de métodos de profissionalização de administradores. O impacto foi relativamente positivo em relação ao aumento da eficiência, mas o processo também contribuiu para a consolidação de uma tecnocracia estatal que monopolizou o Estado e excluiu a sociedade civil dos processos decisórios. Essa tecnocracia se caracteriza por um patrimonialismo moderno, no qual os burocratas se apropriam da essência do Estado. Seria na realidade um neopatrimonialismo, que não representa apenas uma forma de sobrevivência do tradicionalismo na nossa sociedade, mas uma forma de dominação política pelos burocratas.

Na realidade, buscou-se com essas categorias mais privilegiadas uma forma de sensibilização a descentralização do processo decisório, chamando os contribuintes (sociedade) para uma discussão mais ampla das temáticas apresentadas.

4.5 Política de recuperação fiscal para Clínicas, Pronto Socorros e Cooperativas, com incentivos na redução de alíquotas e na base de cálculo do ISS. Lei 17.240 de 07.07.2006, Decreto 22.501 de 13.12.2006

Quando a Prefeitura foi procurada pelo setor de Clínicas de pronto atendimento 24 horas particular, que funcionavam na cidade, alegando a inviabilidade dos negócios por uma diferença de interpretação legal, sabia-se que se estava diante de um grande desafio, pois se tratava de uma atividade pertencente ao terceiro maior polo médico do país.

O problema na realidade se dividia em dois: o passivo tributário gerado por um erro de interpretação do setor e a viabilidade do negócio daqui para frente. O passivo se deu pela interpretação do recolhimento do ISS, não pelo faturamento (ad valorem), mas por um valor fixo por mês, baseado na quantidade de sócios e profissionais habilitados que trabalham em nome da sociedade civil constituída. Isso gerou um passivo quase impagável pelo segmento.

Foi construído um programa de recuperação fiscal baseado em um percentual do faturamento (0,5 %) daqui para frente. Com a redução da alíquota de 5% para 2%, resolveu-se o problema da viabilidade do negócio daqui para frente. O que se verificou após a

implementação foi a viabilização do pagamento dos impostos atrasados, assim como o aumento a arrecadação espontânea do segmento.

4.6 Política de benefícios a empresas localizadas no âmbito do Porto Digital, criando alíquotas diferenciadas do ISS. Lei 17.244 de 29.07.2006 – Decreto 22.449 de 27.11.2006 - Portarias 17 de 09.04.2007 e 089 de 19.06.2007.

Já se havia relatado nas notas introdutórias que a experiência embrionária, que antecedeu às demais, havia sido a experiência com os empresários da área de informática, localizados na ilha do Recife, segmento que ficou conhecido como Porto Digital. Na realidade, a relação com a Prefeitura só se pacificou com a edição dessa lei e normas regulamentares.

O princípio utilizado foi o mesmo dos demais. Propunha-se trocar aumento de faturamento e consequente aumento de arrecadação por diminuição de alíquotas progressivas do ISS que não trouxessem prejuízo ao cumprimento da legislação em vigor e proporcionassem crescimento em todos os sentidos já citados. Hoje o Porto Digital é reconhecido internacionalmente como umas das experiências exitosas na área de produção de conhecimento e tecnologia de ponta em informática.

O crescimento do setor foi tamanho que a Prefeitura já estuda a possibilidade de alargar a área territorial do Porto Digital, para que outras empresas possam ser embarcadas.

4.7 Política de redução de alíquotas de ISS para o segmento de escolas, especificamente para o setor de ensino fundamental, ajudando a incrementar esse importante segmento social além de viabilizar a ocupação do setor privado em uma área onde o município é deficitário de prestação de serviços. Lei 17.282 de 22.12.2006

Esse setor procurava viabilizar o pagamento seus débitos tributários na área educacional. Similar à área de saúde, tratava-se de um setor que complementava uma área socialmente ainda não totalmente assistida pelo Estado. Portanto, necessitava ser vista com os cuidados que o caso requeria. A Prefeitura analisou o setor por nível de ensino, ou seja, faixa a faixa do ensino maternal ao ensino superior, como estavam se comportando as escolas e

quais suas dificuldades. Identificou-se que era no segmento de ensino fundamental que se encontrava o problema e ali foram focados os esforços.

O próprio setor reconheceu que o problema deveria ser abordado por partes e reconheceu que apesar de em outras praças do país ter havido um atendimento não fracionado por nível de ensino, constatava-se que aqui a queda de arrecadação, seja por inadimplência dos pais, seja por fuga de alunos, estava concentrada no ensino fundamental. Havia uma preocupação clara em demonstrar aos empresários não tratar-se de uma espécie de legislação para fechar fluxo de caixa negativo, de atividades empresarias inerentemente sujeitas ao risco. Era sim uma tentativa de reconhecer o papel do poder público, segmento a segmento, e como se poderia ajudar na construção de uma saída legal e negociada.

4.8 Política que dá tratamento fiscal diferenciado às cooperativas prestadoras de serviços na área médica. - Lei 17.283 de 22.12.2006 – Portaria 07 de 12.02.2007

A ABRASF é uma entidade que congrega todos os secretários de finanças das capitais brasileiras. Não havia um encontro no qual seus participantes não questionassem como andavam as negociações com o setor que mais devia impostos às prefeituras: as cooperativas de serviços médicos.

Devido a longas batalhas judiciais, esses empreendimentos arrastavam na justiça discussões intermináveis que na prática traziam ausência de recursos, tão escassos e necessários aos cofres públicos. A elaboração dessa política serviu de modelo para outras cidades poderem sair desse encalacrado jurídico e pacificar a relação com um setor tão importante para a sociedade.

Na realidade, tratavam-se, assim como na relação com as clínicas médicas, de dois programas: um de recuperação fiscal pelos débitos acumulados e outro de continuidade da atividade empresarial. Foi elaborada uma lei que permitiu pagamento do passivo (com a desistência concomitante das ações judiciais) por intermédio de uma alíquota de 0,5% do faturamento atual. Assim como as sociedades civis, a interpretação das cooperativas com suas teses jurídicas levaram a intermináveis brigas judiciais. A tese era de que não seriam devedores do ISS por se tratar de ato cooperado, assim definido na Constituição Federal.

A partir de agora passariam a recolher dois por cento, não sobre o preço pago na integralidade do serviço prestado, mas sobre o valor líquido da prestação de serviços, abatidos todos os valores de serviços agregados ao ato cooperado final. Com essa estratégia, conseguiu-se não só pacificar as inúmeras lides judiciais, como também levar um único contribuinte pertencente a esse grupo, de nenhum recolhimento mensal, para a posição de quinto maior recolhedor do ISS municipal no ano.

4.9 Política que modifica a base de cálculo do IPTU para hotéis equiparando-os aos *FLATS*, evitando-se uma concorrência desleal no setor. Lei 17.285 de 22.12.2006

Pela primeira vez o Município foi procurado por empresários ligados à prestação de serviços, não para se falar do ISS, mas do IPTU- Imposto Predial e Territorial Urbano- de competência única e exclusiva do município.

Os empresários queixavam-se, e com razão, de que havia na concorrência com os *flats*, uma desvantagem na elaboração dos seus custos operacionais embutidos no preço final da diária cobrada. O hotel era visto como um empreendimento único do ponto de vista da edificação. Isso levava a um cálculo do IPTU muito superior aos *flats*, que eram calculados por unidade habitacional separadamente.

Isso refletia no preço final das tarifas hoteleiras cobradas em relação aos *flats*, concorrentes diretos dos hotéis. Havia também um passivo judicial que foi negociado em conjunto com a nova política fiscal adotada. Negociou-se a desistência das ações judiciais por parte dos hotéis com o levantamento dos valores depositados em juízo a favor da Prefeitura. Dessa maneira, conseguiram-se recursos importantes e de imediato. Foi criada uma nova classe de edificação para hotéis na tabela de cobrança do IPTU.

Com isso observou-se o atendimento ao pleito e pode-se incentivar a vinda e construção de novas unidades hoteleiras na cidade. Com a aproximação da Copa do Mundo de 2014 no Brasil, e sendo Recife, umas das cidades sedes escolhidas, essa política adotada terminou por lastrear um caminho de desburocratização e incentivo à construção de novas unidades hoteleiras, atendendo às demandas crescentes desse grande evento mundial que se avizinha.

4.10 Política que amplia o prazo de parcelamento dos débitos tributários junto ao município de 48 para 96 meses. Reduz o valor da parcela mínima de R\$ 50,00 passando para R\$ 25,00. - Lei 17.372 de 08.11.2007

– Política que reduz em 70% (até 31.01.2008 a redução foi de 90%) o valor correspondente aos juros e multas de mora para os casos de pagamento à vista dos débitos tributários. Lei 17.373 de 08.11.2007.

Essas duas legislações têm que ser analisadas em conjunto. Reclamação recorrente dos contribuintes em geral, a falta de um tratamento diferenciado quando se procurava a Prefeitura para pagamento à vista de débitos tributários. Antes, tanto fazia se pagar à vista ou parcelado, o valor era o mesmo. Utilizou-se de um princípio constitucional básico de justiça: “tratamento diferente para os diferentes e igual para os iguais”. Não era inteligente da parte Municipal não dar ao contribuinte que resolvesse quitar suas pendências tributárias, um tratamento diferenciado no tocante a juros e multas de mora (veja-se que não se reduziu o valor do principal corrigido monetariamente).

Para tal, concedeu-se nos dois primeiros meses de validade da lei um atrativo para que os quisessem quitar à vista tivessem uma redução de juros e multa de até 90 %. A partir daí, a política ficaria permanente, como o é até hoje, em 70% de redução dos juros e multa de mora para os pagamentos à vista. Para aqueles que não pudessem dispor de recursos para pagamento à vista, aumentou-se o prazo de pagamento de 48 para 96 meses, com redução da parcela mínima de R\$ 50,00 para R\$ 25,00 – que com certeza viabilizou para muitos contribuintes a possibilidade de regularização fiscal (certidões negativas de débitos fiscais, e poderem participar de licitações públicas, dentre outras vantagens).

Essa foi, entre as políticas públicas adotadas pela municipalidade, a mais abrangente. Conseguiu-se atingir a todos os segmentos devedores de tributos municipais e retirou-se uma pressão grande e diária que havia sobre o prefeito e o secretário de finanças, no sentido de reduzir a cobrança de tributos atrasados. O resultado como veremos no capítulo da análise das políticas adotadas, superou todas as expectativas. O fato das leis terem sido promulgadas no final do ano, ainda possibilitou a escolha, por parte dos contribuintes, do direcionamento de seus recursos (como décimo terceiro salário) para quitação com vantagens de débitos tributários e ainda sua regularização fiscal.

4.11 Política que concede benefícios a empresas de representação comercial por intermédio de alíquotas do ISS diferenciadas. Lei 17.374 de 08.11.2007 – Decreto 23.389 de 07.01.2008 e portaria 11 de 25.02.2008

A mesma forma como as atividades de agenciamento, corretagens e intermediações, esse segmento de representantes comerciais buscou junto a Prefeitura uma solução fiscal para os débitos existentes, assim como a regularização dos domicílios comerciais na cidade. São atividades similares no sentido de poderem ser prestadas independentemente do domicílio fiscal.

O presidente do CORE - Conselho Federal dos Representantes Comerciais reconheceu que a entidade fazia campanha para que os corretores saíssem do Recife em busca de outros domicílios fiscais mais vantajosos, gerando uma guerra fiscal indesejada por todos.

Com o desafio lançado de que se a arrecadação aumentasse, poder-se-ia diminuir a alíquota do ISS proporcionalmente. Observou-se que no primeiro ano a meta de aumento de arrecadação do setor foi alcançada. Um fato interessante foi o cumprimento de uma promessa feita durante as negociações.

O CORE espalhou pelas estradas e rodovias, que fazem fronteira com as cidades da região metropolitana da cidade, outdoors conclamando os representantes a voltarem para o Recife e divulgando a nova legislação. Isso sem dúvida teve um efeito avassalador positivo na arrecadação desse segmento.

4.12 Política voltada para empresas de *Home Care* (hospital em casa). Lei 17.375 de 08.11.2007.

Essa atividade, apesar de pouco expressiva ainda, pois só haviam cinco contribuintes instalados no município, estavam querendo se retirar para perto dos fornecedores de insumos: como oxigênio, fábricas de materiais hospitalares. Esses fornecedores estão todos localizados na região metropolitana da cidade, pois Recife tem um território pequeno de 219 Km² devido à conhecida história de lutas em sua ocupação por portugueses e holandeses.

Por esse motivo além da logística, as fábricas se instalam na região metropolitana da cidade. Mais que a perda de arrecadação do ISS, estava em cena uma cadeia de insumos que geram ICMS, cuja cota parte ainda é a maior fatia de arrecadação do município.

Com a tendência clara do ICMS ser cobrado, num futuro próximo, no local de consumo dos insumos (possibilidade dada pelas negociações da possível reforma tributária nacional), e preocupados com outros impostos partilhados com o município, a exemplo do IPVA- Imposto sobre propriedade de veículos automotores, partiu-se na busca de uma solução adequada para o setor. Esse imposto, IPVA, apesar de ser de competência estadual, tem sua receita dividida 50% para o estado e os 50% restantes para o município onde o veículo é emplacado.

Nesse caso, fizeram-se as amarrações em relação ao emplacamento das ambulâncias, pois os benefícios só seriam concedidos se houvesse registro do veículo na cidade do Recife.

4.13 Política que instituiu a Nota Fiscal Eletrônica NFS-e, e outras providências correlatas. - Leis 17.407 e 17.408 de 02.01.2008.

Sem dúvida alguma, a instituição dessa política foi a que ocasionou a maior revolução na administração tributária do município. Isso porque até o advento da nota fiscal eletrônica, todas as notas fiscais eram emitidas em papel. A fiscalização posterior de todas as notas autorizadas pelo fisco se fazia impossível. Fazia-se nas fiscalizações aos contribuintes uma amostragem de auditoria.

Agora as notas fiscais passaram a ser emitidas eletronicamente, via internet, dentro de um sistema de armazenagem instalado na Prefeitura, o que permitiu além da eliminação de crimes de sonegação fiscal - por exemplo, a nota fiscal calçada ou paralela - o controle integral sobre todas as notas emitidas pelos contribuintes.

Com certeza isso abalou o paradigma de trabalho, mesmo entre os auditores da Prefeitura, assim como o paradigma de emissão de notas fiscais e armazenamento por parte dos contribuintes.

Desde o processo licitatório para aquisição do sistema informático, o qual faria todo o processamento até o início das operações, com todas as resistências esperadas pela

mudança cultural que isso promoveria, pode-se experimentar, ainda no final de 2008, quão acertada havia sido a decisão de implantação dessa política de controle do lançamento tributário. Estrategicamente e utilizando-se da experiência já conhecida, implantou-se um abatimento no IPTU para aqueles contribuintes que solicitassem nota fiscal eletrônica. A ideia era estimular as pessoas a pedirem nota fiscal eletrônica e com isso serem recompensadas com 30% do valor do ISS pago pela nota emitida, a ser compensado no desconto de até 50% do IPTU do domicílio de sua escolha.

Como a utilização desse crédito gerado fora condicionada ao contribuinte estar adimplente com seus tributos, isso estimularia estrategicamente também ao aumento de arrecadação espontânea dos demais tributos municipais.

5 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ADOTADAS

Apresenta-se a análise que foi feita pela auditoria da Prefeitura, em resposta a um questionamento da Câmara Municipal do Recife, a respeito da efetividade das medidas adotadas pela gestão do executivo no período 2005-2008. As Câmaras municipais têm por prerrogativa a fiscalização das ações do executivo bem como a aprovação, ou não, das suas contas, conforme artigo 31 da Constituição Federal.

Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

§ 1º O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.

§ 2º O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

§ 3º As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei. (Constituição Federal-CF)

A apresentação se dará por algumas das políticas adotadas. O modelo de análise se dará na forma de perguntas e respostas sobre cada política.

Uma análise da política adotada para os segmentos do Porto Digital, Corretagem e representações comerciais:

Qual o incremento na receita de ISS em 2008, comparando-se com 2006 e 2007, dos seguintes segmentos: Porto Digital (lei nº 17.244/06), Intermediação e Corretagem (lei nº 17.237/06) e Representação Comercial (lei nº 17.374/07), em virtude dos benefícios concedidos?

Tabela 1 - Receita total do ISS

2006	2007	2008
261.235.402	286.708.728	310.623.221

Todos os valores deste relatório foram atualizados pelo IPCA até dez/08. E as informações, obtidas no SFTM - Sistema Informatizado de Arrecadação do Município e na DS – Declaração de Serviços.

Tabela 2 - Porto Digital

Lei nº 17.244/06. Vigência: 29/07/2006

	2006	2007	2008
ISS	4.776.487,19	5.565.266,08	5.772.714,80

Tabela 3 - Intermediação e Corretagem

Lei nº 17.237/06. Vigência: 06/07/06

	2006	2007	2008
ISS	1.343.904,94	1.700.538,44	2.600.506,34

Tabela 4 - Representação Comercial

Lei nº 17.374/07. Vigência: 08/11/07

	2006	2007	2008
ISS ^(*)	6.177.503	6.255.772	4.927.430
Faturamento do segmento	123.550.057,80	140.754.861,23	246.371.512,50

(*) alíquota de 2% a partir do mês de dezembro/07. Não inclui ISS retido na fonte.

Um dos objetivos desta lei foi incentivar o retorno ao Recife das empresas que migraram para municípios vizinhos, atraídos por alíquotas mais baixas. Embora se observe queda inicial na arrecadação do ISS em 2008, o faturamento dos representantes comerciais localizados no Recife teve, no período de um ano, um acréscimo superior a 50%, com repercussão no movimento econômico local e os benefícios dele decorrentes.

Ademais, entre o início de vigência da lei e dezembro/2008, 535 (quinhentos e trinta e cinco) novas empresas cadastraram-se no Recife, e a estimativa é de que a receita do ISS também volte a subir.

Ainda com relação aos segmentos acima, apresentaremos as memórias dos cálculos que possibilitaram a fixação da alíquota do ISS em 2% (Portarias SEFIN nº 005 e 006/2008) para o exercício de 2008, de acordo com as fórmulas estabelecidas nas respectivas leis. Apresentaremos também os cálculos para a fixação das alíquotas para o exercício de 2009.

Tabela 5 - Porto Digital

Calculado de acordo com o art. 6º da Lei nº 17.244/06.

Ano Paradigma (2005)	106.616.331,30
Ano Paradigma Corrigido	155.570.404,75
Faturamento 2007	182.366.227,93
df	17,224242
Alíquota (%)	1,71
Alíquota oficial (%)	2%

Crescimento do setor = 17,22%

Tabela 6 - Intermediação e Corretagem

Calculado de acordo com o art. 4º da Lei nº 17.237/06.

Ano Paradigma (2005)	14.830.879,28
Ano Paradigma Corrigido	15.978.789,34
faturamento 2007	25.311.065,50
K - 2007	300
df	58,40415045
Alíquota (%)	1,89388977
Alíquota oficial (%)	2%

Crescimento do setor = 58,40%

Tabela 7 - Representação Comercial

Calculado de acordo com o art. 4º da Lei nº 17.374/07.

Ano Paradigma (2006)	70.596,21
Ano Paradigma Corrigido	72.897,65
Rec 2007	146.684,50
K – 2008	250
dr	101,22
Alíquota (%)	1,242422452
Alíquota oficial (%)	2%

Obs.: utilizado apenas um mês para apuração da alíquota, dezembro, devido ao início da vigência da lei ter ocorrido em novembro.

Qual foi o incremento no número de empresas prestadoras de serviços de representação comercial após a publicação da lei nº 17.374/07?

Cadastraram-se no Recife 535 (quinhentas e trinta e cinco) empresas de representação comercial, entre a publicação da Lei 17.374/07 e dezembro/2008. Nos anos 2007/2008, 1.260 empresas do segmento apresentaram recolhimento de ISS.

Cadastraram-se no Recife 86 (oitenta e seis) empresas de corretagem, entre a publicação da Lei 17.237/07 até dezembro/2008. Nos anos 2007/2008, 211 empresas do segmento apresentaram recolhimento de ISS.

Quantos contribuintes tiveram o benefício suspenso pelo disposto no inciso II das Portarias SEFIN nº 005 e 006/2008?

Não há registro de suspensão de benefício.

Qual foi o incremento de arrecadação em virtude dos benefícios fiscais concedidos aos segmentos de Ensino Regular, pré-escolar, fundamental e médio (Lei nº 17.282/06), de Clínicas e Prontos-Socorros (Lei nº 17.240/2006) e de Assistência e Internação Domiciliar (Lei nº 17.375/07)? Informar os valores de ISS arrecadado pelos segmentos acima nos exercícios de 2006, 2007 e 2008.

Tabela 8 - Hospitais/Educação/Home Care

ATIVIDADE	2006	2007	2008
HOSPITAIS E CLÍNICAS	14.810.039	15.545.978	16.678.875
EDUCAÇÃO	7.715.815	9.917.564	11.667.195
RECEITA TOTAL DO ISS	261.235.402	286.708.728	310.623.221

ATIVIDADE	2006	2007	2008
INTERNAÇÃO DOMICILIAR ⁽¹⁾	661.358	1.137.615	493.704
Receita total do ISS	261.235.402	286.708.728	310.623.221

Há 4 (quatro) empresas de internação domiciliar estabelecidas no Recife. Elas operam por meio de chamadas para uma central telefônica, a partir da qual é acionada uma ambulância com a equipe médica. Pela característica da atividade, é possível fazer planejamento tributário, transferindo a sede dessas empresas para qualquer cidade da Região Metropolitana do Recife.

A adequação de alíquota para 2% garantiu a permanência das empresas no Recife. Junto com essas empresas funciona um arranjo econômico próprio de venda de

medicamentos e alimentação pronta para os pacientes, trazendo com isso aumento na cota parte do ICMS para o Recife. Também, é exigido que estejam todos os veículos utilizados pela empresa, matriculados no Recife, trazendo o percentual de IPVA correspondente para o município².

Quanto à política de concessão de redução de juros e multa de mora para os contribuintes em atraso com o fisco municipal, fez-se a seguinte análise:

Quais os valores totais de multas e juros anistiados e/ou remidos (sic), relativos aos valores pagos, com os benefícios da Lei 17.373/07?

Tabela 9 - Impacto redução juros e multas de mora

RECEITA	TOTAL/2007	TOTAL/2008
IMPOSTOS, TAXAS e OUTRAS RECEITAS	R\$ 558.518.098,80	R\$ 623.728.188,40
MULTAS	R\$ 12.982.185,44	R\$ 11.914.554,95
JUROS	R\$ 25.514.052,43	R\$ 21.333.496,51
TOTAL	R\$ 597.014.336,67	R\$ 656.976.239,86

	TOTAL/2007	TOTAL/2008
ESTORNO/MULTAS	R\$ 4.401.428,49	R\$ 7.669.643,15
ESTORNO/JUROS	R\$ 6.525.391,32	R\$ 19.184.656,21
TOTAL	R\$ 10.926.819,81	R\$ 26.854.299,36

Ou seja, do total recebido pela prefeitura em 2007, correspondente a R\$ 597.014.336,67, somente R\$ 10.926.819,81 foram estornados por conta da redução, significando um percentual de 1,83% do total arrecadado. Já em 2008, dos R\$ 656.976.239,86 recebidos houve um estorno de R\$ 26.854.299,36, representando 4,08 % do total recebido.

Quanto à política aplicada para os Laboratórios de análises, fez-se a seguinte análise dos resultados:

Em quanto importou a renúncia de receita (remissão) concedida através da Lei 17.384/07? Em contrapartida, qual foi o incremento na arrecadação do ISS dos segmentos beneficiados por essa lei em 2008, comparando-se com 2007.

² O acréscimo do recolhimento do ISS em 2007 do segmento Internação Domiciliar inclui o pagamento de débitos de exercícios anteriores, na forma prevista na lei 17.373/ 07.

Até o presente momento nenhuma empresa conseguiu cumprir o elenco de exigências legais para tal.

Tabela 10 - Laboratórios

ATIVIDADE	2007	2008
LABORATÓRIOS	2.137.411	2.556.558
RECEITA TOTAL DO ISS	286.708.728	310.623.221

Pode-se ainda adicionar a esses dados com a entrada de recursos advindas dos pagamentos de atrasados desse segmento de laboratórios que estavam pendentes por demandas judiciais. Com a adesão ao programa houve o seguinte ingresso de recursos nos cofres públicos municipais:

Tabela 11 – Remissão do PREFIS

EMPRESA	DATA DA REMISSÃO	VALOR TOTAL A PAGAR NA REMISSÃO	VALOR PAGO À VISTA	VALOR PARCELADO
Empresa A	30/11/2009	4.889.322,56	2.955.145,08	1.934.177,48
Empresa B	23/08/2010	1.471.353,78	1.471.353,78	não houve
Empresa C	10/09/2010	24.810,82	24.810,82	não houve
Empresa D	08/01/2010	1.002.804,80	199.208,00	803.596,80
Empresa E	10/05/2010	683.115,82	125.735,39	557.380,43
Empresa F	30/05/2012	437.582,91	127.795,55	309.787,36
TOTAL		8.508.990,69	4.904.048,62	3.604.942,07

Quanto à política adotada aos Call Centers, fez-se a seguinte análise:

Qual foi o incremento na receita de ISS em virtude da concessão de incentivos fiscais às empresas prestadoras de serviços de *Call Center* (Lei nº 17.174/2005)? Apresentar a receita anual de ISS do segmento nos exercícios de 2005 a 2008.

A natureza da atividade permite às empresas se localizarem em qualquer cidade do Brasil, uma vez que o atendimento/operação é realizado 100% por telefone. Esse segmento é significativamente empregador de mão-de-obra jovem, o primeiro emprego, que juntamente com a arrecadação do ISS, justificam a manutenção de uma alíquota competitiva com as demais capitais do Brasil.

Tabela 12 - Call Center

ATIVIDADE	2005	2006	2007	2008
CALL CENTER	8.481.355	9.728.193,	9.708.487	8.593.429
RECEITA TOTAL DO ISS	235.198.603	261.235.402	286.708.728	310.623.221

Obs.: Dentre as 04 maiores empresas do segmento, uma não goza do incentivo fiscal porque não preenche os requisitos previstos na lei. E, outra, desativou uma das agências em Recife, no exercício de 2008. Valores incluem ISS próprio e ISS retido na fonte.

As empresas beneficiadas com a isenção parcial do item anterior estão cumprindo com a obrigação disposta no art. 11 da lei 17.174/2005 (5% do total de postos de trabalhos ocupados por portadores de deficiência)?

Na análise dos processos, a auditoria verifica o cumprimento de todos os requisitos.

Quanto à política dos cartões de crédito, temos a seguinte análise:

Em quanto importa a renúncia de receita mensal oriunda do benefício fiscal concedido às empresas operadoras de cartão de crédito (Lei nº 17.193/2006) visto que existem empresas desse segmento entre os maiores contribuinte de ISS do município?

Não há registro de renúncia de receita, embora uma empresa do segmento tenha saído do Recife no segundo semestre de 2008.

Tabela 13 - Cartões de crédito

ATIVIDADE	2006	2007	2008
CARTÕES DE CRÉDITO	12.391.254	13.358.840	14.750.267
RECEITA TOTAL DO ISS	261.235.402	286.708.728	310.623.221

Análise da política adotada para a implantação da Nota Fiscal de Serviços eletrônica:

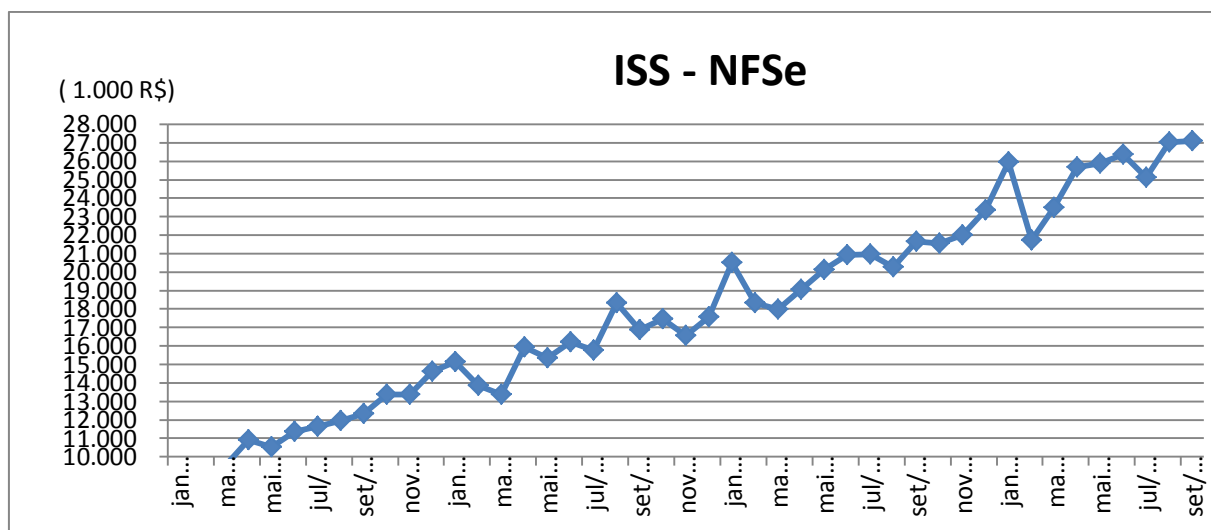
Qual o incremento na receita de ISS das empresas que aderiram à NFS-e instituída pela lei nº 17.407/08, comparando-se o recolhimento atual com os valores que vinham sendo recolhidos por essas empresas?

Tabela 14 - NFS-e

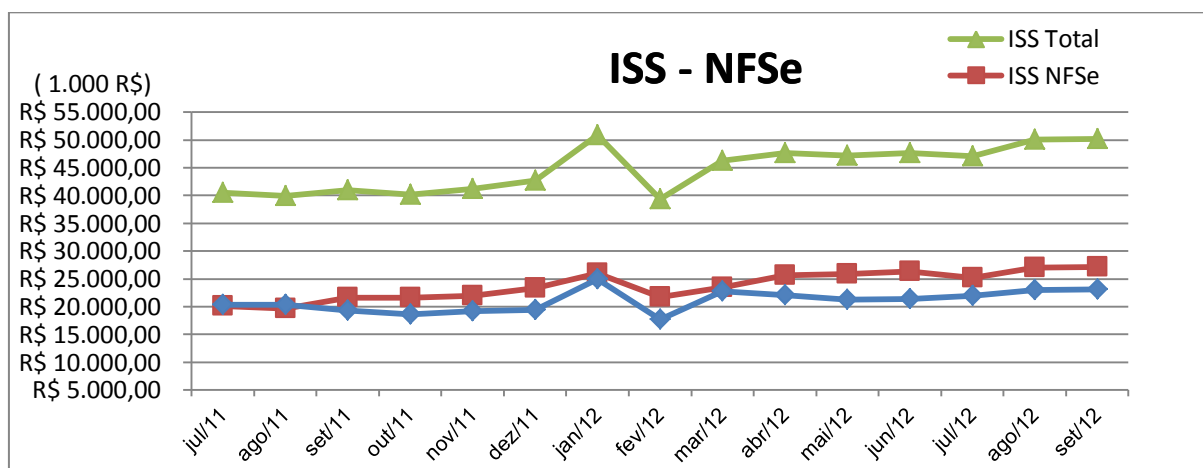
Quantidade de empresas autorizadas a emitir NFS-e	2.939
Quantidade de empresas não obrigadas e que emitem NFS-e	1.266 (43%)
Total de NFS-e emitidas	5.013.169
Valor do ISS DEVIDO, decorrente da NFS-e	R\$ 69.674.138,10

Informações do período entre Julho /2008 a Janeiro/2009.

A título de esclarecimento, seguem alguns gráficos que corroboram com a tese do êxito da implantação da Nota Fiscal eletrônica.

Gráfico 1 - ISS NFS-e

Arrecadação do ISS advindo das Notas Fiscais eletrônicas, emitidas, mês a mês de março/2009 a set./ 2012.

Gráfico 2 - ISS Total x ISS NFS-e

Obs.: O ISS advindo das NFS-e já é superior a 50% do total do ISS recolhido no município.

Tabela 15 - ISS comparativo

RECEITA	MÊS	ANO		
		2006	2007	2008
ISS PRÓPRIO - NOTA FISCAL ELETRÔNICA	7	-	-	326.562
	8	-	-	1.467.078
	9	-	-	4.400.670
	10	-	-	6.019.689
	11	-	-	6.244.749
	12	-	-	6.778.397
ISS PROPRIO EXERCICIO – SIMPLES NACIONAL	7	-	-	561.496
	8	-	214.831	556.015
	9	-	794.981	688.262
	10	-	628.833	685.669
	11	-	629.998	717.734
	12	-	644.727	735.003
ISS PROPRIO HOMOLOGADO	7	5.731.682	6.367.707	6.570.837
	8	5.922.678	5.960.764	5.256.379
	9	6.022.359	6.055.851	2.433.662
	10	6.097.842	6.079.048	1.192.116
	11	6.060.835	5.895.065	700.639
	12	6.433.869	6.982.724	704.130
TOTAL GERAL		36.269.26	40.254.52	46.039.088

VARIAÇÃO/ANO	2006/2007	2007/2008
VARIAÇÃO EM R\$	3.985.262	5.784.560
VARIAÇÃO PERCENTUAL	10,99%	14,37%
DIFERENÇA DA VARIAÇÃO	3,38%	
DATA DA ULTIMA ARRECADAÇÃO	23/01/2009	

Tabela 16 - Receitas Prefeitura 2008-2011

TRIBUTOS	2008	2009	2009 2008	2010	2010 2009	2011	2011 2010
OUTRAS	242.739.478	84.083.686	-65,36%	101.059.482	20,19%	317.809.616	214,48%
TRANSF.	1.159.455.192	1.421.900.199	22,64%	1.488.769.087	4,70%	1.726.503.222	15,97%
ISS	327.937.424	361.695.788	10,29%	425.946.517	17,76%	493.992.998	15,98%
ITBI	33.118.536	40.129.783	21,17%	47.321.489	17,92%	60.588.739	28,04%
TAXAS	143.557.040	142.777.274	-0,54%	154.003.438	7,86%	114.082.825	-25,92%
IPTU	194.827.743	197.151.194	1,19%	212.108.292	7,59%	232.154.587	9,45%

Apesar da crise de 2009 e a esperada queda na arrecadação dos impostos ligados diretamente ao movimento econômico, caso do ISS, pode-se perceber um crescimento acelerado do ISS. A única alteração significativa para o período avaliado foi na implantação da NFS-e.

Com certeza, o crescimento da arrecadação espontânea - seja pela eliminação da sonegação fiscal por impossibilidade de notas fiscais paralelas ou dita calçadas (segunda via fixa do talão não correspondia à primeira via da Nota Fiscal), seja pelo maior controle por parte do fisco - foi um dos elementos mais impactantes nesse aumento (ou não queda, esperada) de arrecadação do ISS. O incentivo à solicitação das notas pela sociedade, estimulada pelo desconto no IPTU, ainda não se fez tão percebida, pela falta de uma política mais agressiva de propaganda junto à população. Mas isso depende da visão política da gestão que mudou a partir de 2009.

Quanto foi concedido de créditos nas operações citadas na lei nº 17.408/08 que serão utilizados para abatimentos no IPTU de 2009?

Total de créditos de ISS gerados em 2008 para abatimento do IPTU/2009: R\$ 441.963,15.

Total de créditos de ISS efetivamente utilizados para o abatimento do IPTU/2009: R\$ 468,15.

A baixa utilização dos créditos gerados é justificada pela baixa adesão da população à NFS-e do ponto de vista do serviço no varejo. Infelizmente no ano de implantação do sistema (2008) coincidiu com ano eleitoral municipal, o que impediu a administração de fazer publicidade da novidade junto à população por uma questão de veto da legislação eleitoral brasileira, naquele período.

A partir dos anos seguintes, com a implementação da publicidade do novo sistema, pode-se sentir um aumento considerável tanto na solicitação da NFSe como na utilização do crédito por parte dos contribuintes.

Qual foi o custo total da implementação do sistema da NFS-e (hardwares e softwares) e em quanto tempo se prevê o retorno do investimento feito?

O investimento foi de R\$ 3.240.000,00 (três milhões duzentos e quarenta mil reais) de forma parcelada em 24 meses. O retorno ocorreu no prazo inferior a 2 (dois) anos, levando-se em conta o crescimento da receita até agora verificado. A NFSE é conhecida

apenas pelos segmentos prestadores de serviços e pelos contadores. Quando a sociedade tomadora de serviço tomar conhecimento, por meio da publicidade institucional, dos benefícios de pedir a NFSE, certamente a arrecadação vai ser potencializada.

Para a concessão dos incentivos previstos nas leis citadas anteriormente, as empresas beneficiárias estão obedecendo ao disposto no art. 1º da Lei 17.303 de 26 de fevereiro de 2007, o qual obriga as mesmas a preencher seu quadro de funcionários com, no mínimo, 10% do seu quadro de funcionários com pessoas a partir de 40 anos.

Na análise dos processos para concessão dos benefícios, os dispositivos da lei 17.303/2007 ainda estão sendo observados.

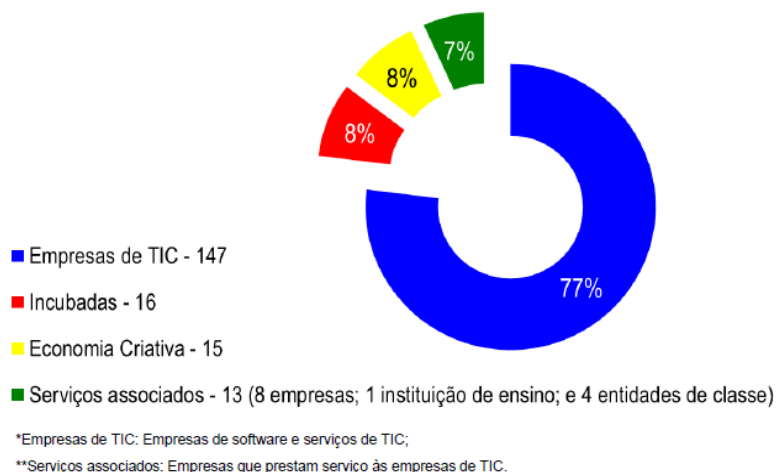
Finalmente se faz importante observar que a Câmara Municipal deu por encerrada sua análise sobre as políticas adotadas quando aprovou as contas municipais do poder executivo, nos anos de 2005 a 2008, referendadas pelo TCE- Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

5.1 Criação de Empregos no Porto Digital

Do ponto de vista da criação de empregos, anexou-se parte do estudo realizado pela OS Porto Digital, conjuntamente com o Ministério da Ciência e Tecnologia do Governo Federal, no tocante às empresas (191 no total) que foram instaladas desde o ano 2000 assim como a quantidade de empregos gerados pelo projeto (6.195).

Perfil geral do Porto Digital (atualizado para Dezembro/2010)

Gráfico 3 - Dados Gerais do Porto Digital - 191 Empresas



Dados Gerais do Porto Digital Empresas

Faturamento: R\$ 870.873.585,00

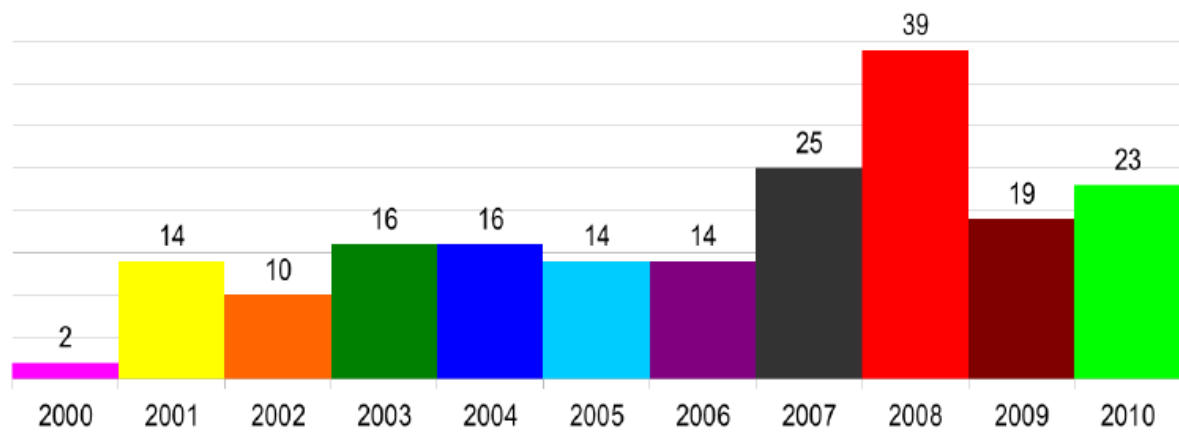
Número de funcionários: 6.195

Número de empreendedores: 498

Salário Médio: R\$ 2.606,22

Área recuperada do Porto Digital: R\$35.000 m²

Gráfico 4 - Dados Gerais do Porto Digital/ Empresas-Ano de fundação



6 CONCLUSÃO

O crescimento do ISS nos diversos segmentos atingidos pelas políticas adotadas, advindos da análise feita no capítulo anterior, mostra que a estratégia de se utilizar uma engenharia tributária para desoneração fiscal, estava correta.

A própria vinda da presidenta Dilma Rousseff ao Recife, para inauguração de um *Call Center* com 40.000 novos postos de trabalho, é uma prova cabal de que a política de incentivo adotada trouxe resultados promissores, não só do ponto de vista arrecadatário como do ponto de vista para-fiscal do tributo (criação de empregos).

Havia um sentimento na equipe de governo de que se estava na direção correta na construção de um novo relacionamento entre Estado e sociedade, mais aberto e democrático.

Houve outros avanços nesse sentido, como por exemplo, a publicação on-line via internet, ainda em 2005, de todas as receitas e despesas da Prefeitura.

Ainda, a publicação de todos os repasses voluntários e não voluntários recebidos da União ou de outros entes, como também os repassados pela prefeitura à sociedade (somente agora em 2010, foi promulgada uma legislação federal: Lei da Transparência, obrigando todos os entes federados a essa abertura). Isso foi um avanço muito grande na transparência e no aumento do controle social.

A Prefeitura como um todo passava também por um processo de mudança comportamental, de abertura às demandas sociais. Foram criados vários conselhos consultivos e até deliberativos, que visavam trazer a sociedade civil representada para dentro das decisões estratégicas e da formação da agenda pública.

O CDU (Conselho de Desenvolvimento Urbano), pelo qual passavam previamente todos os projetos arquitetônicos de impacto ambiental da cidade (mais de 20.000 metros quadrados), foi um exemplo dessa mudança. Cite-se também o orçamento participativo- OP do Recife, tido como umas das melhores experiências de participação popular direta no país.

A instalação de diversos conselhos municipais como os de saúde, educação, assistência social, habitação e moradia, além do conselho do turismo, formataram na cultura da gestão uma abordagem mais aberta às demandas sociais.

A percepção é que no campo da negociação houve um amadurecimento e reflexões bastante interessantes. Com certeza caberia aqui um capítulo exclusivo e mais dedicado só a esse tema. Houve uma forte experiência com certos segmentos empresariais que procuraram a Prefeitura com grandes demandas judiciais pendentes. Ficava evidente que em alguns momentos as negociações teriam que se dar em outro cenário. Houve momentos de muita tensão, pois ao não se atender a algumas reivindicações, ficava claro que não se estava ali para favorecer a solução de problemas de caixa das empresas ou de riscos inerentes às atividades empresariais.

Apesar de se perceber que a construção da gestão se dava por um viés mais societal, pois mesmo em uma área pouco afeta à população na tomada de decisões, observou-se ali a tentativa de construção de ambientes de negociação nos quais a oitiva não era pura retórica. Conforme Ana Paula (2007, p.188): “A questão que se coloca então é se a lógica gerencialista favorece ou não o desenvolvimento da dimensão sociopolítica da gestão, aprimorando a governança”.

Nessa época, fez-se na SEFIN a contratação de uma consultoria para tratar da parte da gestão e relacionamentos entre atores internos e externos. Notou-se que fora um desafio grande, pois a reação dos quadros funcionais, a princípio, foi muito forte por se tratar de uma tratativa nova. Desse trabalho, gerou-se a edição de um livro pela Editora Bargaço (Valença, Antônio Carlos- **Método da Investigação Apreciativa da Ação na ação. Um caso prático de introdução à mudança de Teoria de Ação de valores da cultura e do sistema de aprendizagem organizacional da SEFIN- Secretaria de Finanças da Prefeitura da Cidade do Recife.** Bargaço, 2009). Porém, a Secretaria de Finanças era apenas um dos núcleos de poder instituído na Prefeitura.

No entanto, relendo o livro da professora Ana Paula (2007, p.204), pode-se encontrar no estudo em análise do governo municipal, vários procedimentos da gestão gerencial.

[...] a busca por indicadores de desempenho, governo empreendedor, gerando receitas e não despesas- seguindo o espírito empreendedor, o governo deveria poupar mais, criar meios de gerar novas receitas, vincular a dotação orçamentária ao desempenho de cada departamento e criar remunerações variáveis para os administradores públicos.

Nessa busca, citaria como exemplos a tentativa da gestão de se criar o orçamento premiado, onde cada gestor poderia gerir seu orçamento com base em metas pré-estabelecidas

e com isso gerar um superávit nas despesas correntes que poderiam levá-lo à premiação no orçamento seguinte, com um percentual de livre gasto.

O assunto do gasto público mereceria um estudo à parte. Faz-se aqui uma crítica à exagerada atenção que os órgãos arrecadatórios de todos os entes federados têm dado ao aumento da arrecadação. A utilização das melhores tecnologias disponíveis na busca por maiores arrecadações tributárias; vide a NFS-e e tantas outras tecnologias empregadas no intuito de se aumentar arrecadação. E quanto à eficiência da máquina pública do ponto de vista do gasto público? O dinheiro que já está em caixa e às vezes se vê escorrer pelo “*ladrão*”, usando-se uma linguagem bem popular, mas modernamente muito bem colocada.

A máxima das ciências econômicas é que os recursos são finitos, mas as demandas, infinitas. Nesse sentido há muito que se fazer na parte da despesa pública, procurando o aumento dos recursos via efficientização das despesas. A efetividade do gasto público no Brasil precisa passar por uma revolução, assim como passou a parte da receita. Mas isso é uma decisão política. A sociedade precisa acordar para necessidade de se investir numa maior transparência e efetividade da despesa pública.

Houve também a criação da remuneração variável para auditores e procuradores o que gerou grande diferenciação entre as demais categorias funcionais e distorções que ainda precisam ser melhor avaliadas.

Diria, enfim, que a tentativa de se usar um modelo gerencial foi no sentido de aperfeiçoar a máquina estatal na busca de uma melhor eficiência. No entanto, por todos os exemplos citados, criação dos conselhos, orçamento participativo e oitiva da sociedade organizada, a gestão foi muito mais caracterizada pelo esforço na busca de construir uma gestão com viés mais societal, que segundo Tenório (1998) “[...] contrapõe-se à gestão estratégica na medida em que tenta substituir a gestão tecnoburocrática, monológica, por um gerenciamento mais participativo, dialógico, no qual o processo decisório é exercido por meio de diferentes sujeitos sociais.”

Seria pura ingenuidade achar que já se estivesse vivenciando um ambiente preconizado pelos defensores de uma gestão com viés mais societal. Mas reconhece-se o esforço de uma abertura grande dos atores em tentar entender as consequências sociopolíticas das decisões tomadas no âmbito do poder municipal.

Como parte da pesquisa desse trabalho acadêmico, deixam-se algumas sugestões:

. A busca da excelência na administração pública não deve se dar só pela melhoria de sua condução, mas principalmente pela busca de se fazer da sociedade ator principal nas tomadas de decisão.

. Os ditames legais não devem ser vistos como impeditivos categóricos ao atendimento dos pleitos sociais. O uso de inovação e criatividade na administração pública deve ser almejado como uma ferramenta na busca de soluções aos desafios encontrados no dia-a-dia.

. A observância das leis e regras estabelecidas para a administração pública deve ser feita com transparência e diálogo permanentes com os órgãos responsáveis pela fiscalização da administração pública, prevenindo-se assim dos sobressaltos na execução e implantação de políticas públicas planejadas.

Algumas lições evidentes devem ser retiradas. A reforma da Administração Pública é um processo de ciclo longo e que raramente paga dividendos políticos a quem a empreende.

Nesse contexto, são atuais as palavras de Guerreiro Ramos (1966), que há cerca de 30 anos já discutia a questão da administração pública:

A nova administração pública é aquilo que quotidianamente ignoramos como administradores públicos. Ela deve ser essencialmente não prescritiva e se orientar para o curso de ações e necessidades dos cidadãos em um dado momento, evitando-se os enfoques normativos e subordinando a teoria das organizações à teoria do desenvolvimento humano. Em outras palavras, a nova administração pública está sempre em processo de reinvenção e enquanto houver vitalidade democrática permanecerá como um projeto inacabado.

No Brasil sempre se soube que não foi a sociedade que criou o Estado, mas este que criou nossa sociedade. Mas essa lógica começa a ser invertida com a participação popular e o maior controle social. Porque cada vez mais será a sociedade civil que reformará ou aperfeiçoará o Estado, tornando as instituições mais democráticas e os governos melhores.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. **O impacto do modelo gerencial na Administração Pública: um breve estudo sobre a experiência internacional recente**. Brasília: ENAP, cadernos ENAP, n.10, 1997.

_____. Costa, Valeriano. **Reforma do Estado e o contexto federativo brasileiro**. (Série Pesquisa, 12) São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 1998.

AFONSO, José Roberto Rodrigues. **Evolução das relações intergovernamentais no Brasil entre 1968 e 1988: transferências e endividamento**. 1989. Dissertação de Mestrado em Economia – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**, v. 1. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

CASTANHAR, José César. **Arranjos produtivos locais como estratégia de interiorização da atividade econômica, com dinamismo e redução das desigualdades**. In FLEURY, Sônia, **Democracia, descentralização e desenvolvimento: Brasil e Espanha** – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CATELLI, Armando e SANTOS, Edilene Santana. **Mensurando a criação de valor na gestão pública**. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro 38 (3): 423 – 429. Maio/Junho de 2004.

COSTA, Gustavo. **Federalismo & ICMS: Reflexos Tributários**. Curitiba: Juruá, 2001.

_____. **O federalismo dinâmico regional: O processo federativo no constitucionalismo brasileiro**. 2003. 152 p. Dissertação (Mestrado em Direito da Faculdade de Direito do Recife), Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

Democracia, descentralização e desenvolvimento: Brasil e Espanha / Organizadora Sonia Fleury. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

DROR, Yehezkel. **A capacidade para governar: Informe ao Clube de Roma** / Yehezkel Dror; tradução Carolina Andrade; revisão técnica Giselda Barroso Sauveur. – São Paulo: Fundap, 1999.

ELALI, André, **O Federalismo fiscal brasileiro e o Sistema Tributário Nacional**. São Paulo: MP, 2005.

GAROFOLI, Giocchino. **Desarrollo económico, organización de la producción y territorio**. Desarrollo económico local em Europa, Colegio de Economistas de Madrid, España, 1995.

Gestão pública: práticas e desafios / Sylvana Maria Brandão de Aguiar (org.) – Recife. Bargaço, 2007. v. 1.

GIAMBIAGI, Fabio; ALÉM, Ana Cláudia. **Finanças Públicas – Teoria e Prática no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **Administração e estratégia de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: FGV, 1966.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica** / Eva Maria Lakatos, Marina de Andrade Marconi. – 3. ed. – São Paulo : Atlas, 2000.

MELO, Marcus; PEREIRA, Carlos; SOUZA, Saulo. **The political economy of fiscal reform in Brazil: the rationale for the suboptimal equilibrium**. Disponível em <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=35083983>
Acesso em: 12 set. 2012.

MINTZBERG, Henry. **Safári da estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico** / Henry Mintzberg, Bruce Ahlstrand, Joseph Lampel; tradução Nivaldo Montigelli Jr. – Porto Alegre : Bookman, 2000.

MOTTA, Paulo Roberto. **Gestão contemporânea: a ciência e a arte de ser dirigente** / Paulo Roberto Mota. – 13 ed. – Rio de Janeiro: Record, 2002.

OLIVEIRA, Adalton. **Espaços para o crescimento sustentado na economia brasileira**. DUPAS, Gilberto (Org.). São Paulo: Editora UNESP: IEEL, 2007.

PATRÍCIO, Antonio Vergara Rojas. **Desenvolvimento endógeno. Um novo paradigma para a gestão local e regional** – Fortaleza, IADH, 2004.

PAULA, Ana Paula Paes de. **Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea** / Ana Paula Paes de Paula. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Construindo Estado republicano: democracia e reforma da gestão pública** / Luiz Carlos Bresser Pereira; tradução Maria Cristina Godoy. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

_____, Luiz Carlos Bresser. **Da administração pública burocrática à gerencial**. In: _____ e SPINK, Peter Kevin (Orgs.). **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. 7ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

PINTO, Márcio Percival Alves (Org.). **Política e desenvolvimento fiscal no Brasil**. Campinas SP. Editora da Unicamp, 2006.

Política fiscal e desenvolvimento no Brasil / organização: Márcio Percival Alves Pinto, Geraldo Biasoto Júnior. – Campinas, SP: Editora Unicamp, 2006.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social : métodos e técnicas** / Roberto Jarry Richardson; colaboradores José Augusto de Souza Peres...(et al.). –São Paulo: Atlas, 1999.

SARAVIA, Enrique. **Políticas públicas: coletânea**. Enrique Saravia, Elisabete Ferrarezi. Brasília: ENAP, 2006, p.21-42.

SEN, Amarthia Kumar. **Desenvolvimento como liberdade** / Amarthia Kumar Sen : tradução Laura Teixeira Motta ; revisão técnica Ricardo Domisseli Mendes. – São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Fernando Rezende. **O dilema fiscal: remendar ou reformar?** / Fernando Rezende, Fabrício Oliveira, Erika Araujo. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

Sistema político brasileiro: uma introdução / organizadores: Lúcia Avelar & Antônio Octávio Cintra. [2. ed.]. – Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Editora Unesp, 2007.

STRAUSS, Anselm. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos de teoria fundamentada** / Anselm Strauss, Juliet Corbin; tradução Luciane de Oliveira Rocha. – 2. ed. – Porto Alegre : Artmed, 2008.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. **Tem razão a administração? Ensaio de teoria organizacional** / Fernando Guilherme Tenório. – 2. ed. rev. – Ijuí : Ed. UNIJUI, 2004. 136p. – (Coleção administração e contabilidade).

_____ e SARAIVA, Henrique J. **Escorços sobre gestão pública e gestão social**. In: MARTINS, Paulo Emílio Matos e PIERANTI, Octávio Penna. Estado e gestão pública: visões do Brasil Contemporâneo – reimpressão. Rio de Janeiro: FGV, 2007 b).

Valença, Antônio Carlos. **Método da Investigação Apreciativa da Ação na ação. Um caso prático de introdução à mudança de Teoria de Ação de valores da cultura e do sistema de aprendizagem organizacional da SEFIN- Secretaria de Finanças da Prefeitura da Cidade do Recife**. Bargaço, 2009

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração** / Sylvia Constant Vergara. – 3. ed. – São Paulo : Atlas, 2008.

_____. **Projetos e pesquisa em administração** / Sylvia Constant Vergara. – 9. ed. – 2. Reimpressão. – São Paulo: Atlas, 2008.

YIN, Robert K.. **Estudo de caso: planejamento e métodos** / Robert K. Yin; tradução Ana Thorell ; revisão técnica Cláudio Damacena. – 4. Ed. – Porto Alegre: Bookman, 2010.

WEBER, M. **Economia e sociedade. Fundamentos da sociologia compreensiva**. Volume 2. Brasília: UnB, 1999.

WRIGHT, Peter L. **Administração estratégica: conceitos** / Peter Wright, Mark J. Kroll, Jhon Parnell: tradução Celso A. Rimoli, Lenita R. Esteves. – 1. ed. – 10. Reimpressão – São Paulo: Atlas, 2009.

ANEXOS

ANEXO A

LEI Nº 17.174/05

EMENTA: Institui o programa de geração de empregos e incremento de arrecadação vinculados ao Plano de Revitalização da Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural 09 - Sítio Histórico do Bairro do Recife.

O POVO DA CIDADE DO RECIFE, POR SEUS REPRESENTANTES, DECRETOU, E EU EM SEU NOME, SANCIONO A SEGUINTE LEI

Art. 1º Esta Lei institui o programa de geração de empregos e aumento de arrecadação tributária vinculados ao Plano de Revitalização da Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural 09 - Sítio Histórico do Bairro do Recife.

Art. 2º Estão habilitados a gozar os benefícios previstos nesta Lei os contribuintes do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS que estejam estabelecidos no Sítio Histórico do Bairro do Recife e no Centro Expandido do Recife.

Parágrafo Único. Considera-se, para efeitos desta Lei, área do Centro Expandido do Recife aquela que engloba os seguintes bairros: Bairro do Recife, Boa Vista, Santo Antonio, São José, Santo Amaro, Ilha do Leite e Cabanga.

Art. 3º Aplica-se o disposto nesta lei aos contribuintes que se estabelecerem na área do Centro Expandido do Recife e que exerçam atividades ligadas às funções de relacionamento remoto com clientes mediante centrais nas quais há o processamento de chamadas em alto volume, ativas ou receptivas.

Art. 4º Para efeitos de aplicação da presente Lei, deverá o exercício ser dividido em 4 (quatro) trimestres, da seguinte forma:

- I - primeiro trimestre - composto dos meses de janeiro a março;
- II - segundo trimestre - composto dos meses de abril a junho;
- III - terceiro trimestre - composto dos meses de julho a setembro;
- IV - quarto trimestre - composto dos meses de outubro a dezembro.

Art. 5º As empresas que se interessarem em participar do programa deverão formalizar requerimento à Secretaria de Finanças.

Parágrafo Único. Não poderão fazer jus ao benefício fiscal desta Lei os contribuintes que não comprovarem regularidade fiscal e, no caso do benefício previsto no artigo 8º, cumulativamente o funcionamento no Município do Recife, há mais de 4 (quatro) trimestres e empregando no mínimo e durante este período, 100 funcionários no exercício das funções previstas no art. 3º desta Lei..

Art. 6º Anualmente deverão as empresas inscritas no programa comprovar que satisfazem os requisitos necessários à outorga do benefício como condição para a sua renovação, na forma prevista em regulamento.

§ 1º No caso de verificar-se o não preenchimento dos requisitos necessários, o benefício será cancelado, retornando, a partir do exercício subsequente, à alíquota ao valor previsto na Lei no 15.563/91.

§ 2º No caso previsto no parágrafo anterior, a alíquota só retornará ao valor previsto pela Lei no 15. 563/91 quando decorrido, no mínimo, 90 (noventa) dias do cancelamento.

§ 3º Em casos de fraude por parte do beneficiário ou na ausência de encaminhamento da comprovação na forma prevista em Regulamento, o ato de concessão será cancelado de imediato, sem prejuízo das penalidades legais e da cobrança do valor pago a menor em face da aplicação indevida da alíquota reduzida, se for o caso.

Art. 7º O contribuinte solicitará o benefício desta Lei na forma prevista em Decreto.

§ 1º Cada um dos trimestres anteriores à primeira solicitação a que se refere o caput deste artigo serão

denominados "trimestre paradigma" para efeitos de aplicação da fórmula a que se refere o artigo 8º desta Lei.

§ 2º O faturamento de cada trimestre paradigma servirá como critério fixo e único para o cálculo do benefício outorgado por esta Lei, devendo os seus valores ser corrigidos pelo índice previsto na legislação tributária do Município do Recife.

§ 3º O cálculo do benefício outorgado por esta Lei deverá sempre considerar o trimestre paradigma correspondente ao mesmo conjunto de meses do trimestre em que ocorrer a solicitação.

Art. 8º Ao final de cada trimestre, o contribuinte fará a comparação entre o faturamento deste trimestre e o do trimestre paradigma, corrigido monetariamente pelo índice previsto na legislação tributária do Município do Recife.

Parágrafo Único. Para efeitos de cálculo da alíquota do ISS a ser aplicada no trimestre subsequente deverá ser aplicada a seguinte fórmula:

$$Y\% = 525 / (100 + df)$$

Onde:

Y % - é a alíquota a ser aplicada.

df - é a variação percentual positiva do faturamento do trimestre anterior quando comparado com o respectivo paradigma, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$df = 100 \times (\text{faturamento do trimestre} - \text{faturamento do trimestre paradigma, corrigido monetariamente pelo índice previsto na legislação tributária}) / (\text{faturamento do trimestre paradigma corrigido monetariamente pelo índice previsto na legislação tributária})$$

Art. 9º As empresas estabelecidas no Centro Expandido do Recife a que se refere o artigo 2º desta Lei, em caso de relevante interesse social, caracterizado nos termos do artigo 3º, deverão, para efeitos de tributação do ISS, aplicar a seguinte alíquota para calcular o valor do imposto devido:

$$Y\% = 7 - 0,002 \times N$$

Onde,

Y% é a alíquota a ser empregada;

N é o número de empregados.

Art. 10. Caso o contribuinte se enquadre nos benefícios previstos nos artigos 8º e 9º desta Lei, aplicar-se-á a menor das alíquotas, devendo ser observado o seguinte:

I - O início de fruição dos benefícios fiscais dar-se-á a partir do trimestre subsequente ao da adesão ao programa.

II - Ao final de cada trimestre, o cálculo da alíquota deverá ser efetuado para a utilização no trimestre subsequente.

Parágrafo Único. A alíquota a ser aplicada em nenhuma hipótese poderá ser superior a 5% (cinco por cento) nem inferior a 2 % (dois por cento).

Art. 11. O contribuinte disponibilizará 5% do total dos postos de trabalho a pessoa com deficiência.

Parágrafo Único. No caso de carência de pessoa com deficiência com as qualificações necessárias, o contribuinte deverá justificar na forma prevista em regulamento.

Art. 12. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Recife, 30 de dezembro de 2005.

João Paulo Lima e Silva

Prefeito

Projeto de Lei de Autoria do Chefe do Poder Executivo

ANEXO B

DECRETO Nº 21.760 DE 03 DE MARÇO DE 2006

Ementa: Regulamenta a Lei no 17.174, de 30 de dezembro de 2005.

O PREFEITO DO RECIFE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do art. 54 da Lei Orgânica do Município do Recife,
D E C R E T A:

Art. 1º Este decreto regulamenta a Lei no 17.174, de 30 de dezembro de 2005, definindo os procedimentos para a sua aplicação.

Art. 2º São requisitos cumulativos para auferir os benefícios fiscais:

I - estar a empresa requerente na situação de ativo regular, de acordo com o artigo 4º, inciso I, alínea "a" do Decreto nº 18.697, de 10 de novembro de 2000;

II - estar a empresa requerente adimplente com os tributos municipais;

III - manter a empresa requerente instalação regular no sítio histórico ou no centro expandido do Recife, conforme previsto no artigo 2º da Lei no 17.174/05;

IV - exercer a empresa requerente as funções de relacionamento remoto com clientes mediante centrais nas quais há o processamento de chamadas de alto volume, ativas ou receptivas.

§ 1º Considera-se adimplente com os tributos municipais a empresa que tiver em curso parcelamento, desde que não haja parcelas em atraso.

§ 2º Considera-se instalação regular, para efeitos do inciso III, aquela que atenda todas as exigências legais, em especial às estabelecidas pela municipalidade e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

§ 3º Sem prejuízo dos requisitos contidos nos incisos deste artigo, para usufruir dos benefícios previsto no artigo 8º da Lei 17.174/05, a empresa deverá estar funcionando no Município do Recife há mais de quatro trimestres, empregando durante todo o período no mínimo 100 (cem) funcionários que exerçam as funções previstas no inciso IV deste artigo.

Art. 3º As empresas que se interessarem em participar do programa deverão formalizar requerimento à Secretaria de Finanças em meio digital ou mediante preenchimento de formulário.

§ 1º Portaria do Secretário de Finanças determinará a documentação que deverá ser apresentada por ocasião do requerimento.

§ 2º O requerimento e a documentação necessária deverão ser apresentados ou enviados por meio digital no mínimo 10 (dez) dias úteis antes do término do trimestre para que o gozo do benefício possa iniciar no trimestre subsequente.

§ 3º Caso a documentação seja enviada por meio magnético, os originais deverão ser apresentados até 5 (cinco) dias úteis antes do término do trimestre.

Art. 4º Até o dia 10 de dezembro de cada ano, o contribuinte em gozo do benefício fiscal deverá comprovar o preenchimento dos requisitos previstos no artigo 2º deste Decreto, assim como número de empregados que tenham exercido a função prevista no inciso IV do artigo 2º deste Decreto no último dia útil cada mês do ano.

§ 1º Portaria do Secretário de Finanças poderá dispensar a comprovação de requisitos previstos no artigo 2º desde Decreto, desde que estejam disponíveis no sistema informatizado da Prefeitura do Recife.

§ 2º No caso de verificar-se o não preenchimento dos requisitos necessários, o benefício será suspenso, retornando a alíquota imediatamente ao valor previsto na Lei 15.563/91.

§ 3º No caso previsto no parágrafo anterior, o contribuinte poderá, no prazo de 90 (noventa) dias da suspensão, regularizar a situação sob pena de cancelamento do benefício.

§ 4º Caso no prazo acima descrito o contribuinte regularize a situação, o benefício será mantido, e no caso de eventual cancelamento o imposto será lançado, sem o benefício regulamentado neste decreto, a partir de quando não mais satisfazia a empresa requerente aos requisitos do artigo 2º e parágrafos.

§ 5º É facultado ao contribuinte, no prazo previsto no caput deste artigo, encaminhar por meio digital a comprovação do preenchimento dos requisitos, devendo, até 5 (cinco) dias úteis antes do término do ano, encaminhar os documentos originais.

§ 6º Junto com a comprovação a que se refere este artigo, deverá o contribuinte em gozo do benefício fiscal declarar, sob as penas da Lei, que durante todo o ano cumpriu o disposto no artigo 11 da Lei 17.174/05.

§7º No caso de carência de pessoas com deficiência e sem as qualificações necessárias, o contribuinte deverá comprovar que disponibilizou vagas para tais profissionais mediante publicação em jornais de grande circulação ou que solicitou a entidades de apoio a deficientes, em especial a Secretaria de Direitos Humanos e Segurança Cidadã, o encaminhamento de profissionais, não sendo atendido por deficiência no mercado.

Art. 5º Em casos de fraude por parte do beneficiário ou na ausência de encaminhamento da comprovação a que se refere o artigo anterior, o ato de concessão será cancelado de imediato, sem prejuízo das penalidades legais e da cobrança do valor pago a menor em face da aplicação indevida da alíquota reduzida.

Art. 6º Para a determinação da alíquota prevista no artigo 9º da Lei 17.174/05, considerar-se-á o número de empregados que estejam exercendo as atividades previstas no inciso IV do artigo 2º no último dia útil do mês de ocorrência dos fatos geradores do Imposto Sobre Serviços - ISS.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Recife, 03 de fevereiro de 2006.

João Paulo Lima e Silva
Prefeito

Bruno Ariosto Luna de Holanda
Secretário de Assuntos Jurídicos

Elísio Soares de Carvalho Júnior
Secretário de Finanças

ANEXO C

PORTARIA Nº 020 DE 21 DE MARÇO DE 2006

O SECRETÁRIO DE FINANÇAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 61, V da Lei Orgânica do Município e o Decreto nº 21.760 de 03 de março de 2006 e

CONSIDERANDO a necessidade de definição dos documentos a serem apresentados pelos contribuintes para a concessão do gozo do benefício fiscal previsto pela Lei nº 17.174 de 30 de dezembro de 2005.

R E S O L V E :

I - O contribuinte interessado em receber os benefícios fiscais implementados pela Lei 17.174, de 30 de dezembro de 2006 deverá formalizar requerimento específico acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Cartão de Inscrição Municipal - CIM;
- b) cópia do C.N.P.J.;
- c) cópia do contrato social e das alterações contratuais havidas, ou contrato social consolidado;
- d) certidão Negativa de Débitos para com a Previdência e Assistência Social (CND/INSS);
- e) certificado de regularidade para com o FGTS, pela Caixa Econômica Federal;

f) documento comprobatório do número de empregados.

II - Protocolado e acompanhado por todos os documentos indicados no item anterior, o processo deverá ser enviado à Gerência de Fiscalização Tributária da Secretaria de Finanças - SEFIN, à qual compete a identificação do contribuinte e do imóvel, com confirmação de sua localização na área prevista pelo artigo 2º da Lei 17.175/05.

III - Após, o requerimento deverá ser enviado à Diretoria de Administração Tributária - DAT objetivando a análise dos requisitos para a concessão do benefício, com emissão de parecer conclusivo.

IV - Caberá a DAT o gerenciamento do cadastro de empresas beneficiadas.

V - Consumada a fase anterior, o processo deverá ser encaminhado à Assessoria Jurídica da Secretaria de Finanças para análise final e preparo de despacho do Secretário.

VI - Em caso de parecer desfavorável, o processo deverá ser encaminhado ao Secretário de Finanças com proposta de arquivamento.

VII - Em caso de despacho favorável, o processo deverá ser encaminhado à Diretoria de Administração Tributária - DAT para anotação e acompanhamento, que receberá declaração prevista no artigo 4º do Decreto Nº 21.760, de 03 de março de 2006.

VIII - Fica delegada ao Diretor da DAT a aplicação da suspensão de benefício prevista no artigo 4º do Decreto Nº 21.760, de 03 de março de 2006, bem como a revogação da suspensão.

IX - Não regularizada a situação no prazo previsto no §3º do artigo 4º do Decreto nº 21.760/2006, bem como nos demais casos de cancelamento, o Diretor da DAT comunicará o fato ao Secretário de Finanças para o cancelamento do benefício, ouvida a Assessoria Jurídica.

X - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de março de 2006.

Recife, 21 de março de 2006.

Elísio Soares de Carvalho Júnior
Secretário

ANEXO D

PORTARIA Nº 026, 05 DE ABRIL DE 2006

O SECRETÁRIO DE FINANÇAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 61, V da Lei Orgânica do Município e o Decreto nº 21.760 de 03 de março de 2006 e

CONSIDERANDO a necessidade de definição dos documentos a serem apresentados pelos contribuintes para a concessão do gozo do benefício fiscal previsto pela Lei nº 17.174 de 30 de dezembro de 2005.

R E S O L V E:

I - O contribuinte interessado em receber os benefícios fiscais implementados pela Lei 17.174, de 30 de dezembro de 2005 deverá formalizar requerimento específico acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Cartão de Inscrição Municipal - CIM;
- b) Cópia do C.N.P.J.;
- c) Cópia de contrato social ou estatuto e das alterações havidas, ou de consolidação;
- d) Certidão Negativa de Débitos para com a Previdência e Assistência Social (CND/INSS);

e) Certificado de regularidade para com o FGTS, pela Caixa Econômica Federal;

f) Documento comprobatório do número de empregados.

II - Protocolado e acompanhado por todos os documentos indicados no item anterior, o processo deverá ser enviado à Gerência de Tributos Imobiliários -GTI da Secretaria de Finanças - SEFIN, a quem compete a identificação do contribuinte e do imóvel, com confirmação de sua localização na área prevista pelo artigo 2º da Lei 17.175/05.

III - Concluída a análise da GTI, o requerimento deverá ser enviado à Assessoria Jurídica da Secretaria de Finanças - SEFIN para análise dos requisitos para a concessão do benefício, elaboração de parecer e preparo de despacho do Secretário.

IV - Caberá a DAT o gerenciamento do cadastro de empresas beneficiadas.

V - Em caso de deferimento, o processo deverá ser encaminhado à Diretoria de Administração Tributária - DAT para anotação e acompanhamento, que receberá do beneficiário a comprovação prevista no artigo 4º do Decreto Nº 21.760, de 03 de março de 2006.

VI - Fica delegada ao Diretor da DAT a aplicação da suspensão de benefício prevista no artigo 4º do Decreto Nº 21.760, de 03 de março de 2006, bem como a revogação da suspensão.

VII - Não regularizada a situação no prazo previsto no §3º do artigo 4º do Decreto nº 21.760/2006, bem como nos demais casos de cancelamento, o Diretor da DAT comunicará o fato ao Secretário de Finanças para o cancelamento do benefício, ouvida a Assessoria Jurídica.

VIII - Revogar a Portaria Nº 020 de 21 de março de 2006, publicada no Diário Oficial do Município em 23 de março de 2006.

IX - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de março de 2006.

Recife, 05 de abril de 2006.

Elísio Soares de Carvalho Júnior
Secretário de Finanças

ANEXO E

LEI Nº 17.193 /2006

EMENTA: Institui o programa de incremento da receita tributária mediante a concessão de benefícios fiscais condicionados ao recolhimento tributário e à regularidade fiscal.

O POVO DA CIDADE DO RECIFE, POR SEUS REPRESENTANTES, DECRETOU, E EU, EM SEU NOME, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Esta Lei institui o programa de incremento da receita tributária mediante a concessão de benefícios fiscais condicionados ao recolhimento e a regularidade fiscal das empresas estabelecidas no Município do Recife que exerçam atividades de administração de cartões de crédito para os serviços previstos no item 15.01 da lista de serviços do artigo 102, da Lei 15.563/91, com redação dada pela Lei 16.933, de 30 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Para efeitos de aplicação da presente Lei, deverá o exercício ser dividido em 4 (quatro) trimestres, da seguinte forma:

I - primeiro trimestre - composto dos meses de janeiro a março;

II - segundo trimestre - composto dos meses de abril a junho;

III - terceiro trimestre - composto dos meses de julho a setembro;

IV - quarto trimestre - composto dos meses de outubro a dezembro.

Art. 3º - As empresas que se interessarem em participar do programa, para auferir os benefícios previstos nesta Lei a partir do trimestre subsequente, deverão formalizar requerimento à Secretaria de Finanças no prazo previsto em regulamento.

Parágrafo Único - São condições para concessão do benefício a regularidade fiscal e o funcionamento no Município há mais de 4 (quatro) trimestres, mantendo o contribuinte, neste período, relação de emprego com pelo menos 50 (cinquenta) funcionários.

Art. 4º - Anualmente deverão as empresas inscritas no programa comprovar que satisfazem os requisitos necessários à outorga do benefício como condição para a renovação do benefício, na forma prevista em regulamento.

Parágrafo Único - No caso de verificar-se o não preenchimento dos requisitos necessários, o benefício será cancelado, sem prejuízo das penalidades legais e da cobrança do valor pago a menor em face da aplicação indevida da alíquota reduzida, se for o caso.

Art. 5º - O contribuinte, ao solicitar o incentivo desta Lei, deverá apresentar demonstrativos contábeis que comprovem o seu faturamento nos 4 (quatro) trimestres que antecederem o trimestre em que está formalizando o requerimento, observado o que dispõe o artigo 2º.

Parágrafo Único - Os 4 (quatro) trimestres a que se refere o caput serão denominados de trimestres paradigmas.

Art. 6º - Ao final de cada trimestre, o contribuinte fará a comparação entre o faturamento deste trimestre e o do trimestre paradigma, corrigido monetariamente pelo índice previsto na legislação tributária do Município do Recife.

§1º - Para efeitos de cálculo da alíquota a ser aplicada no trimestre subsequente deverá ser aplicada a seguinte fórmula:

$$Y\% = 525 / (100 + df)$$

Onde:

Y % - é a alíquota a ser aplicada.

df - é a variação percentual positiva do faturamento do trimestre anterior quando comparado com o respectivo paradigma, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$df = 100 \times (\text{faturamento do trimestre} - \text{faturamento do trimestre paradigma corrigido monetariamente pelo índice previsto na legislação tributária}) / (\text{faturamento do trimestre paradigma corrigido monetariamente pelo índice previsto na legislação tributária})$

§ 2º - A alíquota calculada na forma deste artigo não poderá ser inferior a 2 % (dois por cento) nem superior a 5% (cinco por cento).

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Recife, 30 de março de 2006.

JOÃO PAULO LIMA E SILVA
PREFEITO

Projeto de Lei de Autoria do Chefe do Poder Executivo

ANEXO F

DECRETO Nº 21.844 DE 30 DE MARÇO DE 2006.

EMENTA:Regulamenta a Lei nº 17.193, de 30 de março de 2006.

O PREFEITO DO RECIFE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do art. 54 da Lei Orgânica do Município do Recife,

DECRETA:

Art. 1º Este decreto regulamenta a Lei nº 17.193/06, de 30 de março de 2006, definindo os procedimentos para a sua aplicação.

Art. 2º São requisitos cumulativos para auferir os benefícios fiscais:

I. estar a empresa requerente na situação de ativo regular, de acordo com o artigo 4º, inciso I, alínea "a" do Decreto nº 18.697, de 10 de novembro de 2000;

II. estar a empresa requerente adimplente com os tributos municipais;

III. a empresa requerente exercer atividades de administração de cartões de crédito para os serviços previstos no item 15.01 da lista de serviços do artigo 102 da Lei nº 15.563/91, com redação dada pela Lei nº 16.933, de dezembro de 2003.

§ 1º Considera-se adimplente com os tributos municipais a empresa que tiver em curso parcelamento, desde que não haja parcelas em atraso.

§ 2º Sem prejuízo dos requisitos contidos nos incisos deste artigo, para usufruir os benefícios previstos no artigo 6º da Lei nº 17.193/06, a empresa deverá estar funcionando no Município do Recife há mais de quatro trimestres, empregando durante todo o período no mínimo 50 (cinquenta) funcionários que exerçam as funções previstas no inciso III deste artigo.

Art. 3º As empresas que se interessarem em participar do programa deverão formalizar requerimento à Secretaria de Finanças em meio digital ou mediante preenchimento de formulário.

§ 1º Portaria do Secretário de Finanças determinará a documentação que deverá ser apresentada por ocasião do requerimento.

§ 2º O requerimento e a documentação necessária deverão ser apresentados ou enviados por meio digital até o último dia útil do trimestre em curso para o gozo dos benefícios previstos na Lei nº 17.193/06 no trimestre subsequente.

§ 3º Serão considerados os trimestres paradigmas os quatros anteriores ao trimestre do requerimento.

Art. 4º Até o dia 10 de dezembro de cada ano, o contribuinte em gozo do benefício fiscal deverá comprovar o preenchimento dos requisitos previstos no artigo 2º deste Decreto.

§ 1º Portaria do Secretário de Finanças poderá dispensar a comprovação de requisitos previstos no artigo 2º desde Decreto, desde que estejam disponíveis no sistema informatizado da Prefeitura do Recife.

§ 2º No caso de verificar-se o não preenchimento dos requisitos necessários, o benefício será cancelado, retornando, a partir do exercício subsequente, a alíquota ao percentual previsto na Lei 15.563/91.

§ 3º Caso o contribuinte regularize a situação, o benefício será mantido.

§ 4º É facultado ao contribuinte, no prazo previsto no caput deste artigo, encaminhar por meio digital a comprovação do preenchimento dos requisitos, devendo, até 5 (cinco) dias úteis antes do término do ano, encaminhar os documentos originais.

Art. 5º Em casos de fraude por parte do beneficiário ou na ausência de encaminhamento da comprovação a que se refere o artigo anterior, o ato de concessão será cancelado de imediato, sem prejuízo das penalidades legais e da cobrança do valor pago a menor em face da aplicação indevida da alíquota reduzida.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Recife, 30 de março de 2006.

João Paulo Lima e Silva

Prefeito Do Recife

ANEXO G**PORTARIA Nº 027,05 DE ABRIL DE 2006**

O SECRETÁRIO DE FINANÇAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 61, V da Lei

Orgânica do Município e o Decreto Nº 21.844 de 30 de março de 2006 e

CONSIDERANDO a necessidade de definição dos documentos a serem apresentados pelos contribuintes para a concessão do gozo do benefício fiscal previsto pela Lei nº 17.193 de 30 de março de 2006.

R E S O L V E:

I - O contribuinte interessado em receber os benefícios fiscais implementados pela Lei Nº 17.193, de 30 de março de 2006, deverá formalizar requerimento específico acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Cartão de Inscrição Municipal - CIM;
- b) Cópia do C.N.P.J.;
- c) Cópia de contrato social ou estatuto e das alterações havidas, ou de consolidação;
- d) Certidão Negativa de Débitos para com a Previdência e Assistência Social (CND/INSS);
- e) Certificado de regularidade para com o FGTS, pela Caixa Econômica Federal;
- f) Documento comprobatório do número de empregados;
- g) Demonstrativos contábeis que comprovem o seu faturamento nos 4 (quatro) trimestres que antecederem o trimestre em que está formalizando o requerimento previsto neste artigo.

II - Protocolado e acompanhado por todos os documentos indicados no item anterior, o processo deverá ser enviado à Assessoria Jurídica da Secretaria de Finanças - SEFIN para análise dos requisitos para a concessão do benefício, elaboração de parecer e preparo de despacho do Secretário.

III - Em caso de deferimento, o processo deverá ser encaminhado à Diretoria de Administração Tributária - DAT para anotação e acompanhamento, que receberá do beneficiário a comprovação prevista no artigo 4º do Decreto Nº 21.844 de 30 de março de 2006.

IV - Caberá à DAT o gerenciamento do cadastro de empresas beneficiadas.

V - Fica delegada ao Diretor da DAT a aplicação da suspensão de benefício prevista no artigo 4º do Decreto Nº 21.844, bem como a revogação da suspensão.

V - Não regularizada a situação para continuação do gozo do benefício, bem como nos demais casos de cancelamento, o Diretor da DAT comunicará o fato ao Secretário de Finanças para o cancelamento do benefício, ouvida a Assessoria Jurídica.

VI - Os requerimentos formalizados até a publicação desta Portaria e que não contenham todos os documentos por ela exigidos poderão ser complementados até 30 de abril de 2006.

VII - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 31 de março de 2006.

Recife, 05 de abril de 2006.

Elísio Soares de Carvalho Júnior
Secretário

ANEXO H

LEI Nº 17.237 /2006

EMENTA: Institui o programa de incremento da receita tributária mediante a concessão de benefícios fiscais.

O POVO DA CIDADE DO RECIFE, POR SEUS REPRESENTANTES, DECRETOU, E EU, EM SEU NOME,

SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Esta Lei institui o programa de incremento da receita tributária mediante a concessão de benefícios fiscais às empresas estabelecidas no Município do Recife, contribuintes do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN, e que exerçam atividades de:

I - agenciamento, corretagem e intermediação de seguros, planos de saúde e planos de previdência privada, parte dos serviços que constam no subitem 10.01 da lista de serviços do art. 102 da Lei 15.563/91, com redação dada pela Lei 16.933, de 30 de dezembro de 2003;

II - agenciamento, corretagem e intermediação de valores mobiliários, parte dos serviços que constam no subitem 10.02 da lista de serviços do art. 102 da Lei 15.563/91, com redação dada pela Lei 16.933, de 30 de dezembro de 2003;

III - agenciamento, corretagem e intermediação de bens móveis ou imóveis, parte dos serviços que constam no subitem 10.05 da lista de serviços do art. 102 da Lei 15.563/91, com redação dada pela Lei 16.933, de 30 de dezembro de 2003.

Parágrafo Único - Os benefícios fiscais desta Lei restringem-se às atividades relacionadas neste artigo e não exercidas por instituição financeira autorizada a funcionar pela União ou por quem de direito.

Art. 2º - Para efeitos de aplicação da presente Lei, será considerado como paradigma o somatório dos faturamentos dos participantes do programa instituído nesta Lei relativos às atividades previstas no caput do artigo anterior, ocorridas no Município do Recife e no ano de 2005.

Parágrafo Único - Os faturamentos previstos neste artigo serão apurados conforme dispuser Decreto do Poder Executivo.

Art. 3º - Para participar do programa previsto nesta Lei, as empresas deverão habilitar-se junto à Secretaria de Finanças na forma prevista em regulamento, e comprovar que atendem cumulativamente aos seguintes requisitos:

I - estar o requerente na situação cadastral regular, conforme definido em Decreto do Poder Executivo;

II - estar o requerente adimplente com os tributos municipais;

III - exercer o requerente as atividades previstas no artigo 1º;

IV - Prestar demais informações, relativas ao faturamento e recolhimento de tributos das atividades do art. 1º, conforme dispuser Decreto do Poder Executivo.

§ 1º Considera-se adimplente com os tributos municipais a empresa que tiver em curso de parcelamento, desde que não haja parcelas em atraso.

§2º No caso de não preenchimento dos requisitos necessários, o benefício será suspenso automaticamente, devendo ser utilizada a alíquota prevista na Lei 15.563/91 para as atividades previstas no artigo 1º.

§ 3º Em caso de fraude por parte do beneficiário, inclusive a apresentação de declarações falsas, o ato de concessão será cancelado de imediato, sem prejuízo das penalidades legais e da cobrança da diferença entre o valor devido e o pago a menor em face da aplicação indevida da alíquota reduzida, se for o caso.

Art. 4º - Após o final de cada ano civil, a Secretaria de Finanças determinará a alíquota do ISSQN por meio da comparação entre somatório dos faturamentos dos participantes do programa desta Lei relativos às atividades previstas no artigo 1º ocorridas no ano encerrado e o do ano paradigma, corrigido monetariamente pelo índice previsto na legislação tributária do Município do Recife.

§1º A alíquota calculada na forma deste artigo será aplicável apenas para as atividades previstas no artigo 1º e exercidas pelos participantes beneficiados por esta Lei.

§2º Para efeitos de cálculo da alíquota aplicável no ano civil seguinte deverá ser aplicada a seguinte fórmula:

$$A\% = K / (100 + df)$$

Onde:

A % - é a alíquota a ser aplicada por todos os participantes do programa desta Lei.

df - é a variação percentual do faturamento do ano anterior quando comparado com o paradigma, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$df = 100 \times (\text{fat} - \text{paradcor}) / \text{paradcor}$$

Onde:

fat = somatório dos faturamentos do ano civil anterior dos participantes do programa desta Lei.

paradcor = paradigma corrigido monetariamente pelo índice previsto na legislação tributária municipal.

K - valor conforme a tabela abaixo:

Ano K

2007 250

2008 300

2009 350

2010 400

2011 450

2012 500

Exercícios subsequentes 525

§ 3º - A alíquota calculada na forma deste artigo não poderá ser inferior a 2 % (dois por cento) nem superior a 5% (cinco por cento) e será arredondada para o valor inteiro imediatamente superior, quando a parte decimal for maior ou igual a 0,5 (cinco décimos), e imediatamente inferior para os demais casos.

§ 4º - Enquanto não for divulgada a alíquota prevista no caput deste artigo, os contribuintes beneficiados por esta Lei deverão recolher o ISSQN com base na alíquota do ano anterior para posterior ajuste no mês subsequente ao da divulgação.

Art. 5º - A partir da publicação desta Lei e até 31 de dezembro de 2006, a alíquota prevista no artigo anterior será 2% (dois por cento).

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Recife, 05 de julho de 2006.

JOÃO PAULO LIMA E SILVA

PREFEITO DO RECIFE

Projeto de Lei de Autoria do Chefe do Poder Executivo.

ANEXO I

DECRETO Nº 22.124 DE 21 DE JULHO DE 2006.

EMENTA:Regulamenta a Lei nº 17.237, de 06 de julho de 2006.

O PREFEITO DO RECIFE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do art. 54 da Lei Orgânica do Município do Recife,

DECRETA:

Art.1º Este decreto regulamenta a Lei nº 17.237, de 05 de julho de 2006, publicada no Diário Oficial do Município de 06 de julho de 2006, definindo os procedimentos para a sua aplicação.

Art. 2º São requisitos cumulativos para auferir os benefícios fiscais:

I - estar a empresa requerente na situação de ativo regular, de acordo com o artigo 4º, inciso I, alínea "a" do Decreto nº 18.697, de 10 de novembro de 2000;

II - estar a empresa requerente adimplente com os tributos municipais;

III - a empresa requerente exercer as atividades previstas no art. 1º da Lei nº 17.237/2006;

IV - Prestar as informações sobre o faturamento e recolhimento mensal do ISSQN devido ao Município do Recife relativos às atividades do inciso anterior.

Parágrafo Único. Considera-se adimplente com os tributos municipais a empresa que tiver parcelamento, em curso, desde que não haja parcelas em atraso.

Art. 3º As empresas com interesse em participar do programa instituído pela Lei nº 17.237/2006 deverão formalizar requerimento à Secretaria de Finanças mediante entrada de processo no Centro de Atendimento ao Contribuinte - CAC.

§ 1º O requerente que atender aos requisitos previstos no art. 2º deste Decreto terá direito ao benefício a partir do mês do requerimento.

§ 2º O requerimento deverá conter a seguinte documentação:

I - Cartão de Inscrição Municipal - CIM;

II - Certidão Negativa de Regularidade Fiscal perante o Município do Recife;

III - Cópia do C.N.P.J.;

IV - Cópia de contrato social ou estatuto e das alterações havidas, ou de consolidação;

V - Certidão Negativa de Débitos para com a Previdência e Assistência Social;

VI - Cópia de CPF e identidade do responsável legal da empresa requerente ou do seu procurador;

VII - Autorização ou procuração pública no caso de terceiro representando a empresa;

VIII - Declaração de faturamento e recolhimento mensal do ISSQN devido ao Município do Recife, relativos às atividades previstas no art. 1º da Lei nº 17.237/2006, ocorridas no ano de 2005.

Art. 4º Os participantes do programa instituído pela Lei nº 17.237/2006 deverão, a partir de janeiro de 2007, prestar as informações relativas aos seus faturamentos para o cálculo da alíquota prevista no art. 4º da mesma lei.

Art. 5º A prestação de informações sobre o faturamento e recolhimento mencionados neste Decreto deverão ser feitos mediante a entrega da Declaração de Serviços - DS- conforme definido no Decreto nº 20.298/2004.

Art. 6º Para determinação da alíquota do ISSQN do exercício de 2007 a ser aplicada pelos participantes do programa instituído pela Lei nº 17.237/2006, deverá ser comparado o período julho a dezembro de 2006 em relação ao mesmo período do ano paradigma previsto no art. 2º da mesma lei.

Parágrafo Único. Os participantes do programa instituído pela Lei nº 17.237/2006 deverão entregar a Declaração de Serviços - DS - para o período previsto neste artigo até o dia 15 de janeiro de 2007.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de julho de 2006.

Recife, 21 de Julho de 2006.

João Paulo Lima e Silva
Prefeito Do Recife

Bruno Ariosto Luna De Holanda
Secretário De Assuntos Jurídicos

Elísio Soares De Carvalho Júnior
Secretário de Finanças

ANEXO J

PORTARIA Nº 023 /2007, 27 de abril de 2007.

O SECRETÁRIO DE FINANÇAS, no uso de suas atribuições previstas na art. 61, V da Lei Orgânica do Município do Recife, e conforme determina o art. 4º da Lei nº 17.237/06

R E S O L V E :

I - Informar que, para as atividades previstas no art. 1º da Lei nº 17.237/06 e prestadas pelos beneficiários desta lei no exercício de 2007, a alíquota do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN é 2% (dois por cento);

II- Os beneficiários da Lei nº 17.237/06 que não enviaram a Declaração de Serviço até a publicação desta portaria encontram-se com o benefício suspenso;

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro de 2007.

Recife, 27 de Abril de 2007

ELÍSIO SOARES DE CARVALHO JÚNIOR

Secretário de Finanças

ANEXO K

LEI Nº 17.240 /2006

EMENTA: Introduz alterações nas Leis 15.563 de 27 de dezembro de 1991 e institui o programa de recuperação fiscal para as clínicas, prontos-socorros e sociedades organizadas sob a forma de cooperativa e o Município do Recife.

O POVO DA CIDADE DO RECIFE, POR SEUS REPRESENTANTES, DECRETOU, E EU, EM SEU NOME, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Acrescenta os parágrafos 11, 12 e 13 ao artigo 115 da Lei 15.563, de 27 de dezembro de 1991, com a seguinte redação:

"Art. 115 ...

§ 11 - Quando se tratar de serviços prestados por sociedades organizadas sob a forma de cooperativa, fica autorizada a dedução no valor da base de cálculo:

I - dos valores repassados aos cooperados das sociedades cooperativas, decorrentes dos serviços por eles prestados, resultantes dos contratos celebrados pelas cooperativas singulares, federações, centrais e confederações;

II - das despesas relativas a serviços contratados pela cooperativa que estejam diretamente vinculados a sua atividade fim;

§ 12 - São requisitos para a dedução a que se refere o parágrafo anterior:

I - Estar a sociedade cooperativa regularmente constituída na forma da legislação específica.

II - Não ficar caracterizada fraude à legislação trabalhista mediante a dissimulação de relação de emprego entre a cooperativa e os seus cooperados.

III - No caso do inciso I do parágrafo anterior, comprovar a cooperativa o recolhimento do ISSQN de competência do Município do Recife, cujo sujeito passivo seja o cooperado, relativo à competência imediatamente anterior ao mês de repasse.

IV - No caso do inciso II do parágrafo anterior, efetuar a cooperativa a retenção na fonte do valor do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - devido ao Município do Recife pelo prestador de serviços e o seu recolhimento.

§ 13 - Em não havendo a comprovação a que se referem os incisos III e IV do parágrafo anterior, não se considerará, para efeitos de apuração da base de cálculo, as deduções permitidas no parágrafo onze."

Art. 2º O artigo 116, o caput e parágrafos 3º e 7º do artigo 117-A, todos da Lei 15.563, de 27 de dezembro de 1991, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 116 A alíquota do imposto é:

I - 2% (dois por cento) para os serviços constantes no subitem 4.02 da lista de serviços do Art. 102 desta Lei, ainda que prestados por laboratórios, excetuando-se serviços de quimioterapia e radioterapia;

II - 2% (dois por cento) para os serviços de assistência à saúde inseridos no item 4 da lista de serviços do artigo 102 desta Lei, prestados por meio de convênio ou contrato formalmente celebrado com o Sistema Único de Saúde - SUS;

III - 4% (quatro por cento) para os serviços de quimioterapia e radioterapia constantes do subitem 4.02 e para os que fazem parte dos subitens 4.03; 4.04; 4.06 e 4.11 da lista de serviços do art. 102 desta Lei;

IV - 4% (quatro por cento) para serviços prestados por sociedades organizadas sob a forma de cooperativa;

V - 5% (cinco por cento) para os demais serviços.

§ 1º - No caso dos serviços prestados por clínicas e prontos-socorros previstos no item 4.03 da lista serviços do artigo 102 desta Lei, a alíquota será de 2% (dois por cento) caso satisfeitos cumulativamente os seguintes requisitos:

- a)-Apresentar regularidade fiscal com o Município do Recife;
- b)-Manter no máximo cinco leitos essenciais para a prática das medidas de urgência;
- c)-Ter no seu quadro societário exclusivamente médicos;
- d)-Atender apenas a urgências e emergências, adotando o regime de funcionamento de 24 (vinte e quatro) horas diárias de trabalho;
- e)-Executar no mínimo 90% (noventa por cento) dos serviços para clientes de seguradoras e de planos de saúde;

§ 2º - Os leitos a que se refere a alínea "b" do parágrafo anterior devem ser destinados a realização de atos médicos simples, que não envolvam procedimentos cirúrgicos, permanecendo o paciente por período de tempo que não caracterize internação.

§ 3º - Considera-se internação, para efeitos do parágrafo anterior, a permanência do paciente por um período mínimo de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas na clínica ou pronto-socorro.

Art. 117. Quando os serviços referidos nos subitens 4.01, 4.02, 4.03, 4.06, 4.08, 4.11, 4.12, 4.13, 4.14, 4.16, 5.01, 7.01, 10.03, 17.13, 17.15 e 17.18 da lista constante do artigo 102 desta Lei, bem como serviços de

economistas no exercício de suas atividades profissionais, forem prestados por sociedades, o imposto será devido pela sociedade, por mês, em relação a cada profissional habilitado, seja sócio, empregado ou não, que preste serviço em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal nos termos da lei aplicável.

(...)

§ 3º O contribuinte poderá optar em recolher o imposto aplicando a alíquota prevista nos incisos I a V do artigo 116 desta Lei, conforme o caso, tendo como base de cálculo o preço do serviço.

(...)

§ 7º A forma de tributação prevista no caput deste artigo, quanto ao subitem 4.02, refere-se apenas aos serviços de quimioterapia e radioterapia e quanto ao item 4.03 às clínicas e prontos-socorros enquadrados nos §§ 1º e 2º do artigo 116 desta Lei."

Art. 3º - Fica criado o Programa de Recuperação Fiscal - PREFISC -, que abrange:

I - Clínicas e prontos-socorros enquadrados nos §§1º e 2º do artigo 116 da Lei 15.563/91, com redação dada por esta Lei;

II - As sociedades organizadas sob a forma de cooperativa;

III - Os contribuintes que realizem os serviços de análises clínicas, ultra-sonografia, radiologia, patologia, ressonância magnética e tomografia, parte dos que constam no subitem 4.02 da lista de serviços constante do Art. 102 da Lei n º 15.563, de 27 de dezembro de 1991, ainda que prestados por laboratórios.

Art. 4º O PREFISC aplica-se:

I - No caso dos incisos I e II do artigo anterior, ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - devido até a data de entrada em vigor desta Lei, com crédito constituído ou não, inscrito ou não em dívida ativa, ajuizado ou a ajuizar.

II - No caso do inciso III do artigo anterior, Imposto Sobre Serviços - ISSQN - devido até a 31 de dezembro de 2003, com crédito constituído ou não, inscrito ou não em dívida ativa, ajuizado ou a ajuizar.

Art. 5º - Os débitos relativos ao ISSQN poderão ser quitados em parcelas mensais e sucessivas, sendo o valor de cada parcela determinado em função de percentual do faturamento de serviço do mês imediatamente anterior, obedecidos os seguintes critérios:

I - percentual mínimo de 0,50% (meio por cento) do faturamento bruto;

II - parcela mínima de R\$ 568,28 (quinhentos e sessenta e oito reais e vinte e oitenta centavos).

§1º - Na hipótese do contribuinte não auferir receita em determinado mês, o valor da parcela será correspondente a média dos últimos 06 (seis) meses atualizados pelo IPCA.

§2º - No caso de débito ajuizado, o pagamento das custas dar-se-á juntamente com o da primeira parcela.

§3º - Os honorários advocatícios, quando couber, integrarão o montante do débito a ser parcelado, estando, em consequência, inclusos proporcionalmente em cada uma das parcelas a serem pagas mensalmente.

Art. 6º - A adesão ao PREFISC implica:

I - a confissão irretratável dos débitos fiscais objeto da adesão ao PREFISC;

II - expressa renúncia ao direito e a desistência de qualquer ação judicial que tenha promovido em face do Município do Recife que se refira aos débitos do ISSQN que sejam objeto da adesão ao PREFISC;

III - expressa renúncia de qualquer defesa ou recurso administrativo referente aos débitos do ISSQN que sejam objeto da adesão ao PREFISC.

IV - aceitação plena e irrevogável de todas as condições estabelecidas;

V - acompanhamento fiscal específico com fornecimento periódico de dados referentes às receitas do contribuinte.

Art. 7º - A adesão ao PREFISC será cancelada de ofício nas seguintes hipóteses:

I - atraso no pagamento de qualquer das parcelas ou pela inadimplência no pagamento de qualquer tributo municipal por um período igual ou superior a 90 (noventa) dias;

II - pela prática de qualquer conduta tipificada na legislação penal como crime contra a ordem tributária;

III - ficar caracterizada, no caso das sociedades organizadas sob a forma de cooperativas, fraude à legislação trabalhista mediante a dissimulação de relação de emprego entre a cooperativa e os seus cooperados.

IV - pela suspensão pelo contribuinte das atividades relativas a seu objeto social ou pelo não auferimento de faturamento por mais de 6 (seis) meses consecutivos.

V - pela inobservância de qualquer das exigências estabelecidas no art. 6º.

§ 1º - O cancelamento da adesão ao PREFISC será precedido de notificação para que o contribuinte apresente defesa no prazo de 30 (trinta) dias, dirigida ao Secretário de Finanças, ouvida a Assessoria Jurídica da Secretaria de Finanças.

§ 2º - No caso de cancelamento da adesão, todas as parcelas vincendas considerar-se-ão vencidas, sem prejuízo das cominações legais.

Art. 8º - Para efeitos da verificação da existência de fraude à relação de emprego nos termos previstos nesta Lei, fica autorizada a celebração de convênio com órgãos que tenham a competência de fiscalizar o cumprimento da legislação trabalhista.

Art. 9º - Os débitos tributários objeto do PREFISC sujeitar-se-ão aos acréscimos previstos na legislação municipal.

Art. 10 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Recife, 07 de julho de 2006.

JOÃO PAULO LIMA E SILVA

PREFEITO DO RECIFE

Projeto de Lei de Autoria do Chefe do Poder Executivo.

ANEXO L

DECRETO Nº 22.501, 13 DE DEZEMBRO DE 2006.

EMENTA: Regulamenta a Lei nº 17.240, de 07 de julho de 2006.

O PREFEITO DO RECIFE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do art. 54 da Lei Orgânica do Município do Recife.

D E C R E T A:

Art. 1º - Este decreto regulamenta a Lei 17.240, de 07 de julho de 2006, e define procedimentos relativos ao cadastramento de devedores no Programa de Recuperação Fiscal - PREFISC.

Art. 2º - No caso de serviços prestados por sociedades organizadas sob a forma de cooperativa, fica autorizada a dedução no valor da base de cálculo:

I - dos valores repassados aos cooperados das sociedades cooperativas, decorrentes dos serviços por eles prestados, resultantes dos contratos celebrados pelas cooperativas singulares, federações, centrais e confederações;

II - das despesas relativas a serviços contratados pela cooperativa que estejam vinculados diretamente a sua atividade fim.

§1º Para efeitos do disposto neste decreto, consideram-se:

a) sociedades cooperativas as sociedades de pessoas de natureza civil, de adesão voluntária e com número ilimitado de sócios, constituídas para prestar serviços aos seus associados;

b) centrais ou federações de cooperativas a união de pelo menos três cooperativas em face de interesses comuns;

c) confederações de cooperativas a união de pelo menos três federações ou centrais de cooperativas em face de interesses comuns.

§2º Serviços diretamente vinculados à atividade fim aqueles intrinsecamente relacionados com o produto final oferecido pela cooperativa;

Art. 3º São requisitos para a dedução a que se refere o artigo anterior:

I - Estar à cooperativa regularmente constituída na forma da legislação específica;

II - Não ficar caracterizada fraude à legislação trabalhista mediante dissimulação de relação de emprego entre a cooperativa e os seus cooperados;

III - No caso do inciso I do artigo anterior, comprovar a cooperativa o recolhimento do ISSQN de competência do Município do Recife, que tenha como sujeito passivo o cooperado, relativa a última competência cujo vencimento já tenha ocorrido no mês do repasse;

IV - No caso do inciso II do artigo anterior, efetuar a cooperativa a retenção na fonte do valor do ISSQN devido ao Município do Recife pelo prestador de serviços e o seu recolhimento.

§1º A caracterização de fraude à legislação trabalhista dar-se-á mediante dados fornecidos pelo Ministério do Trabalho ou pelo Ministério Público do Trabalho.

§2º Para efeitos do parágrafo anterior, o convênio a que se refere o artigo 8º da Lei 17.240, de 07 de julho de 2006, terá como objeto o envio de informações sobre autuações e ações judiciais impetradas em face da cooperativa fiscalizada.

§3º No caso de não comprovação do recolhimento do ISSQN nos termos do inciso III deste artigo, não será permitida a dedução, apenas, do valor do repasse relativo aos profissionais inadimplentes.

§4º Não será obrigatória a comprovação da inscrição e do recolhimento do ISSQN, nos termos do inciso III deste artigo, quando se tratar de cooperado que não tenha o seu domicílio profissional no Município do Recife, devendo a cooperativa, para fazer jus à dedução relativa a estes profissionais, relacionar mensalmente os seus nomes e respectivos domicílios profissionais.

§5º Considera-se mês do repasse aquele previsto pela legislação tributária municipal para a emissão da nota fiscal de serviços pela sociedade cooperativa.

§6º Não se aplica a exigência presente no inciso IV deste artigo aos serviços cujo ISSQN seja devido a outro Município.

Art. 4º Para efeitos da aplicação da alíquota diferenciada de 2% (dois por cento), deverão as clínicas e prontos-socorros previstos no item 4.03 satisfazer cumulativamente os seguintes requisitos:

I - Apresentar regularidade fiscal com o Município do Recife;

II - Manter no máximo cinco leitos essenciais para a prática das medidas de urgência;

III - Ter no seu quadro societário exclusivamente médicos;

IV - Atender apenas a urgências e emergências, adotando o regime de funcionamento de 24 (vinte e quatro) horas diárias de trabalho;

V - Executar no mínimo 90% (noventa por cento) dos serviços para clientes de seguradoras e de planos de saúde;

§ 1º - Os leitos a que se refere o inciso II deste artigo devem ser destinados à realização de atos médicos simples.

§ 2º Consideram-se, para efeitos deste Decreto, atos médicos simples a realização de exames e procedimentos ambulatoriais que não se caracterizem como intervenção cirúrgica, permanecendo o paciente por período inferior a 24 (vinte e quatro) horas consecutivas na clínica ou pronto-socorro.

§ 3º O contribuinte que estiver, nos termos deste artigo, aplicando a alíquota de 2% (dois por cento) e deixar de atender a qualquer das exigências contidas nos incisos I a V deste artigo utilizará, a partir do mês seguinte ao fato, a alíquota prevista para os demais contribuintes que exerçam a atividade constantes do item 4.03 do artigo 102 da Lei 15.563/91.

Art. 5º O contribuinte interessado em aderir ao PREFISC, previsto na Lei 17.240, de 07 de julho de 2006, deverá dirigir-se ao Centro de Atendimento ao Contribuinte - CAC e formalizar requerimento específico dirigido ao Gerente da Gerência de Arrecadação e Cobrança - GAC.

§1º Estão legitimados a formular o pedido o titular da empresa, o sócio devidamente autorizado no seu contrato social ou procurador habilitado com poderes específicos para tal fim.

§ 2º O peticionário deverá:

I) Preencher o Termo de Adesão ao PREFISC, o qual deverá conter:

a) - Confissão irretratável dos débitos fiscais objeto de adesão ao PREFISC, apresentada por meio de indicação pormenorizada do crédito tributário;

b) - Expressa renúncia ao direito e a desistência de qualquer ação judicial que tenha promovido em face do Município do Recife que se refira aos débitos do ISSQN que sejam objeto da adesão ao PREFISC.

c) Expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo referentes aos débitos do ISSQN que sejam objeto de adesão ao PREFISC.

d) Declaração expressa de que preenche os requisitos da Lei 17.240, de 07 de julho de 2006, e deste Decreto.

e) - Aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas na Lei n.º 17.240, de 07 de julho de 2006;

II - Apresentar o seu contrato social ou estatuto;

III - Apresentar instrumento de mandato caso o peticionário não seja titular da empresa ou sócio devidamente autorizado no contrato social.

IV - Apresentar, quando do trânsito em julgado das decisões de extinção homologando o pedido de desistência com conhecimento de mérito das ações judiciais que tenha promovido em face do Município do Recife que se refira aos débitos do ISSQN que sejam objeto da adesão ao PREFISC, o valor a que foi condenado a título de honorários advocatícios a fim da definição do total do débito a ser parcelado.

§3º Após recebimento do Termo de Adesão devidamente preenchido, a GAC o encaminhará para a Secretaria de Assuntos Jurídicos para a verificação do cumprimento das exigências previstas na Lei 17.240, de 07 de julho de 2006, e neste Decreto.

§4º Compete ao Secretário de Assuntos Jurídicos emitir parecer conclusivo sobre a viabilidade jurídica da adesão, podendo delegar o exercício desta competência.

§5º Com o parecer conclusivo, o processo será encaminhado a GAC.

§ 6º A adesão ao programa se concretiza com o pagamento da primeira parcela e das custas judiciais, devendo o peticionário continuar o pagamento das parcelas até o deferimento final da adesão.

Art. 6º Os débitos da pessoa jurídica que aderir ao PREFISC serão consolidados tomando por base a data do

deferimento do pedido.

§ 1º A consolidação abrange todos os débitos existentes, até 31 de julho de 2006, em nome da pessoa jurídica na condição de contribuinte, constituídos ou não, inclusive os acréscimos legais relativo a multas e a juros e demais encargos, nos termos da legislação vigente à época dos respectivos fatos geradores, inclusive a atualização monetária.

§ 2º No caso dos contribuintes previstos no inciso III do artigo 3º da Lei 17.240, de 07 de julho de 2006, a consolidação a que se refere o parágrafo anterior abrange todos os débitos existentes até 31 de dezembro de 2003.

§ 3º Havendo mais de um processo a ser consolidado, a amortização dos valores pagos em cada parcela recairá inicialmente sobre os débitos mais antigos, de acordo com a data da sua constituição.

Art. 7º A parcela de que trata o artigo 5º, inciso I, da Lei 17.240, de 07 de julho de 2006, será calculada em relação à receita bruta de serviços auferida pelo contribuinte no mês imediatamente anterior ao do recolhimento, e terá como valor mínimo, mas não inferior a R\$ 568,28 (quinhentos e sessenta e oito reais e vinte e oito centavos), o equivalente a 0,5% (meio por cento) da referida receita.

§ 1º Na hipótese do contribuinte não auferir receita de serviços em determinado mês, o valor da parcela será calculado pela média dos últimos seis meses em que houve faturamento, atualizada pelo IPCA, observado o Valor mínimo previsto no caput.

§ 2º Os cálculos a que se refere este artigo serão efetuados pelo contribuinte e sujeitos a posterior verificação a ser realizada pelo setor competente da Secretaria de Finanças.

§ 3º A receita bruta de serviços de que trata o caput deste artigo é aquela auferida por todos estabelecimentos da Pessoa Jurídica, inclusive os localizados fora do Município do Recife.

Art. 8º A adesão ao PREFIS não implica desconstituição de quaisquer garantias efetivadas nos autos da ação de execução fiscal.

Art. 9º A adesão ao PREFISC será cancelada de ofício quando

I - do atraso no pagamento de qualquer das parcelas ou pela inadimplência no pagamento de qualquer tributo municipal por um período igual ou superior a 90 (noventa) dias;

II - do atraso na apresentação da Declaração de Serviços - DS por um período igual ou superior a 90 (noventa) dias;

III - constatada prática de qualquer conduta tipificada na legislação penal como crime contra a ordem tributária;

IV - ficar caracterizada, no caso das sociedades organizadas sob a forma de cooperativas, fraude à legislação trabalhista mediante a dissimulação de relação de emprego entre a cooperativa e os seus cooperados.

V - pela suspensão pelo contribuinte das atividades relativas a seu objeto social ou pelo não aferimento de faturamento por mais de 6 (seis) meses consecutivos.

VI - pela inobservância de qualquer das exigências estabelecidas no art. 6º da Lei 17.240, de 07 de julho de 2006.

Art. 10 Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Recife, 13 de dezembro de 2006.

JOÃO PAULO LIMA E SILVA
Prefeito do Recife

BRUNO ARIOSTO LUNA DE HOLANDA
Secretário de Assuntos Jurídicos

ELÍSIO SOARES DE CARVALHO JÚNIOR
Secretário de Finanças

(Republicado por ter saído com incorreção)

.....

ANEXO M

LEI Nº 17.244 /2006

EMENTA: Institui o programa de incentivo ao Porto Digital mediante a concessão de benefícios fiscais condicionados.

O POVO DA CIDADE DO RECIFE, POR SEUS REPRESENTANTES, DECRETOU, E EU, EM SEU NOME, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Esta Lei institui o programa de incentivo ao Porto Digital mediante a concessão de benefícios fiscais aos estabelecimentos, contribuintes do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN, situados no âmbito de Revitalização da Zona Especial do Patrimônio Histórico Cultural 09 - Sítio Histórico do Bairro do Recife, e que exerçam atividades de:

I - serviços de informática e congêneres, inclusive serviços educacionais e certificação de produtos em informática, que constam no item 1 da lista de serviços do art. 102 da Lei 15.563/91, com redação dada pela Lei 16.933, de 30 de dezembro de 2003;

II - atividades ligadas às funções de relacionamento remoto com clientes mediante centrais nas quais há o processamento de chamadas em alto volume, ativas ou receptivas.

Parágrafo Único - Os benefícios fiscais desta Lei restringem-se às atividades relacionadas neste artigo.

Art. 2º - Fica constituído o Comitê Municipal de Apoio ao Portal Digital, ao qual caberá a implementação e acompanhamento do programa instituído nesta Lei, conforme dispuser Decreto do Poder Executivo.

Art. 3º - O Comitê Municipal de Apoio ao Porto Digital é composto dos seguintes membros:

I - um representante da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico;

II - um representante da Secretaria de Finanças;

III - um representante da Secretaria de Planejamento Participativo, Obras e Desenvolvimento Urbano e Ambiental;

IV - um representante da Organização Social Porto Digital.

V - Um representante da Empresa Municipal de Informática.

Parágrafo Único - A presidência do Comitê de que trata o caput deste artigo será exercida pelo representante da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico.

Art. 4º - Para efeitos de aplicação da presente Lei, considera-se:

I- paradigma geral: o somatório dos faturamentos dos estabelecimentos participantes do programa instituído nesta Lei relativos às atividades previstas no caput do artigo 1º ocorridas no Município do Recife e no ano de 2005;

II- paradigma individual: o faturamento individual de cada estabelecimento participante do programa instituído nesta Lei relativo às atividades previstas no caput do artigo primeiro e ocorrido no ano civil posterior à habilitação no programa.

Parágrafo Único - Os faturamentos previstos neste artigo serão apurados conforme dispuser Decreto do Poder

Executivo.

Art. 5º - Para participar do programa previsto nesta Lei, as empresas deverão habilitar-se junto ao Comitê Municipal de Apoio ao Portal Digital na forma prevista em regulamento, e comprovar que atendem cumulativamente aos seguintes requisitos:

I - estar o requerente na situação cadastral regular, conforme definido em Decreto do Poder Executivo;

II - estar o requerente adimplente com os tributos municipais;

III - exercer o requerente as atividades previstas no artigo 1º;

IV - estar o requerente estabelecido no âmbito de Revitalização da Zona Especial do Patrimônio Histórico Cultural 09 - Sítio Histórico do Bairro do Recife;

V - Prestar informações relativas ao faturamento e recolhimento de tributos das atividades do artigo 1º, conforme dispuser Decreto do Poder Executivo.

§1º - Considera-se adimplente com os tributos municipais a empresa que tiver em curso de parcelamento, desde que não haja parcelas em atraso.

§2º - No caso de não preenchimento dos requisitos necessários, o benefício será suspenso automaticamente, devendo ser utilizada a alíquota prevista na Lei 15.563/91 para as atividades previstas no artigo 1º.

§ 3º - Em caso de fraude por parte do beneficiário, inclusive a apresentação de declarações falsas, o ato de concessão será cancelado de imediato, sem prejuízo das penalidades legais e da cobrança da diferença entre o valor devido e o pago a menor em face da aplicação indevida da alíquota reduzida, se for o caso.

§ 4º - A Autoridade Fazendária confirmará, em despacho fundamentado, a habilitação deferida pelo Comitê Municipal de Apoio ao Porto Digital.

Art. 6º - Após o final de cada ano civil, a Secretaria de Finanças determinará a alíquota do ISSQN por meio da comparação entre somatório dos faturamentos dos participantes do programa desta Lei relativos às atividades previstas no artigo 1º ocorridas no ano encerrado e o do paradigma geral, corrigido monetariamente pelo índice previsto na legislação tributária do Município do Recife, acrescido das metas de crescimento estabelecidas pelo Comitê Municipal de Apoio ao Portal Digital.

§1º - A alíquota calculada na forma deste artigo será aplicável apenas para as atividades previstas no artigo 1º e exercidas pelos participantes beneficiados por esta Lei.

§2º - Para efeitos de cálculo da alíquota aplicável no ano civil seguinte deverá ser aplicada a seguinte fórmula:

$$\text{Ageral\%} = 200 / (100 + \text{df})$$

Onde:

Ageral% - é a alíquota a ser aplicada por todos os estabelecimentos participantes do programa desta Lei.

df - é a variação percentual do faturamento do ano civil anterior quando comparado com o paradigma geral, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{df} = 100 \times (\text{fatgeral} - \text{paradgeralcor}) / \text{paradgeralcor}$$

Onde:

fatgeral = somatório dos faturamentos relativos ao ano civil anterior dos participantes do programa desta Lei

paradgeralcor = paradigma geral corrigido monetariamente pelo índice previsto na legislação tributária municipal e acrescido das metas de crescimento estabelecidas pelo Comitê Municipal de Apoio ao Portal Digital.

§3º - A alíquota calculada na forma deste artigo não poderá ser inferior a 2 % (dois por cento) nem superior a 5% (cinco por cento) e será arredondada para o valor inteiro imediatamente superior, quando a parte decimal for maior ou igual a 0,5 (cinco décimos), e imediatamente inferior para os demais casos.

§4º - Enquanto não for divulgada a alíquota prevista no caput deste artigo, os contribuintes beneficiados por esta Lei deverão recolher o ISSQN com base na alíquota do ano anterior para posterior ajuste no mês subsequente ao

da divulgação.

§5º - As metas de crescimento não poderão ser inferiores às previsões de crescimento do Produto Interno Bruto - PIB nacional divulgadas pelos órgãos oficiais, salvo por decisão unânime de todos os integrantes do Comitê Municipal de Apoio ao Porto Digital e justificável.

Art. 7º - Os contribuintes participantes do programa instituído nesta Lei poderão optar por aplicar alíquota individual do ISSQN para as atividades previstas no artigo 1º, calculada da seguinte forma:

$$Aind\% = 200 / (100 + df)$$

Onde:

Aind % - é a alíquota individual para os participantes do programa desta Lei.

df - é a variação percentual do faturamento do ano civil anterior quando comparado com o paradigma individual, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$df = 100 \times (\text{fatind} - \text{paradindcor}) / \text{paradindcor}$$

Onde:

fatind = faturamento individual do ano civil anterior do estabelecimento participante do programa desta Lei.

paradindcor = paradigma individual corrigido monetariamente pelo índice previsto na legislação tributária municipal e acrescido das metas de crescimento estabelecidas pelo Comitê Municipal de Apoio ao Portal Digital.

§1º - Aplica-se o disposto nos parágrafos 1º, 3º e 5º do artigo anterior.

§2º - A opção da alíquota prevista neste artigo será utilizada durante todo o exercício.

§3º - A opção prevista no caput deste artigo será efetuada por meio do primeiro recolhimento do imposto, relativo a qualquer competência de cada ano civil.

Art. 8º - A partir da publicação desta Lei e até 31/12/2006, a alíquota prevista no artigo 6º será 2% (dois por cento).

Art. 9º Considerar-se-ão previamente habilitados a participar do programa instituído nesta Lei os atuais beneficiários do Projeto Porto Digital previsto na Lei 16.731 de 27 de dezembro de 2001, desde que atendam os requisitos previstos no artigo 5º.

§ 1º - Os beneficiários previstos neste artigo que não desejem participar do programa instituído nesta Lei deverão requerer sua exclusão ao Comitê Municipal de Apoio ao Portal Digital.

§ 2º - A Alíquota prevista no artigo 8º retroage seus efeitos, para os beneficiários deste artigo, para os fatos geradores de ISSQN ocorridos a partir de 1º de março de 2006, podendo estes contribuintes compensar os valores recolhidos a maior em períodos posteriores dentro do mesmo exercício, sem direito ao reembolso previsto na Lei nº 16.731 de 27 de dezembro de 2001.

Art. 10 - Revoga-se a Lei nº 16.731 de 27 de dezembro de 2001.

Art. 11 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Recife, 27 de julho de 2006.

JOÃO PAULO LIMA E SILVA

PREFEITO DO RECIFE

Projeto de Lei de Aatoria do Chefe do Poder Executivo.

ANEXO N

DECRETO Nº 22.449 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2006.

Ementa: Regulamenta a Lei nº 17.244, de 27 de julho de 2006.

O PREFEITO DO RECIFE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do art. 54 da Lei Orgânica do Município do Recife,

D E C R E T A:

Art. 1º. Este decreto define os procedimentos para o programa de incentivo ao porto Digital previsto na Lei nº 17.244, de 27 de julho de 2006.

Art. 2º. O Comitê Municipal de Apoio ao Porto Digital, instituído no artigo 2º da Lei nº 17.244, de 27 de julho de 2006, tem o seu funcionamento definido em regimento próprio.

Art. 3º. É atribuição do Comitê Municipal de Apoio ao Porto Digital a definição, implementação, acompanhamento e avaliação dos processos que tenham os seguimentos objetivos:

I - habitação de empresas;

II - as metas de crescimento previstas no artigo 6º da Lei nº 17.244/2006.

Art. 4º. São requisitos cumulativos para participar do programa de incentivo ao Porto Digital previsto no artigo 1º deste Decreto:

I - estar o estabelecimento requerente na situação de ativo regular, de acordo com o artigo 4º, inciso I, alínea "a" do Decreto nº 18.697, de 10 de novembro de 2000;

II - estar o estabelecimento requerente adimplente com os tributos municipais;

III - estar o requerente estabelecimento no âmbito do Plano de Revitalização da Zona Especial do Patrimônio Histórico Cultural 09 - Sítio Histórico do Bairro do Recife;

IV - exercer o estabelecimento requerente as atividades previstas no artigo 1º da Lei nº 17.244/2006.

Art. 5º. A habilitação será concedida por meio de resolução do Comitê Municipal de Apoio ao Porto Digital, mediante requerimento do estabelecimento interessado, depois de comprovado pelos órgãos competentes o atendimento aos requisitos previstos neste Decreto.

Art. 6º. Os estabelecimentos com interesse em participar do programa instituído pela Lei nº 17.244/2006 deverão formalizar requerimento ao Comitê Municipal de Apoio ao Porto Digital mediante entrada de processo no Centro de Atendimento ao Contribuinte - CAC.

§ 1º. O requerimento que tiver deferida a habilitação terá direito ao benefício a partir do mês do requerimento, podendo compensar os valores recolhidos a maior em períodos posteriores dentro do mesmo exercício.

§ 2º. O requerimento deverá conter a seguinte documentação:

I - cartão de Inscrição Municipal - CIM;

II - Certidão Negativa de Regularidade Fiscal perante o Município do Recife;

III - Cópia do C.N.P.J.;

IV - Cópia de contrato social ou estatuto e das alterações havidas, ou de consolidação.

V - Certidão Negativa de Débitos para com a Previdência e Assistência Social;

VI - Cópia de CPF e identidade do responsável legal da empresa requerente ou do seu procurador;

VII - Autorização ou procuração pública no caso de terceiro representando a empresa;

VIII - Declaração de faturamento e recolhimento mensal do ISSQN devido ao Município do Recife, relativos às atividades previstas no art. 1º da Lei nº 17.244/2006, ocorridas no ano de 2005.

§ 3º. A secretaria de Finanças encaminhará para a Secretaria de Ciência de Desenvolvimento Econômico parecer prévio sobre a habilitação a ser analisada pelo Comitê Municipal de Apoio ao Porto Digital.

§ 4º. Portaria do Secretario de Finanças determinará o procedimento para confirmação de habilitação prevista no parágrafo quarto do artigo 5º da Lei nº 17.244/2006.

Art. 7º. Os participantes, conforme o disposto no art. 9º da Lei nº 17.244/2006, deverão apresentar, no Centro de Atendimento ao Contribuinte até 31 de dezembro de 2006, declaração de faturamento e recolhimento mensal do ISSQN devido, relativos às atividades previstas no art. 1º da Lei nº 17.244/2006, prestadas no Município do Recife e ocorridas no ano de 2005, sob pena de suspensão do benefício.

Art. 8º. Para determinação do paradigma geral previsto no inciso I do art. 4º da Lei nº 17.244/2006, considerar-se-ão os faturamentos dos estabelecimentos participantes do programa instituído nesta Lei, habilitados até 31 de dezembro de 2006 e relativos às atividades previstas no caput do artigo 1º dessa Lei ocorridas no Município do Recife no ano de 2005.

Parágrafo Único. Não serão considerados, para determinação do paradigma previsto no caput, os faturamentos dos estabelecimentos situados fora do Município do Recife que ingressarem no programa instituído pela Lei nº 17.244/2006.

Art. 9º. Para determinação da alíquota do ISSQN do exercício de 2007 a ser aplicada pelos participantes do programa instituído pela Lei nº 17.244/2006, deverá ser comparado o período julho a dezembro de 2006 em relação ao mesmo período do paradigma geral previsto no art. 2º da mesma lei. Parágrafo Único. Para determinação da alíquota do exercício previsto no caput e dos posteriores, os participantes deverão apresentar as informações de faturamento prevista no inciso V do art. 5º da Lei nº 17.244/2006 através da Declaração de Serviço, informado as notas fiscais de serviço e respectiva alíquota incidente.

Art. 10º. informações de faturamento incorretas que promovam variação na alíquota calculada, após a divulgação da mesma, só serão consideradas no cálculo da alíquota do próximo ano civil.

Parágrafo Único. As informações inverídicas previstas no caput só produzirão efeito imediato ao participante declarante das mesmas.

Art. 11º. Nos casos de suspensão e de cancelamento previstos respectivamente no §§ 2º e 3º do art. 5º da Lei nº 17.244/2006, o estabelecimento deverá utilizar a alíquota prevista na Lei nº 15.563/91 para as atividades previstas no art. 1º da Lei nº 17.244/2006.

Parágrafo Único. Em caso de suspensão, a cobrança de possíveis diferenças do imposto devido será acrescida apenas de correção monetária.

Art. 12º. Os participantes previstos no artigo 9º da Lei nº 17.244/2006 que não se instalarão de forma definitiva no âmbito do Plano de Revitalização da Zona Especial do Patrimônio Histórico Cultural 09 - Sítio Histórico do Bairro do Recife terão até 31 de dezembro de 2007 para promover a sua transferência definitiva sob pena de cancelamento da habilitação prévia.

Art. 13º. Fica revogado o Decreto nº 20.508, de 30 de junho de 2004.

Art. 14º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 29 de julho de 2006.

Recife, 27 de novembro de 2006.

JOAO PAULO LIMA E SILVA
Prefeito

BRUNO ARIOSTO LUNA DE HOLANDA
Secretário de Assuntos Jurídicos

ELÍSIO SOARES DE CARVALHO JÚNIOR
Secretário de Finanças

FLORIVAL RODRIGUES DE CARVALHO
Secretário de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico.

ANEXO O

PORTARIA Nº. 017, 09 DE ABRIL DE 2007

O SECRETÁRIO DE FINANÇAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 61, V da Lei Orgânica do Município e

CONSIDERANDO a necessidade de definição do procedimento para a concessão do gozo do benefício fiscal previsto pela Lei nº 17.244 de 27 de julho de 2006.

R E S O L V E:

I - O contribuinte interessado em receber os benefícios fiscais implementados pela Lei 17.244 de 27 de julho de 2006 deverá formalizar requerimento no Centro de Atendimento ao Contribuinte - CAC da Secretaria de Finanças - SEFIN acompanhado dos documentos previstos no parágrafo 2º do artigo 6º do Decreto nº 22.449 de 27 de novembro de 2006;

II - Protocolado e acompanhado por todos os documentos indicados no item anterior, o processo deverá ser enviado à Gerência de Tributos Imobiliários - GTI da SEFIN, a quem compete a identificação do contribuinte e do imóvel, com confirmação de sua localização na área prevista pelo inciso III do artigo 4º da Lei 17.244/06;

III - Concluída a análise da GTI, o requerimento deverá ser enviado à Gerência Operacional de Tributos Mercantis - GOTM da SEFIN para análise dos demais requisitos necessários à concessão do benefício e elaboração de parecer prévio, que será enviado à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico para análise pelo Comitê Municipal de Apoio ao Porto Digital;

IV - Em caso de deferimento da habilitação prevista no inciso I do art 3º do Decreto nº 22.449/06, a Resolução do Comitê Municipal de Apoio ao Porto Digital deverá ser encaminhada à GOTM para confirmação da habilitação no processo e anotação no cadastro de empresas beneficiadas pelo incentivo fiscal previsto na Lei nº 17.244/06;

V - Em caso de indeferimento da habilitação, o Comitê Municipal de Apoio ao Porto Digital enviará sua decisão à GOTM para ciência do contribuinte e arquivamento do processo;

VI - Na verificação de casos de cancelamento previstos no parágrafo 3º do artigo 5º da Lei nº 17.244/06, o Diretor da DGAT comunicará o fato ao Secretário de Finanças para o cancelamento imediato do benefício, ouvidos a Assessoria Jurídica e o contribuinte, que cientificado, terá o prazo de quinze dias para apresentar contestação;

VII - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 29 de julho de 2006.

Elísio Soares de Carvalho Júnior
Secretário de Finanças

ANEXO P

PORTARIA Nº 089/2007, 19 de junho de 2007.

O SECRETÁRIO DE FINANÇAS, no uso de suas atribuições previstas na art. 61, V da Lei Orgânica do Município do Recife, e conforme determina o art. 6º da Lei nº 17.244 de 27 de julho de 2006.

R e s o l v e:

I - Informar que, para as atividades previstas no art. 1º da Lei nº 17.244/06 e prestadas pelos beneficiários desta lei no exercício de 2007, a alíquota do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN é 2% (dois por cento);

II- Os beneficiários da Lei nº 17.244/06 que não enviaram a Declaração de Serviço até a publicação desta

portaria encontram-se com o benefício suspenso;

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro de 2007.

ANEXO Q

LEI Nº 17.282/2006

EMENTA: Altera a alíquota do ISSQN para os prestadores de serviço de ensino regular pré-escolar, fundamental e médio, previstos no subitem 8.01 do art. 102 da Lei 15.563, de 27 de dezembro de 1991.

O POVO DA CIDADE DO RECIFE, POR SEUS REPRESENTANTES, DECRETA E EU, EM SEU NOME, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica acrescentado o parágrafo quarto ao artigo 116 da Lei 15.563, de 27 de dezembro de 1991, com a seguinte redação:

"Art. 116..

§4º Nos casos da prestação de serviços de ensino regular pré-escolar, fundamental e médio, previstos no subitem 8.01 do artigo 102 desta Lei, a alíquota será de 3 % (três por cento)."

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Recife, 22 de dezembro de 2006.

JOÃO PAULO LIMA E SILVA

PREFEITO DO RECIFE

Projeto de Lei de autoria do Chefe do Poder Executivo.

ANEXO R

LEI Nº 17.283/2006

EMENTA: Introduce modificações na Lei nº 15.563/91.

O POVO DA CIDADE DO RECIFE, POR SEUS REPRESENTANTES, DECRETA E EU, EM SEU NOME, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica acrescentado o parágrafo quinto ao artigo 111 da Lei 15.563, de 27 de dezembro de 1991, com a seguinte redação:

"Art. 111...

§5º Não se aplica o disposto neste artigo quando o prestador do serviço for :

I - sociedade constituída sob a forma de cooperativa;

II - sociedade tributada na forma prevista no artigo 117- A;

III - contribuinte participante do programa previsto na Lei 17.174, de 30 de dezembro de 2005".

Art 2º - O artigo 240 da Lei nº 15.563, de 27 de dezembro de 1991 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 240. Ficam autorizados o Secretário de Finanças a compensar créditos tributários com créditos líquidos e certos do sujeito passivo contra a Fazenda Municipal, e o Secretário de Assuntos Jurídicos a celebrar transação para terminação de litígio e extinção de créditos tributários.

§ 1º O Secretário de Assuntos Jurídicos poderá delegar a competência de que trata o "caput" deste artigo ao Diretor da Procuradoria Fazenda Municipal.

§ 2º O Secretário de Finanças poderá delegar a competência de que se trata o "caput" deste artigo ao Diretor Geral de Administração Tributária.

§ 3º Os valores a serem compensados serão corrigidos pelo mesmo índice de atualização dos tributos municipais."

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Recife, 22 de dezembro de 2006.

JOÃO PAULO LIMA E SILVA

PREFEITO DO RECIFE

Projeto de Lei de autoria do Chefe do Poder Executivo.

ANEXO S

PORTARIA Nº. 007, 12 DE FEVEREIRO DE 2007.

O SECRETÁRIO DE FINANÇAS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município art. 61, I e VII e o § 2º do art. 240 da lei 15.563/91, com nova redação prevista pela Lei 17.283/2006.

R E S O L V E:

I. Delegar à Diretoria Geral de Administração Tributária à atribuição de realizar a compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos dos sujeitos passivos contra a fazenda municipal, desde que o valor a ser compensado seja inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

II. A Diretoria de Administração Tributária enviará ao Gabinete do Secretário de Finanças relatório mensal detalhado das isenções concedidas de acordo com o item I.

III. Esta portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

ANEXO T

LEI Nº 17.285/2006

Ementa: Concede benefícios fiscais aos contribuintes do Município alterando a Lei nº 15.563/91.

O POVO DA CIDADE DO RECIFE, POR SEUS REPRESENTANTES, DECRETOU, E EU, EM SEU NOME, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Ficam acrescentados o parágrafo sexto ao artigo 30 e o parágrafo quatorze ao artigo 115 todos da Lei 15.563, de 27 de dezembro de 1991, com as seguintes redações:

"Art. 30...

§ 6º Quando se tratar de imóvel utilizado na exploração de serviço de hospedagem em hotéis, a alíquota será estabelecida observado o seguinte procedimento:

I - Divide-se o valor venal do imóvel calculado em conformidade com o disposto no artigo 24 desta Lei pelo número de apartamentos do hotel;

II - Com o resultado da divisão determina-se a alíquota com base no inciso II do caput deste artigo, aplicando-se esta para o cálculo do valor do imposto do imóvel.

Art. 115...

§ 14. No caso da prestação de serviços relativos à hospedagem, previstos no subitem 9.01 do artigo 102 desta Lei, não se incluirá na base de cálculo do imposto o valor do próprio ISS."

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Recife, 22 de dezembro de 2006.

João Paulo Lima e Silva

Prefeito do Recife

Projeto de Lei de autoria do Chefe do Poder Executivo.

ANEXO U

LEI Nº. 17.372/2007

EMENTA: Introduz modificações na Lei 15.563, de 27 de dezembro de 1991.

O POVO DA CIDADE DO RECIFE, POR SEUS REPRESENTANTES, DECRETOU, E EU, EM SEU NOME, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º O caput do artigo 38, o caput e os §1º e § 4º do artigo 163, o caput e os § 1º ao 3º do artigo 164, todos da Lei 15.563, de 21 de dezembro de 1991, passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 38 - A autorização para parcelamento do solo, inclusive o remembramento, bem como a concessão de "habite-se", para edificação nova, e de "aceite - se", para imóveis reconstruídos ou reformados, somente serão efetivados pelo órgão competente mediante a prévia quitação dos tributos municipais incidentes sobre os imóveis originários e a atualização dos dados cadastrais correspondentes.

Art. 163 - O débito decorrente da falta de recolhimento de tributos municipais poderá ser pago em até 96 (noventa e seis) parcelas mensais e sucessivas, observado o valor mínimo de cada parcela de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais).

"§1º Fica vedado o parcelamento dos créditos tributários relativos ao Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU e da Taxa de Limpeza Pública - TLP enquanto houver parcelas vincendas oriundas do referido lançamento".

§ 4º Nas hipóteses de que tratam os parágrafos segundo e terceiro, fica concedido ao contribuinte o direito de reparcelar o saldo, tendo o limite máximo de parcelas do reparcelamento que ser menor ou igual ao previsto no caput do artigo subtraído do número de parcelas pagas nos parcelamentos anteriores.

Art. 164 - Os débitos tributários em fase judicial, de um mesmo contribuinte, até a etapa anterior à destinação do bem à hasta pública, poderão ser parcelados em até 96 (noventa e seis) parcelas mensais e sucessivas, observado o valor mínimo de cada parcela de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais).

§ 1º O não pagamento de 03 (três) parcelas sucessivas ou não, implicará automaticamente no vencimento antecipado de todas as parcelas vincendas, autoriza o cancelamento dos benefícios, bem como a comunicação aos órgãos de proteção ao crédito e o prosseguimento da Execução Fiscal.

§ 2º O disposto no parágrafo 1º deste artigo será também aplicado a qualquer importância que deixar de ser recolhida esgotado o prazo concedido para o parcelamento.

§ 3º Nas hipóteses de que tratam os parágrafos anteriores, para débitos inferiores ou iguais a R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), fica concedido ao contribuinte o direito de reparcelar o saldo, tendo o limite máximo de parcelas do reparcelamento que ser menor ou igual ao previsto no caput do artigo subtraído do número de parcelas pagas nos parcelamentos anteriores.

Art. 2º Ficam acrescidos o parágrafo 3º ao artigo 38, e o parágrafo 4º e 5º ao artigo 164, todos da Lei nº. 15.563, de 27 de dezembro de 1991, com as seguintes redações:

"Art. 38 -...

§ 3º A concessão do habite-se não equivale à certificação da inexistência de débitos."

"Art. 164 -...

§4º. Nas hipóteses de que tratam os parágrafos primeiro e segundo, para débitos superiores a R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), o contribuinte poderá requerer o reparcelamento do saldo remanescente ao Procurador Chefe da Fazenda Municipal, apresentando garantia nas modalidades de fiança bancária ou penhora de bens imóveis de sua propriedade situados no Município do Recife, suficiente à cobertura dos débitos objeto do parcelamento, devidamente atualizados na forma definida na Lei 16.607, de 06 de dezembro de 2000, acrescidos de multa e

juros, honorários advocatícios e demais encargos legais.

§ 5º O limite máximo de parcelas do parcelamento previsto no parágrafo anterior deverá ser menor ou igual ao previsto no caput subtraído do número de parcelas pagas nos parcelamentos anteriores.

Art. 3º Fica acrescido o parágrafo único ao art. 45 da Lei 17.239/06, com a seguinte redação:

"Art. 45 -...

Parágrafo único - Nos processos de execução fiscal em que houver destinação de bem à hasta pública, os honorários advocatícios são fixados em 20% (vinte por cento).".

Art. 4º Até 90 (noventa) dias após a publicação desta Lei, os contribuintes que aderiram ao Programa de Recuperação Fiscal Setorial, instituído pela Lei 17.029, de 22 de setembro de 2004 e ao Programa de Recuperação Fiscal - PREFISC, instituído pela Lei 17.240, de 07 de julho de 2006, poderão consolidar os débitos parcelados nestes programas e reparcelar o saldo em até 240 (duzentos e quarenta) meses, observado o valor mínimo de cada parcela de R\$ 500,00 (quinhentos reais), devendo, para tanto, requerer a sua exclusão destes programas, conforme dispuser o Poder Executivo.

Parágrafo 1º - Ficam proibidas novas adesões ao Programa de Recuperação Fiscal - PREFISC, instituído pela Lei 17.240, após 60 (sessenta) dias da publicação desta Lei.

Parágrafo 2º - No parcelamento previsto neste artigo devem ser observadas, no que couber, as regras previstas nos artigos 163 e 164 da Lei 15.563/91.

Art. 5º Os valores previstos nesta Lei só serão objeto da atualização monetária a que se refere a Lei 16.607, de 06 de dezembro de 2000, a partir de 01 de janeiro de 2008.

Art. 6º "Art. 6º Os débitos com parcelamento em curso ou consolidados, até a data da publicação desta lei, para o primeiro parcelamento na nova sistemática, não precisarão cumprir as exigências contidas no § 4º do art. 163 e nos §§ 3º, 4º e 5º do art. 164, com redação dada por esta lei.".

Parágrafo único - As garantias apresentadas nos parcelamentos em curso serão transferidas para os reparcelamentos requeridos com os novos prazos previstos na presente Lei.

Art. 7º Ficam revogados os incisos I a III e os parágrafos 5º ao 9º do artigo 163, e os incisos I a III do artigo 164 todos da Lei nº. 15.563, de 27 de dezembro de 1991.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Recife, 08 de novembro de 2007.

JOÃO PAULO LIMA E SILVA
PREFEITO DO RECIFE

ANEXO V

LEI Nº. 17.373/2007

EMENTA: INTRODUZ MODIFICAÇÕES NA LEI 15.563, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1991. O POVO DA CIDADE DO RECIFE, POR SEUS REPRESENTANTES, DECRETOU, E EU, EM SEU NOME, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º O parágrafo 4º do artigo 9º e o artigo 170 da Lei 15.563, de 27 de dezembro de 1991, passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 9º...

§ 4º Para pagamentos efetuados em uma única parcela a multa de mora será reduzida em 70% (setenta por cento).

Art. 170. Aos débitos para com a Fazenda Municipal, não integralmente pagos nos prazos legais, serão aplicados juros de mora de 1% (um por cento) a partir do dia imediatamente posterior ao vencimento, acrescendo-se mais 1% (um por cento) a cada mês, após o dia correspondente ao do vencimento, até a liquidação do débito.

§1º Os juros de mora serão calculados sobre o valor do tributo devidamente atualizado.

§ 2º Os juros de mora e multa de mora serão reduzidos em 70 % (setenta por cento) caso o contribuinte efetue o pagamento integral do débito de uma única vez.

§ 3º Os débitos tributários em fase judicial, que estejam na etapa de destinação do bem à hasta pública, não poderão receber a redução do parágrafo anterior".

Art. 2º Fica acrescido o §5º ao artigo 9º da Lei 15.563, de 27 de dezembro de 1991, com a seguinte redação:

"Art. 9º...

§ 5º Os débitos tributários em fase judicial, que estejam na etapa de destinação de bens à hasta pública, não poderão receber a redução do parágrafo anterior.

Art. 3º. "O percentual de redução de juros de mora e de multa de mora a que se referem o parágrafo 4º do art. 9º e o parágrafo 2º do artigo 170 da Lei 15.563, de 27 de dezembro de 1991, com redação dada por esta Lei, será de 90% (noventa por cento) no caso dos contribuintes efetuarem o pagamento integral até 31 de janeiro de 2008".

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Recife, 08 de novembro de 2007.

JOÃO PAULO LIMA E SILVA
PREFEITO DO RECIFE

ANEXO W

LEI Nº. 17.374/2007

EMENTA: INSTITUI O PROGRAMA DE INCREMENTO DA RECEITA TRIBUTÁRIA MEDIANTE A CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS.

O POVO DA CIDADE DO RECIFE, POR SEUS REPRESENTANTES, DECRETOU, E EU, EM SEU NOME, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Esta Lei institui o programa de incremento da receita tributária mediante a concessão de benefícios fiscais às empresas estabelecidas no Município do Recife, contribuintes do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN, e que exerçam preponderantemente atividades de representação previstas no item 10.09 da lista de serviços do art. 102 da Lei 15.563/91, com redação dada pela Lei 16.933, de 30 de dezembro de 2003.

Parágrafo Único - Considera-se atividade preponderante para efeito do caput, aquela que represente 80% ou mais do faturamento do contribuinte beneficiado.

Art. 2º - Para efeitos de aplicação da presente Lei, será considerado como paradigma o somatório dos recolhimentos do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN, para o Município do Recife, dos participantes do programa instituído nesta Lei.

Parágrafo Único - Serão considerados apenas os recolhimentos do ISSQN próprio efetuados pelos participantes e por seus tomadores de serviços no caso do artigo 111 da Lei 15.563, de 27 de dezembro de 1991, relativos a fatos geradores ocorridos no ano de 2006.

Art. 3º - Consideram-se participantes do programa previsto nesta Lei os contribuintes que exerçam as atividades previstas no artigo 1º, com registro no respectivo órgão de classe, e que atendam cumulativamente aos seguintes requisitos:

I - estar o contribuinte cadastrado no Cadastro Municipal de Contribuintes como representante;

II - estar o contribuinte adimplente com os tributos municipais;

III - exercer o contribuinte, preponderantemente as atividades previstas no artigo 1º.

§ 1º Considera-se adimplente com os tributos municipais a empresa que estiver em curso de parcelamento, desde que não haja parcelas em atraso.

§ 2º No caso de não preenchimento dos requisitos necessários, o benefício será suspenso automaticamente, devendo ser utilizada a alíquota prevista na Lei 15.563/91 para as atividades previstas no artigo 1º.

§ 3º Em caso de fraude por parte do beneficiário, inclusive a apresentação de declarações falsas, o ato de concessão será cancelado de imediato, sem prejuízo das penalidades legais e da cobrança da diferença entre o valor devido e o pago a menor em face da aplicação indevida da alíquota reduzida, se for o caso.

§ 4º O contribuinte que não deseja participar do programa previsto nesta Lei deverá requerer à Secretaria de Finanças a sua exclusão.

Art. 4º - Após o final de cada ano civil, a Secretaria de Finanças determinará a alíquota do ISSQN por meio da comparação entre somatório dos recolhimentos próprios, relativos aos fatos geradores do ano encerrado, dos participantes do programa desta Lei e o do ano paradigma, corrigido monetariamente pelo índice previsto na legislação tributária do Município do Recife.

§1º - Serão considerados apenas os recolhimentos do ISSQN próprio efetuados pelos participantes e por seus tomadores de serviços, no caso do artigo 111 da Lei 15.563, de 27 de dezembro de 1991, relativos a fatos geradores ocorridos no ano civil a que se refere o caput deste artigo.

§2º A alíquota calculada na forma deste artigo será aplicável, quando atendida as exigências desta Lei, para todas as atividades exercidas pelos participantes beneficiados por esta Lei, observado o disposto no parágrafo único do artigo 1º.

§3º Para efeitos de cálculo da alíquota aplicável no ano civil seguinte, deverá ser utilizada a seguinte fórmula:

$$A\% = K / (100 + dr.)$$

Onde:

A % - é a alíquota a ser aplicada por todos os participantes do programa desta Lei.

dr. - é a variação percentual do recolhimento do ano anterior, observado o disposto no §1º, quando comparado com o paradigma, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$dr. = 100 \times (\text{rec} - \text{paradcor}) / \text{paradcor}$$

Onde:

rec = somatório dos recolhimentos do ano civil anterior, observado o disposto no §1º, dos participantes do programa desta Lei ajustados com a utilização da seguinte fórmula:

$$\text{rec} = \text{Soma ISS} \times 5 / \text{Aliq}$$

Onde:

Soma ISS = Soma do ISS recolhidos pelos participantes relativa aos fatos geradores do anterior, observado o disposto no §1º.

Aliq = Alíquota incidente no ano anterior

paradcor = paradigma corrigido monetariamente pelo índice previsto na legislação tributária municipal.

K - valor conforme a tabela abaixo:

Ano K

2008 250

2009 300

2010 350

2011 400

2012 450

2013 500

Exercícios subseqüentes 525

§ 3º - A alíquota calculada na forma deste artigo não poderá ser inferior a 2 % (dois por cento) nem superior a 5% (cinco por cento) e será arredondada para o valor inteiro imediatamente superior, quando a parte decimal for maior ou igual a 0,5 (cinco décimos), e imediatamente inferior para os demais casos.

§ 4º - Enquanto não for divulgada a alíquota prevista no caput deste artigo, os contribuintes beneficiados por esta Lei deverão recolher o ISSQN com base na alíquota do ano anterior para posterior ajuste no mês subseqüente ao da divulgação.

Art. 5º - A partir da publicação desta Lei e até 31 de dezembro de 2007, a alíquota prevista no artigo anterior será 2% (dois por cento).

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Recife, 08 de novembro de 2007.

JOÃO PAULO LIMA E SILVA
PREFEITO DO RECIFE

ANEXO X

DECRETO Nº 23.389 DE 07 DE JANEIRO DE 2008

EMENTA: Regulamenta a Lei nº 17.374, de 08 de novembro de 2007.

O PREFEITO DO RECIFE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do art. 54 da Lei Orgânica do Município do Recife,

D E C R E T A :

Art.1º Este decreto regulamenta Lei nº 17.374, de 08 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial do Município de 10 de novembro de 2007, definindo os procedimentos para a sua aplicação.

Art. 2º São requisitos cumulativos para auferir os benefícios fiscais:

- I - estar a empresa requerente adimplente com os tributos municipais;
- II - a empresa requerente exercer as atividades previstas no art. 1º da Lei nº 17.374/2007 de forma preponderante, conforme definido no parágrafo único do art. 1º da mesma Lei;

§1º Considera-se adimplente com os tributos municipais a empresa que tiver parcelamento, em curso, desde que não haja parcelas em atraso.

§2º A preponderância prevista no parágrafo único do art. 1º da Lei 17.374/2007 é configurada quando o somatório dos faturamentos do contribuinte beneficiado nos últimos 12 meses, incluído o mês de apuração para recolhimento do ISSQN, for constituído no mínimo de 80% (oitenta) das atividades previstas no art. 1º da Lei nº 17.374/2007.

§3º Para o contribuinte beneficiado que exerça suas atividades no Município do Recife a menos de 12 meses, considera-se, para efeito de determinação da preponderância prevista no parágrafo anterior, o período compreendido entre o início de funcionamento daquele e o mês de apuração para recolhimento do ISSQN.

Art. 3º Os contribuintes que não desejem participar do programa instituído pela Lei nº 17.374/2007 deverão formalizar requerimento à Secretaria de Finanças mediante entrada de processo no Centro de Atendimento ao Contribuinte - CAC.

§ 1º A exclusão do programa instituído pela Lei nº 13.374/2007 será a partir do mês do pedido da requerente.

§ 2º O requerimento deverá conter a seguinte documentação:

- I - Cartão de Inscrição Municipal - CIM;
- II - Cópia do C.N.P.J.;
- III - Cópia de contrato social ou estatuto e das alterações havidas, ou de consolidação;
- IV - Cópia de CPF e identidade do responsável legal da empresa requerente ou do seu procurador;
- V - Autorização ou procuração pública no caso de terceiro representando a empresa;

§3º O contribuinte que tiver sua exclusão deferida somente poderá retornar a gozar do benefício instituído pela Lei nº 17.374/2007 mediante requerimento de inclusão contendo os documentos previstos no parágrafo anterior, bem como Certidão Negativa de Débitos para com a Previdência e Assistência Social.

Art. 4º Para determinação da alíquota do ISSQN do exercício de 2008 a ser aplicada pelos participantes do programa instituído pela Lei nº 17.374/2007, deverão ser comparados os fatos geradores ocorridos em dezembro de 2007 cujos recolhimentos ocorram em janeiro de 2008 em relação ao mesmo período do ano paradigma previsto no art. 2º da mesma lei.

Art. 5º Havendo a suspensão automática prevista no §2º do art. 3º da Lei nº 17.374/2007, o ISSQN incidente sobre fatos geradores ocorridos após o não preenchimento dos requisitos previstos no art. 2º deste Decreto será calculado utilizando-se a alíquota prevista na Lei 15.563/91, excetuando-se o mês de apuração, cujo ISSQN será calculado com base na alíquota prevista no programa instituído na Lei nº 17.374/2007.

Parágrafo Único. O contribuinte voltará a recolher o ISSQN utilizando a alíquota prevista para o programa instituído na Lei nº 17.374/2007, para os fatos geradores ocorridos após o retorno ao preenchimento dos requisitos previstos no art. 2º deste Decreto, excetuando-se o mês de apuração, cujo ISSQN será calculado com base na alíquota prevista na Lei 15.563/91.

Art. 6º No caso de cancelamento previsto no §3º do art. 3º da Lei nº 17.374/2007, o contribuinte só poderá retornar ao programa instituído pela mesma após comprovação de sua regularização e mediante requerimento conforme previsto no §3º do art. 3º deste Decreto.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Recife, 07 de janeiro de 2008

JOÃO PAULO LIMA E SILVA
Prefeito do Recife

RAIMUNDO FERNANDES DE SOUZA
Secretário de Assuntos Jurídicos em exercício

ELÍSIO SOARES DE CARVALHO JÚNIOR
Secretário de Finanças

ANEXO Y

PORTARIA Nº 011 , DE 25 DE FEVEREIRO DE 2008 - SEFIN.

O SECRETÁRIO DE FINANÇAS, no uso de suas atribuições previstas na art. 61, V da Lei Orgânica do Município do Recife, e conforme determina o art. 4º da Lei nº 17.374/07.

R E S O L V E:

- I - Informar que os serviços prestados pelos contribuintes enquadrados na Lei nº 17.374/07, para o período de 2008, terão a alíquota do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN de 2% (dois por cento);
- II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro de 2008.

Recife, 25 de fevereiro de 2008.

Elísio Soares de Carvalho Júnior
secretário

ANEXO Z

LEI Nº. 17.375/2007

EMENTA: CONCEDE BENEFÍCIOS FISCAIS CONDICIONADOS AOS CONTRIBUINTES DO MUNICÍPIO QUE PRESTEM SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA E INTERNAÇÃO DOMICILIAR.

O POVO DA CIDADE DO RECIFE, POR SEUS REPRESENTANTES, DECRETOU, E EU, EM SEU NOME, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica concedida a isenção parcial de 60% (sessenta por cento) do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza para os serviços de assistência e internação domiciliar previstos no item 4.21 do artigo 102 da Lei nº. 15.563, de 27 de dezembro de 1991.

Art. 2º Para gozar do incentivo previsto nesta Lei, os contribuintes deverão requerer junto à Secretaria de Finanças, na forma prevista em regulamento, e comprovar que atendem cumulativamente aos seguintes requisitos:

I - Possuir todos os veículos destinados à realização dos serviços, previstos no artigo 1º desta Lei, devidamente licenciados no Município do Recife e adimplentes com seus tributos;

II - Estar o requerente adimplente com os tributos municipais.

§ 1º Considera-se adimplente com os tributos municipais o contribuinte que estiver em curso de parcelamento, desde que não haja parcelas em atraso.

§ 2º Se após o deferimento do pedido o contribuinte deixar de preencher os requisitos necessários, o benefício será suspenso automaticamente.

§ 3º Em caso de fraude por parte do beneficiário, inclusive a apresentação de declarações falsas, o ato de concessão será cancelado de imediato, sem prejuízo das penalidades legais e, se for o caso, da cobrança da diferença entre o valor devido e o pago a menor em face da aplicação indevida da alíquota reduzida.

Art.3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Recife, 08 de novembro de 2007.

JOÃO PAULO LIMA E SILVA
PREFEITO DO RECIFE

ANEXO AA

DECRETO Nº. 23.373 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2007

Ementa: Regulamenta a Lei nº. 17.375, de 08 de novembro de 2007.

O PREFEITO DO RECIFE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do art. 54 da Lei Orgânica do Município do Recife,
DECRETA:

Art.1º. Este decreto regulamenta Lei nº. 17.375, de 08 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial do Município de 10 de novembro de 2007, definindo os procedimentos para a sua aplicação.

Art. 2º. São requisitos cumulativos para auferir os benefícios fiscais:

I - a empresa requerente possuir todos os veículos destinados à realização dos serviços, previstos no art. 1º da Lei nº., devidamente licenciados no Município do Recife e adimplentes com seus tributos;

II - estar a empresa requerente adimplente com os tributos municipais;

III - a empresa requerente exercer as atividades previstas no art. 1º da Lei nº. 17.375/2007;

Parágrafo Único. Considera-se adimplente com os tributos municipais a empresa que tiver parcelamento, em curso, desde que não haja parcelas em atraso.

Art. 3º. As empresas com interesse em auferir os benefícios fiscais instituídos pela Lei nº. 17.375/2007 deverão formalizar requerimento à Secretaria de Finanças mediante entrada de processo no Centro de Atendimento ao Contribuinte - CAC.

§ 1º. O requerente que atender aos requisitos previstos no art. 2º deste Decreto terá direito ao benefício a partir

do mês do requerimento.

§ 2º. O requerimento deverá conter a seguinte documentação:

- I - Cartão de Inscrição Municipal - CIM;
- II - Certidão Negativa de Regularidade Fiscal perante o Município do Recife;
- III - Cópia do C.N.P.J.;
- IV - Cópia de contrato social ou estatuto e das alterações havidas, ou de consolidação;
- V - Certidão Negativa de Débitos para com a Previdência e Assistência Social;
- VI - Cópia de CPF e identidade do responsável legal da empresa requerente ou do seu procurador;
- VII - Autorização ou procuração pública no caso de terceiro representando a empresa;
- VIII - Relação dos veículos destinados à realização dos serviços, previstos no art. 1º da Lei nº17.375/2007, devidamente licenciados no Município do Recife e adimplentes com seus tributos.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Recife, 21 de Dezembro de 2007.

JOÃO PAULO LIMA E SILVA
PREFEITO DO RECIFE

BRUNO ARIOSTO LUNA DE HOLANDA
SECRETÁRIO DE ASSUNTOS JURÍDICOS

ELÍSIO SOARES DE CARVALHO JÚNIOR
SECRETÁRIO DE FINANÇAS

ANEXO AB

LEI Nº. 17.380/2007

EMENTA: CONCEDE BENEFÍCIOS FISCAIS CONDICIONADOS AOS CONTRIBUINTES DO MUNICÍPIO QUE PRESTEM SERVIÇOS DE ARMAZENAMENTO EM CÂMARA FRIGORÍFICA.
O POVO DA CIDADE DO RECIFE, POR SEUS REPRESENTANTES, DECRETOU, E EU, EM SEU NOME, SANCIONO PARCIALMENTE A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica concedida a isenção parcial de 60% (sessenta por cento) do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza para os serviços de armazenamento previstos no subitem 11.04 do artigo 102 da Lei nº. 15.563, de 27 de dezembro de 1991, desde que realizados em câmaras frigoríficas.

Art. 2º Para gozar do incentivo previsto nesta Lei, os contribuintes deverão requerer junto à Secretaria de Finanças na forma prevista em regulamento, a ser expedido no prazo, máximo, de 60 (sessenta) dias contados a partir da sanção desta Lei, e comprovar que atendem cumulativamente aos seguintes requisitos:

I - Possuir todos os veículos utilizados na realização dos serviços, previstos no artigo 1º desta Lei, licenciados no Município do Recife e adimplentes com os seus tributos;

II - Estar o requerente adimplente com os tributos municipais.

§ 1º Considera-se adimplente com os tributos municipais, para fins de aplicação desta Lei, o contribuinte que:

- a) Estiver em curso de parcelamento, desde que não haja parcelas em atraso;
- b) V E T A D O.

§ 2º Se após o deferimento do pedido o contribuinte deixar de preencher os requisitos necessários, o benefício será suspenso automaticamente.

§ 3º Em caso de fraude por parte do beneficiário, inclusive a apresentação de declarações falsas, o ato de concessão será cancelado de imediato, sem prejuízo das penalidades legais e, se for o caso, da cobrança da diferença entre o valor devido e o pago a menor em face da aplicação indevida da alíquota reduzida.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Recife, 12 de novembro de 2007

JOÃO PAULO LIMA E SILVA
Prefeito do Recife

ANEXO AC

DECRETO Nº. 23.372 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2007

Ementa: Regulamenta a Lei nº. 17.380, de 12 de novembro de 2007.

O PREFEITO DO RECIFE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do art. 54 da Lei Orgânica do Município do Recife,
D E C R E T A:

Art. 1º. Este decreto regulamenta Lei nº. 17.380, de 12 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial do Município de 13 de novembro de 2007, definindo os procedimentos para a sua aplicação.

Art. 2º. São requisitos cumulativos para auferir os benefícios fiscais:

I - a empresa requerente possuir todos os veículos destinados à realização dos serviços, previstos no art. 1º da Lei nº. 17.380/2007, devidamente licenciados no Município do Recife e adimplentes com seus tributos;

II - estar a empresa requerente adimplente com os tributos municipais;

III - a empresa requerente exercer as atividades previstas no art. 1º da Lei nº. 17.380/2007.

Parágrafo Único. Considera-se adimplente com os tributos municipais a empresa que tiver parcelamento, em curso, desde que não haja parcelas em atraso.

Art. 3º. As empresas com interesse em auferir os benefícios fiscais instituídos pela Lei nº. 17.380/2007 deverão formalizar requerimento à Secretaria de Finanças mediante entrada de processo no Centro de Atendimento ao Contribuinte - CAC.

§ 1º. O requerente que atender aos requisitos previstos no art. 2º deste Decreto terá direito ao benefício a partir do mês do requerimento.

§ 2º. O requerimento deverá conter a seguinte documentação:

I - Cartão de Inscrição Municipal - CIM;

II - Certidão Negativa de Regularidade Fiscal perante o Município do Recife;

III - Cópia do C.N.P.J.;

IV - Cópia de contrato social ou estatuto e das alterações havidas, ou de consolidação;

V - Certidão Negativa de Débitos para com a Previdência e Assistência Social;

VI - Cópia de CPF e identidade do responsável legal da empresa requerente ou do seu procurador;

VII - Autorização ou procuração pública no caso de terceiro representando a empresa;

VIII - Relação dos veículos destinados à realização dos serviços, previstos no art. 1º da Lei nº. 17.380/2007, devidamente licenciados no Município do Recife e adimplentes com seus tributos.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Recife, 21 de Dezembro de 2007.

JOÃO PAULO LIMA E SILVA
PREFEITO DO RECIFE

BRUNO ARIOSTO LUNA DE HOLANDA
SECRETÁRIO DE ASSUNTOS JURÍDICOS

ELÍSIO SOARES DE CARVALHO JÚNIOR
SECRETÁRIO DE FINANÇAS

ANEXO AD

LEI Nº 17.407/2008

EMENTA: Institui a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica.

O POVO DA CIDADE DO RECIFE, POR SEUS REPRESENTANTES, DECRETOU, E EU, EM SEU NOME, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica instituída a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, que deverá ser emitida por ocasião da prestação de serviços.

Art. 2º - Ficam obrigados à emissão da NFS-e os prestadores de serviço cuja receita bruta anual de serviços do exercício anterior seja igual ou superior ao limite de receita bruta fixado no inciso I, do art. 3º da Lei Complementar nº.123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 1º Considera-se receita bruta, para fins do disposto no caput deste artigo, o produto da venda de serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.

§ 2º No caso de início de atividade durante o ano calendário anterior, o limite a que se refere o caput deste artigo será proporcional ao número de meses em que a empresa houver exercido atividade, inclusive as frações de meses.

§ 3º Para os prestadores de serviços que iniciarem sua atividade após a regulamentação desta Lei a obrigatoriedade da emissão da NFS-e só se dará no exercício subsequente à sua constituição.

Art. 3º - O Poder Executivo disciplinará:

I - A emissão da NFS-e;

II - cronograma de implementação da NFS-e por atividade prestadora de serviços.

Art. 4º - Para os fins de cumprimento do art. 2º, o prestador de serviços que tenha iniciado a atividade no exercício de 2007, deverá considerar a receita bruta de serviços proporcionalmente ao número de meses decorridos entre o mês de início de atividade e o mês de dezembro do mesmo exercício.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de sua regulamentação.

Recife, 02 de janeiro de 2008.

JOÃO PAULO LIMA E SILVA
PREFEITO DO REIFE

ANEXO AE

LEI Nº. 17.408/2008

EMENTA: Dispõe sobre a geração e utilização de créditos tributários para tomadores de serviços por meio do uso da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e.

O POVO DA CIDADE DO RECIFE, POR SEUS REPRESENTANTES, DECRETOU, E EU, EM SEU NOME, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º O tomador de serviços poderá utilizar, como crédito para fins de abatimento de IPTU, conforme o disposto no art. 2º, parcela do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza -ISSQN, desde que devidamente recolhido, relativo às Notas Fiscais de Serviços Eletrônicas recebidas passíveis de geração de crédito.

§ 1º São passíveis de geração de crédito os serviços executados cujo ISSQN seja devido ao município de Recife

§ 2º O Poder Executivo disciplinará o cronograma de implementação dos serviços passíveis de geração de créditos tributários para os tomadores de serviços.

§ 3º Não gerarão créditos os seguintes serviços:

I - prestados por contribuintes imunes ou isentos;

II - Ainda não implementados pelo Poder Executivo em virtude do cronograma previsto no § 2º deste artigo.

§ 4º O tomador de serviços fará jus ao crédito de que trata o "caput" deste artigo nos seguintes percentuais, aplicados sobre o valor do ISS:

I - 30% (trinta por cento) para as pessoas físicas;

II - 10% (dez por cento) para as pessoas jurídicas e condomínios residenciais localizados no Município do Recife, observado o disposto nos §§ 3º e 4º deste artigo;

III - 5,0% (cinco por cento) para os condomínios edifícios comerciais localizados no Município do Recife e , na forma do regulamento.

§ 3º O percentual referido no inciso II do parágrafo anterior deste artigo será de 5% (cinco por cento) quando as pessoas jurídicas forem responsáveis pelo pagamento do ISSQN, nos termos do art. 111 da Lei nº 15.563, de 27 de dezembro de 1991, observado o disposto no § 4º deste artigo.

§ 4º Não farão jus ao crédito de que trata o "caput" deste artigo:

I - Os órgãos da administração pública direta da União, dos Estados e do Município do Recife, bem como suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista que não exerçam atividade econômica;

II - As pessoas físicas e jurídicas domiciliadas ou estabelecidas fora do território do Município do Recife.

§5º No caso de prestadores de serviços enquadrados como microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo tratamento diferenciado e favorecido instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14

de dezembro de 2006, será considerado, para efeitos de crédito do ISSQN, o equivalente a 0,2% (dois décimos de por cento) do valor da nota fiscal, condicionado ao efetivo recolhimento em conformidade com a citada Lei.

Art. 2º O crédito a que se refere o art. 1º desta lei poderá ser utilizado exclusivamente para abatimento de até 50% (cinquenta por cento) do valor do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU a pagar, referente a imóveis indicados pelo tomador, na conformidade do que dispuser o regulamento.

§ 1º Não será exigido nenhum vínculo legal do tomador do serviço com a inscrição imobiliária por ele indicada.

§ 2º Os créditos previstos no art. 1º desta lei serão totalizados em 31 de outubro de cada exercício para abatimento do IPTU dos exercícios subsequentes, referentemente a imóvel que não tenha débito em atraso.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de sua regulamentação.

Recife, 02 de janeiro de 2008.

JOÃO PAULO LIMA E SILVA
PREFEITO DO RECIFE

ANEXO AF

DECRETO Nº. 23.675 DE 30 DE MAIO DE 2008

EMENTA: Regulamenta a Lei 17.407 de 02 de janeiro de 2008, que institui a Nota Fiscal Eletrônica de Serviços, NFS-e e a Lei 17.408 de 20 de março de 2008, que dispõe sobre a geração e utilização de créditos tributários para tomadores de serviço.

O PREFEITO DO RECIFE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, inciso IV, da Lei Orgânica do Município do Recife, e que dispõe o §2º do artigo 131 da Lei 15.563, de 27 de dezembro de 1991,

bem como o disposto nas Leis 17.407 de 02 de janeiro de 2008 e 17.408 de 20 de março de 2008.

D E C R E T A:

CAPÍTULO I

DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS - e

Seção I

Da Definição da NFS-e

Art. 1º. Considera-se Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e o documento gerado e armazenado eletronicamente em sistema próprio da Prefeitura do Recife, com o objetivo de registrar as operações relativas à prestação de serviços.

Seção II

Das Informações Necessárias à NFS-e

Art. 2º. A NFS-e, conforme modelo constante do Anexo integrante deste decreto, conterá no mínimo as seguintes informações:

I - número sequencial;

II - número do Recibo Provisório de Serviços- RPS a que se refere, caso seja utilizado;

III - código de verificação de autenticidade;

IV - data e hora da emissão;

V - identificação do prestador de serviços:

a) nome ou razão social;

b) endereço;

c) "e-mail";

d) inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

e) inscrição no Cadastro Mercantil de Contribuintes - CMC;

VI - identificação do tomador de serviços:

a) nome ou razão social;

b) endereço;

c) "e-mail", se houver;

d) inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

VII - discriminação do serviço;

VIII - valor total da NFS-e;

IX - valor da dedução, se houver;

X - valor da base de cálculo;

XI - código nacional de atividade econômica (CNAE) do serviço prestado;

XII - alíquota e valor do ISS;

XIII - valor do crédito gerado para abatimento do IPTU, quando for o caso;

XIV - indicação de isenção ou imunidade relativas ao ISS, quando for o caso;

XV - indicação de serviço não tributável pelo Município do Recife, quando for o caso;

XVI - indicação de retenção de ISS na fonte, quando for o caso;

§ 1º. A NFS-e conterá, no cabeçalho, as expressões "Prefeitura do Recife" e "Nota Fiscal de Serviços Eletrônica-NFS-e".

§ 2º. O número da NFS-e será gerado pelo sistema, em ordem crescente sequencial, sendo específico para cada estabelecimento do prestador de serviços.

§ 3º. A identificação do tomador de serviços de que trata o inciso VI deste artigo é opcional para as pessoas físicas;

Seção III

Da Emissão da NFS-e

Art. 3º Os contribuintes que exerçam as atividades definidas pelo Secretário de Finanças cuja receita bruta anual de serviços no exercício anterior seja igual ou superior ao limite de receita bruta fixado no inciso I, do art. 3º da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, estão obrigados à emissão da NFS-e.

§1º Para efeito de apuração da receita bruta que trata o caput, considerar-se-ão, apenas, os valores auferidos pelos estabelecimentos localizados no Município do Recife.

§2º Na hipótese de o contribuinte exercer mais de uma atividade, a obrigação da emissão da NFS-e dar-se-á para todas as atividades, a partir da data prevista para a atividade com início mais próximo definido no cronograma de implementação.

§3º A emissão da NFS-e depende de autorização da Secretaria de Finanças, que deve ser solicitada no endereço eletrônico "https://nfse.recife.pe.gov.br", mediante a utilização da Senha Web ou Certificado Digital ICP Brasil.

§4º Os prestadores de serviços obrigados a emitir a NFS-e iniciarão sua emissão no dia do deferimento da autorização, devendo substituir todas as notas fiscais convencionais emitidas no respectivo mês na conformidade do dispõe este decreto.

§ 5º Ficam proibidos de emitir NFS-e :

I - os profissionais autônomos;

II - as sociedades de profissionais que recolherem o ISS na forma do § 1º do. artigo 117-A, da Lei 15.563/91;

III - cooperativas criadas conforme a Lei federal 5764/71.

Art. 4º. Os prestadores de serviços inscritos no Cadastro Mercantil de Contribuintes - CMC, desobrigados da emissão de NFS-e, poderão optar por sua emissão, exceto os previstos no §5º do art.3º.

§ 1º. A opção tratada no "caput" deste artigo depende de autorização da Secretaria de Finanças, devendo ser solicitada no endereço eletrônico "<https://nfse.recife.pe.gov.br>", mediante a utilização da Senha Web ou certificado digital ICP Brasil.

§ 2º. A Secretaria de Finanças comunicará aos interessados, por "e-mail", a deliberação sobre o pedido de autorização.

§ 3º. A opção tratada no "caput" deste artigo, uma vez deferida, é irretratável.

§ 4º. Os prestadores de serviços que optarem pela NFS-e iniciarão sua emissão no dia do deferimento da autorização, devendo substituir todas as notas fiscais convencionais emitidas no respectivo mês, na conformidade do que dispõe este decreto.

Art. 5º. A NFS-e deve ser emitida "on-line", por meio da Internet, no endereço eletrônico

"<https://nfse.recife.pe.gov.br>", somente pelos prestadores de serviços estabelecidos no Município do Recife, mediante a utilização da Senha Web ou do Certificado Digital ICP Brasil.

§ 1º. O contribuinte que emitir NFS-e deverá fazê-lo para todos os serviços prestados.

§ 2º. A NFS-e emitida deverá ser impressa e entregue ao tomador de serviços, salvo se enviada por "e-mail" ao tomador de serviços por sua solicitação.

§ 3º. A Secretaria de Finanças, atendendo às peculiaridades da atividade exercida pelo contribuinte e os interesses da Fazenda Municipal, poderá autorizar regime especial de emissão da NFS-e.

Art. 6º. No caso de eventual impedimento da emissão "on-line" da NFS-e, o prestador de serviços emitirá Recibo Provisório de Serviços - RPS, que deverá ser substituído por NFS-e na forma deste regulamento.

Art. 7º. O prestador de serviços poderá emitir RPS para cada prestação de serviços, devendo, nesse caso, efetuar a sua substituição por NFS-e, mediante a transmissão dos RPS emitidos.

Art. 8º. O RPS poderá ser confeccionado ou impresso em sistema próprio do contribuinte, sem a necessidade de solicitação da Autorização de Impressão de Documento Fiscal - AIDF, devendo conter todos os dados que permitam a sua substituição por NFS-e.

§ 1º. O RPS deve ser emitido em 2 (duas) vias, sendo a 1ª (primeira) entregue ao tomador de serviços, ficando a 2ª (segunda) em poder do emitente.

§ 2º. Havendo indício, suspeita ou prova fundada de que a emissão do RPS esteja impossibilitando a perfeita apuração dos serviços prestados, da receita auferida e do imposto devido, a Secretaria de Finanças poderá obrigar o contribuinte a emitir o RPS mediante Autorização de Impressão de Documento Fiscal - AIDF.

Art. 9º. O RPS será numerado obrigatoriamente em ordem crescente sequencial a partir do número 1 (um).

§ 1º. Para quem já é emitente de nota fiscal convencional, o RPS deverá manter a sequência numérica do último documento fiscal emitido.

§ 2º. A critério do contribuinte as notas fiscais convencionais já confeccionadas poderão ser utilizadas como RPS até o término dos blocos impressos mediante aposição de carimbo contendo a expressão "RPS", ou inutilizadas pela unidade competente da Secretaria de Finanças.

§ 3º. Caso o estabelecimento tenha mais de um equipamento emissor de RPS, a numeração deverá ser precedida de até 5(cinco) caracteres alfanuméricos capazes de individualizar os equipamentos

Art. 10. O RPS, tratado nos artigos 6º e 7º, deverá ser substituído por NFS-e até o 10º (décimo) dia subsequente ao de sua emissão, não podendo ultrapassar o dia 5 (cinco) do mês seguinte ao da prestação de serviços.

§ 1º. O prazo previsto no "caput" deste artigo inicia-se no dia seguinte ao da emissão do RPS, podendo ser postergado caso vença em dia não-útil.

§ 2º. A não-substituição do RPS pela NFS-e, ou a substituição fora do prazo, sujeitará o prestador de serviços às penalidades previstas na legislação em vigor.

§ 3º. A não-substituição do RPS pela NFS-e equipara-se à não-emissão de nota fiscal convencional.

§ 4º. No primeiro mês da obrigatoriedade da emissão da NFS-e o prazo do caput deve ser contado a partir da autorização prevista no §3º do art.3º

Seção IV

Do Documento de Arrecadação

Art. 11. O recolhimento do Imposto, referente às NFS-e, deverá ser feito exclusivamente por meio de

Documento de Arrecadação Municipal - DAM emitido pelo sistema da nota fiscal de serviço eletrônica.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no "caput":

I - aos responsáveis tributários, tratados no artigo 111 da Lei nº. 15.563/91, quando o prestador de serviços deixar de efetuar a substituição de RPS por NFS-e, devendo proceder ao recolhimento por meio de Documento de Arrecadação Municipal - DAM convencional;

II - aos responsáveis tributários, tratados no artigo 111, I, b da Lei nº. 15.563/91, devendo proceder ao recolhimento por meio de Documento de Arrecadação Municipal - DAM convencional;

III - aos órgãos da administração pública direta da União, dos Estados e do Município do Recife, bem como suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, pelos Estados ou pelo Município, que recolherem o ISS retido na fonte por meio dos sistemas orçamentário e financeiro dos governos federal, estadual e municipal;

IV - às microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo tratamento diferenciado instituído pela Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, quando incluídas no limite determinado pelos artigos 19 e 20 da retrocitada Lei.

Seção V

Do Cancelamento da NFS-e

Art. 12. A NFS-e poderá ser cancelada pelo emitente, por meio do sistema de nota fiscal de serviço eletrônica, antes do pagamento do Imposto.

Parágrafo único. Após o pagamento do Imposto, a NFS-e somente poderá ser cancelada por meio de processo administrativo.

CAPÍTULO II

DA GERAÇÃO DE CRÉDITO

Art. 13. O tomador de serviços fará jus a crédito proveniente de parcela do ISS incidente sobre os serviços definidos pela Secretaria de Finanças, nos seguintes percentuais, aplicados sobre o valor do ISS constante da NFS-e:

I - 30% (trinta por cento) para as pessoas físicas;

II - 10% (dez por cento) para as pessoas jurídicas,

III - 10% (dez por cento) para os condomínios edifícios residenciais e comerciais localizados no Município do Recife.

§ 1º. O percentual referido no inciso II e III do "caput" deste artigo será de 5% (cinco por cento) quando os tomadores de serviços forem responsáveis pelo pagamento do ISS, nos termos do artigo 111 da Lei nº. 15.563/91.

§ 2º No caso de prestadores de serviços enquadrados como microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo tratamento diferenciado instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e que recolham o ISS na forma desse Regime, será considerado, para efeitos de crédito do referido imposto, o equivalente a 0,6% (seis décimos por cento) do valor da nota fiscal, condicionado ao efetivo recolhimento em conformidade com a citada Lei.

§ 3º No caso de serviço de construção civil, o percentual referido no parágrafo anterior é aplicado sobre o valor total da nota abatido das deduções legais.

§ 4º. O tomador de serviços a que se refere o "caput" deste artigo poderá consultar, no endereço eletrônico indicado no artigo 5º, mediante a utilização de senha, o valor dos créditos a que faz jus.

§ 5º. Os tomadores de serviços a que se refere o inciso III deste artigo fica obrigado a proceder a sua inscrição no Cadastro Mercantil de Contribuintes, na forma e demais condições estabelecidas pela Secretaria de Finanças.

Art. 14. O crédito a que se refere o artigo 13 somente será gerado, tornando-se efetivo, após o recolhimento total do ISS na forma do "caput" do artigo 11 deste decreto.

§ 1º. No caso dos contribuintes enquadrados no Simples Nacional, Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, na forma do § 2º. do art. 13 deste Decreto, o crédito torna-se efetivo após o recolhimento do ISS por meio do Documento de Arrecadação do Simples Nacional - DAS.

§ 2º. As empresas públicas e as sociedades de economia mista que exerçam atividade econômica e recolham o ISS pelos sistemas orçamentários e financeiros dos governos federal, estadual e municipal, o crédito torna-se efetivo com o recolhimento.

Art. 15. Não farão jus ao crédito de que trata o artigo 13:

I - os órgãos da administração pública direta da União, dos Estados e do Município do Recife, bem como suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista que não exerçam atividade econômica;

II - as pessoas físicas domiciliadas fora do território do Estado de Pernambuco;

III - As pessoas jurídicas estabelecidas fora do território do Município do Recife.

Parágrafo único. Para os fins do disposto nos incisos II e III do "caput" deste artigo:

I - considera-se como domicílio da pessoa física a sua residência habitual;

II - considera-se pessoa jurídica estabelecida no território do Município do Recife aquela que possuir inscrição ativa no Cadastro Mercantil de Contribuintes - CMC.

CAPÍTULO III

DA UTILIZAÇÃO DO CRÉDITO

Art. 16. O crédito a que se refere o artigo 13 poderá ser utilizado exclusivamente para abatimento do valor do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU.

§ 1º. Os créditos gerados serão totalizados em 31 de outubro de cada exercício para abatimento no IPTU do exercício seguinte, relativo aos imóveis indicados.

§ 2º. No período de 1 a 30 de novembro de cada exercício, o tomador de serviços deverá indicar, no sistema, os imóveis beneficiados e o valor do crédito a ser utilizado em cada unidade.

§ 3º. O crédito de que trata o parágrafo anterior será limitado a 50% do valor do IPTU lançado no exercício corrente no momento da indicação.

§ 4º. Não poderá ser indicado o imóvel que tenha débito em atraso na data da indicação de que trata o § 2º.

§ 5º. Não será exigido nenhum vínculo legal do tomador do serviço com os imóveis por ele indicados.

§ 6º. A validade dos créditos será de 5(cinco) anos contados do 1º (primeiro) dia do exercício seguinte ao da emissão das respectivas NFS-e.

§ 7º. Os créditos mencionados no art. 13 deste decreto eventualmente não utilizados poderão ser acumulados para o abatimento do IPTU referente a exercícios futuros, observadas as demais condições estabelecidas neste capítulo, em especial, o prazo estabelecido no parágrafo anterior.

Art. 17. Os tomadores de serviços com débitos em atraso com o Município do Recife não poderão utilizar os créditos de que trata o artigo 13.

Parágrafo único. Uma vez regularizadas as pendências existentes, os créditos poderão ser utilizados, obedecidos os prazos e demais condições deste decreto.

Art. 18. O valor do crédito indicado pelo tomador de serviços será utilizado para abatimento do valor do IPTU lançado para o exercício seguinte, limitado a 50% (cinquenta por cento) do valor a pagar, devendo o valor restante ser recolhido na forma da legislação vigente.

§ 1º. Uma vez feito o abatimento, o respectivo crédito não será objeto de cobrança, ainda que não ocorra a quitação do saldo remanescente do IPTU

§ 2º. A não-quitação integral do saldo remanescente do IPTU implicará a sua inscrição na dívida ativa do Município.

Art. 19. Caso a Administração Tributária venha a constatar a impossibilidade de utilização parcial ou total de créditos já indicados, tais créditos retornarão ao tomador de serviços para utilização posterior na conformidade deste decreto.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSICOES FINAIS E TRANSITORIAS

Art. 20 Todos os contribuintes que optarem ou forem obrigados à emissão de NFS-e passam a recolher o ISS com base na receita de serviços.

Parágrafo único - O regime especial de estimativa deixa de ser aplicado aos contribuintes que optarem ou forem obrigados à emissão de NFS-e.

Art. 21. As NFS-e emitidas poderão ser consultadas em sistema próprio da Prefeitura do Recife até que tenha transcorrido o prazo decadencial, na forma da lei.

Parágrafo único. Após transcorrido o prazo previsto no "caput", a consulta às NFS-e emitidas somente poderá ser realizada mediante a solicitação de envio de arquivo em meio magnético.

Art. 22. Os prestadores de serviços, bem como os tomadores ou intermediários de serviços, responsáveis ou não pelo recolhimento do Imposto, ficam dispensados de informar, na Declaração de Serviços - DS, as NFS-e emitidas ou recebidas.

§ 1º. As empresas de prestação de serviço de construção civil que utilizem mapas de deduções de material e subempreitada ficam obrigados a enviá-los na DS.

§ 2º. As empresas de prestação de serviço de publicidade que utilizem mapas de deduções ficam obrigados a enviá-los na DS.

Art. 23. A Secretaria de Finanças, atendendo às peculiaridades do contribuinte, poderá temporariamente autorizar o recolhimento por meio de DAM convencional.

Art. 24. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Recife, 30 de maio de 2008.

João Paulo Lima e Silva
Prefeito

Bruno Ariosto Luna de Holanda
Secretário de Assuntos Jurídicos

Elísio Soares de Carvalho Júnior
Secretário de Finanças

ANEXO AG

DECRETO Nº. 24.093 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2008

Ementa: Regulamenta o preenchimento da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica, NFS-e, instituída pela Lei nº. 17.407 de 02 de janeiro de 2008.

O PREFEITO DO RECIFE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, inciso IV, da Lei Orgânica do Município do Recife,

Considerando o disposto no §2º do art. 131 da Lei nº. 15.563, de 27 de dezembro de 1991,

Considerando o contido no art 3º da Lei nº. 17.407 de 02 de janeiro de 2008,

D E C R E T A:

Art. 1º. Este Decreto regulamenta o preenchimento da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica -NFS-e instituída pela Lei nº. 17.407 de 02 de janeiro de 2008.

Art. 2º. O campo "Discriminação dos Serviços" constante da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e deverá ser preenchido com a descrição clara dos serviços prestados e os valores a eles correspondentes.

§1º. Em caso de cancelamento, a nova NFS-e deverá conter no campo "Discriminação dos Serviços" a informação sobre a NFS-e cancelada.

§2º. A critério do emitente o campo "Discriminação dos Serviços" poderá conter outras informações não obrigatórias pela legislação municipal.

§3º. No caso de serviços de construção civil em que sejam aplicados os percentuais de dedução previstos no art. 66 do Decreto nº. 15.950/92, esta informação deverá constar no campo "Discriminação dos Serviços".

§4º. No caso de erro no preenchimento no campo "Discriminação dos Serviços", após a emissão da nota e antes do recolhimento do imposto, será possível retificar os dados por meio de carta de correção.

Art. 3º. A Carta de Correção permite a regularização de erro ocorrido na emissão da NFS-e no campo "Discriminação dos Serviços", possui número único e sempre acompanhará a NFS-e correlata.

Art. 4º. No campo "Valor Total da Nota" deverá ser informado o valor total dos serviços inclusive com as deduções.

Art 5º. Os tributos federais deverão ser informados nos campos específicos "Cofins, CSLL, INSS, IRPJ, PIS", quando for o caso.

Parágrafo único. O destaque dos tributos federais é considerado mera indicação de controle e não gera redução no valor total NFS-e e na base de cálculo do ISS.

Art 6º. No campo "Código da Atividade Prestada" deverá ser selecionado o código que melhor se enquadre na atividade de prestação de serviços relacionado à NFS-e a ser emitida.

§ 1º. O sistema da NFS-e listará automaticamente os códigos de serviços vigentes de acordo com o Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE.

§ 2º. Caso a atividade de prestação de serviços relacionada à NFS-e a ser emitida não se enquadre em nenhum dos códigos listados, deverá ser selecionada a opção "outros serviços".

Art 7º. O campo "Valor Total das Deduções" destina-se a registrar:

- I - as deduções previstas na legislação municipal;
 - II - os descontos ou abatimentos concedidos independente de qualquer condição;
 - III - no caso de hotéis e congêneres, o valor referente ao ISS incidente sobre o serviço de hospedagem, os valores referentes às vendas sujeitas ao ICMS e serviços prestados por terceiros, desde que repassados integralmente aos prestadores, que deverão emitir o respectivo documento fiscal em nome do hóspede;
 - IV - os valores referentes aos percentuais de dedução previstos no art. 66 do Decreto nº. 15.950/92 quando aplicados aos serviços de construção civil;
 - V - os valores referentes aos percentuais de dedução previstos na Lei nº. 17.380/07.
- Parágrafo único. Não é permitida a dedução da base de cálculo do ISS de que trata o inciso III, quando a nota fiscal dos serviços terceirizados foi emitida em nome do estabelecimento hoteleiro ou congêneres.

Art. 8º. O sujeito passivo deverá manter arquivo dos documentos fiscais que comprovem as deduções tratadas no art. 7º.

Art. 9º. Para os contribuintes emitentes de NFS-e ficam revogados os regimes especiais de emissão de Nota Fiscal.

Parágrafo único. A Secretaria de Finanças, atendendo às peculiaridades da atividade exercida pelo contribuinte e os interesses da Fazenda Municipal, poderá autorizar regime especial de emissão da NFS-e.

Art. 10. Ficam dispensados da emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica- NFS-e

- I - As empresas de transporte coletivo de passageiros, referente aos serviços cujo imposto seja retido pela Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos - EMTU, ou quem lhe suceder no exercício de suas atribuições.
- II - As casas lotéricas cujas apostas sejam comprovadamente controladas pela Caixa Econômica Federal - CEF.

Art. 11. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Recife, 05 de Novembro de 2008.

João Paulo Lima e Silva
Prefeito do Recife

Bruno Ariosto Luna de Holanda
Secretário de Assuntos Jurídicos

Elísio Soares Carvalho Jr.
Secretário de Finanças

ANEXO AH

PORTARIA Nº 012, 03 de março de 2008 - SEFIN

O SECRETÁRIO DE FINANÇAS, no uso de suas atribuições previstas na art. 61, V da Lei Orgânica do Município do Recife,

CONSIDERANDO a implementação da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e pela Lei n.º 17.407/2008;

CONSIDERANDO a necessidade de realização de estudos e providências relativas à implantação da NFS-e;

R E S O L V E:

I. Instituir Grupo de trabalho, não remunerado, visando à realização de estudos e providências relativas à NFS-e.

II. O Grupo de Trabalho será composto pelos servidores a seguir relacionados:

Almerinda Maria Reis Braga - matrícula n.º 38.823-9
Ana Carolina Costa Ferraz - matrícula n.º 38.524-4

Ana Rita Moraes Leimig - matrícula n.º 23.851-1
 Antônio Marcos Medeiros Araújo - matrícula n.º 20.976-0
 Carlos Augusto Cavalcanti de Carvalho - matrícula n.º 38.568-4
 Fernando Lins de Albuquerque - matrícula n.º 37.256-3
 Mauro José Gomes da Costa - matrícula n.º 36.894-7
 Verônica Maria Xavier Falcão - matrícula n.º 40.189-4
 Cleodon Inácio dos Santos Filho - matrícula n.º 743-9
 Ana Carolina Alves Brêda - matrícula n.º 454-5
 Rodrigo Oliveira Pires - matrícula n.º 551-7

III. A coordenação dos trabalhos referente às regras de negócios caberá à Auditora do Tesouro Municipal Ana Carolina Costa Ferraz matrícula n.º 38.524-4;

IV. A coordenação dos trabalhos relacionada à tecnologia da informação caberá ao servidor Cleodon Inácio dos Santos Filho - matrícula n.º 743-9

V. Os trabalhos serão desenvolvidos pelo Grupo em horário compatível com as demais atividades dos integrantes;

VI. O Grupo de trabalho terá duração de 3 (três) meses, podendo ser prorrogado;

VII. Os impasses e as dúvidas serão dirimidos pelo Secretário de Finanças;

VIII. Os meios necessários para a consecução dos trabalhos serão providenciados pela Secretaria de Finanças;

IX. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELÍSIO SOARES DE CARVALHO JÚNIOR

Secretário de Finanças

ANEXO AI

PORTARIA Nº 012, 03 de março de 2008 - SEFIN

O SECRETÁRIO DE FINANÇAS, no uso de suas atribuições previstas na art. 61, V da Lei Orgânica do Município do Recife,

CONSIDERANDO a implementação da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e pela Lei n.º 17.407/2008;

CONSIDERANDO a necessidade de realização de estudos e providências relativas à implantação da NFS-e;
 R E S O L V E:

I. Instituir Grupo de trabalho, não remunerado, visando à realização de estudos e providências relativas à NFS-e.

II. O Grupo de Trabalho será composto pelos servidores a seguir relacionados:

Almerinda Maria Reis Braga - matrícula n.º 38.823-9
 Ana Carolina Costa Ferraz - matrícula n.º 38.524-4
 Ana Rita Moraes Leimig - matrícula n.º 23.851-1
 Antônio Marcos Medeiros Araújo - matrícula n.º 20.976-0
 Carlos Augusto Cavalcanti de Carvalho - matrícula n.º 38.568-4
 Fernando Lins de Albuquerque - matrícula n.º 37.256-3
 Mauro José Gomes da Costa - matrícula n.º 36.894-7
 Verônica Maria Xavier Falcão - matrícula n.º 40.189-4
 Cleodon Inácio dos Santos Filho - matrícula n.º 743-9
 Ana Carolina Alves Brêda - matrícula n.º 454-5
 Rodrigo Oliveira Pires - matrícula n.º 551-7

III. A coordenação dos trabalhos referente às regras de negócios caberá à Auditora do Tesouro Municipal Ana Carolina Costa Ferraz matrícula n.º 38.524-4;

IV. A coordenação dos trabalhos relacionada à tecnologia da informação caberá ao servidor Cleodon Inácio dos Santos Filho - matrícula n.º 743-9

V. Os trabalhos serão desenvolvidos pelo Grupo em horário compatível com as demais atividades dos integrantes;

VI. O Grupo de trabalho terá duração de 3 (três) meses, podendo ser prorrogado;

VII. Os impasses e as dúvidas serão dirimidos pelo Secretário de Finanças;

VIII. Os meios necessários para a consecução dos trabalhos serão providenciados pela Secretaria de Finanças;

IX. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELÍSIO SOARES DE CARVALHO JÚNIOR
Secretário de Finanças

ANEXO AJ

PORTARIA Nº 012, 03 de março de 2008 - SEFIN

O SECRETÁRIO DE FINANÇAS, no uso de suas atribuições previstas na art. 61, V da Lei Orgânica do Município do Recife,

CONSIDERANDO a implementação da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e pela Lei n.º 17.407/2008;

CONSIDERANDO a necessidade de realização de estudos e providências relativas à implantação da NFS-e;
R E S O L V E:

I. Instituir Grupo de trabalho, não remunerado, visando à realização de estudos e providências relativas à NFS-e.

II. O Grupo de Trabalho será composto pelos servidores a seguir relacionados:

Almerinda Maria Reis Braga - matrícula n.º 38.823-9
Ana Carolina Costa Ferraz - matrícula n.º 38.524-4
Ana Rita Moraes Leimig - matrícula n.º 23.851-1
Antônio Marcos Medeiros Araújo - matrícula n.º 20.976-0
Carlos Augusto Cavalcanti de Carvalho - matrícula n.º 38.568-4
Fernando Lins de Albuquerque - matrícula n.º 37.256-3
Mauro José Gomes da Costa - matrícula n.º 36.894-7
Verônica Maria Xavier Falcão - matrícula n.º 40.189-4
Cleodon Inácio dos Santos Filho - matrícula n.º 743-9
Ana Carolina Alves Brêda - matrícula n.º 454-5
Rodrigo Oliveira Pires - matrícula n.º 551-7

III. A coordenação dos trabalhos referente às regras de negócios caberá à Auditora do Tesouro Municipal Ana Carolina Costa Ferraz matrícula n.º 38.524-4;

IV. A coordenação dos trabalhos relacionada à tecnologia da informação caberá ao servidor Cleodon Inácio dos Santos Filho - matrícula n.º 743-9

V. Os trabalhos serão desenvolvidos pelo Grupo em horário compatível com as demais atividades dos integrantes;

VI. O Grupo de trabalho terá duração de 3 (três) meses, podendo ser prorrogado;

VII. Os impasses e as dúvidas serão dirimidos pelo Secretário de Finanças;

VIII. Os meios necessários para a consecução dos trabalhos serão providenciados pela Secretaria de Finanças;

IX. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELÍSIO SOARES DE CARVALHO JÚNIOR

Secretário de Finanças

ANEXO AK

PORTARIA Nº 048, de 14 de Julho de 2008.

A SECRETÁRIA DE FINANÇAS EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições previstas na art. 61, V da Lei Orgânica do Município do Recife,

CONSIDERANDO a implementação da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e pela Lei n.º 17.407/2008;

R E S O L V E :

Art. 1º O acesso aos Sistemas Informatizados da Secretaria de Finanças SEFIN, que contenham dados fiscais de interesse dos contribuintes, será realizado mediante a utilização de senha de segurança.

Art. 2º A solicitação e a liberação da senha de segurança serão efetivadas por meio de aplicativo específico, disponibilizado na rede mundial de computadores (Internet), denominado Senha Web.

Art. 3º A Senha Web representa a assinatura eletrônica da pessoa física ou jurídica que a cadastrou, é intransferível e será composta de 6 (seis) a 10 (dez) dígitos e/ou letras de sua livre escolha, podendo ser alterada a qualquer tempo pelo seu detentor.

Art. 4º Será cadastrada apenas uma senha para cada raiz do número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ ou para cada número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF.

Art. 5º A pessoa física ou jurídica detentora da senha será responsável por todos os atos praticados por meio da senha por ela cadastrada.

Art. 6º A pessoa física ou jurídica deverá efetuar o cadastramento da senha de sua escolha, por meio da Internet, no endereço eletrônico <https://nfse.recife.pe.gov.br>, mediante o preenchimento do requerimento específico "CADASTRO PARA SOLICITAÇÃO DE SENHA".

Art. 7º Após o cadastramento, tratado no item anterior, por meio da Internet, o interessado deverá imprimir o formulário "SOLICITAÇÃO DE DESBLOQUEIO DA SENHA WEB", anexo I.

Art. 8º O formulário "SOLICITAÇÃO DE DESBLOQUEIO DA SENHA WEB" terá validade de 60 (sessenta) dias, contados da data do cadastramento, devendo ser impresso e apresentado na Prefeitura do Recife ou enviado pelos correios, por meio de aviso de recebimento (AR).

§1º Caso os dados informados da pessoa física sejam iguais ao que constam na base de dados da Prefeitura, a senha-web será desbloqueada automaticamente, no ato da solicitação, sem necessidade de envio de documentação para a Prefeitura.

§ 2º A pessoa física em que os dados não constem na base da Prefeitura além do formulário assinado deverá encaminhar cópia da identidade e CPF.

§ 3º A pessoa jurídica registrada na Junta Comercial de Pernambuco - JUCEPE deverá encaminhar o formulário com firma reconhecida.

§ 4º As pessoas jurídicas não registradas na Junta Comercial de Pernambuco - JUCEPE, além do formulário, deverão apresentar os seguintes documentos:

I - Cópia do CNPJ;

II - Cópia autenticada do instrumento de constituição e, se for o caso, suas alterações posteriores, ou do instrumento de constituição consolidado, regularmente registrado no órgão competente;

§ 5º Os condomínios residenciais e comerciais deverão encaminhar o formulário assinado com firma reconhecida, acompanhado da cópia da ata da Assembléia que elegeu o síndico ou representante.

§ 6º Os órgãos da administração pública direta, autarquias e fundações da União, dos Estados e dos Municípios deverão encaminhar o formulário com firma reconhecida, acompanhado da cópia do ato administrativo que nomeia e autoriza o servidor a representá-lo.

§ 7º Para os casos em que o signatário do formulário "SOLICITAÇÃO DE DESBLOQUEIO DA SENHA WEB" for procurador da pessoa física ou da pessoa jurídica, é obrigatório anexar a procuração do interessado, com firma reconhecida, autorizando o procurador a representá-lo neste ato.

§ 8º Os locais de recebimento serão os abaixo relacionados:

I - Centro de Atendimento ao Contribuinte - CAC, localizado na Av: Cais do Apolo, 925 Bairro do Recife, térreo do edifício sede da Prefeitura, período de segunda a sexta, das 7:45h às 13:00h;

II - Expresso Cidadão, localizado no Parque de Exposição do Cordeiro, no período de segunda a sexta, das 8:00h

às 20:00h, sábado das 8:00h às 14:00h.

§ 9º No caso de envio pelos correios, o endereço para o encaminhamento do AR é o Centro de Atendimento ao Contribuinte - CAC, na Av: Cais do Apolo, 925 Bairro do Recife, térreo do edifício sede da Prefeitura, CEP:50.030-903.

Art. 9º Após a solicitação da Senha Web, na conformidade do artigo anterior, e comprovação, pela Secretaria de Finanças, da regularidade das informações, proceder-se-á ao desbloqueio da Senha Web e, em seguida, será encaminhado, via e-mail, para o solicitante, a mensagem de desbloqueio.

§ 1º No caso de se constatar qualquer inconsistência nas informações prestadas, a pessoa física ou jurídica interessada na obtenção da senha será informada, via e-mail, das providências necessárias ao seu desbloqueio.

§ 2º Decorrido o prazo referido no art. 8º, sem que sejam tomadas as providências mencionadas no parágrafo anterior, a pessoa física ou jurídica será informada, via e-mail, da rejeição da solicitação de desbloqueio.

§ 3º Ocorrendo a hipótese do parágrafo anterior, o contribuinte deverá proceder a uma nova solicitação de Senha Web.

Art. 10. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 Fica revogada a portaria 33, de 29 de abril de 2008.

ÂNGELA MARIA TÁVORA WEBER
Secretária de Finanças em Exercício
Republicado por incorreção

ANEXO AL

LEI Nº 17.239/2006

EMENTA:Dispõe sobre remuneração e vantagens dos servidores públicos municipais, criação de cargos comissionados e instituição de mecanismos de melhoria da produtividade e incremento da arrecadação.

O POVO DA CIDADE DO RECIFE, POR SEUS REPRESENTANTES, DECRETOU, E EU, EM SEU NOME, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Capítulo III DAS DISPOSIÇÕES DO GRUPO PESSOAL FAZENDÁRIO

Seção I Do Quadro Especial Fazendário

Art. 17. O Quadro Especial - Grupo Pessoal Fazendário é constituído dos cargos e quantitativos abaixo fixados:

Auditor do Tesouro Municipal, 159 (cento e cinquenta e nove) cargos;

Assistente Técnico Financeiro, 18 (dezoito) cargos;

Conselheiro Fiscal, 2 (dois) cargos, observado o que dispõe o artigo 9º da Lei 16.888, de 08 de agosto de 2003, com redação dada pela Lei 16.935, de 29 de dezembro de 2003.

Parágrafo único. Os titulares dos cargos de que tratam os incisos I e II deste artigo terão as suas atribuições especificadas no Anexo XI desta Lei.

Art. 18. A investidura nos cargos:

de Auditor do Tesouro Municipal depende de aprovação prévia em concurso público de provas, realizado para a escolha de profissionais portadores de diploma de curso superior devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação;

de Assistente Técnico Financeiro depende de aprovação prévia em concurso público de provas realizado para a escolha de profissionais que tenham concluído o ensino médio em instituição devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação.

Art. 19. A designação de Auditores do Tesouro Municipal para desempenho da função de assessoramento no âmbito da Secretaria de Finanças fica limitada a 25% (vinte e cinco por cento) dos cargos previstos no inciso I do art. 17.

Seção II

Do Auditor - Vencimentos e Gratificações

Art. 20. O vencimento dos titulares dos cargos de Auditor do Tesouro Municipal corresponderá ao valor de R\$ 6.685,62 (seis mil seiscentos e oitenta e cinco reais e sessenta e dois centavos).

Parágrafo Único. O valor do vencimento de que trata o caput decorre de reajuste e da incorporação das gratificações PVI-A e PVI-T que são extintas, adicionada da parcela da Gratificação GPF, prevista no artigo 8º da Lei nº 16.560, de 30 de março de 2000, alterada pela Lei nº 17.112 de 19 de setembro de 2005, no valor de 969,20 (novecentos e sessenta e nove inteiros e vinte centésimos) Unidades de Produtividade Fiscal - UPF, que passa a ser constituída conforme disciplinada nesta Lei.

Art. 21. Além do vencimento de que trata o art. 20, e outras vantagens especificadas em lei, os Auditores do Tesouro Municipal - ATM receberão as seguintes gratificações:

I - Gratificação de Produtividade Fiscal - GPF - Pelo alcance de metas de trabalho individual, mensalmente, limitada a 343,57 (trezentos e quarenta e três inteiros e cinquenta e sete centésimos) Unidades de Produtividade Fiscal - UPF, em decorrência de:

- a)-realização de ação fiscal;
- b)-realização de auditorias;
- c)-análise e instrução de processos administrativos fiscais;
- d)-aperfeiçoamento operacional de atividades inerentes à Secretaria de Finanças;
- e)-exercício da função de julgador de processos administrativos fiscais;
- f)-realização de quaisquer outras atividades inerentes às atribuições do cargo.

II - Gratificação de Superação de Metas Fiscais - GSMF, pelo alcance de metas de trabalho coletivo, limitada individualmente ao valor mensal de 832,81 (oitocentos e trinta e dois inteiros e oitenta e um centésimos) Unidades de Produtividade Fiscal - UPF, relativa a:

- a)-incremento de arrecadação;
- b) recuperação de outros créditos, restituição e redução de passivo;
- c) incremento real de recursos financeiros decorrentes de transferências constitucionais.

Art. 22 - Para efeito de apuração da GSMF, de que trata o artigo anterior considera-se:

incremento de arrecadação - os valores que ultrapassarem as metas mensais das receitas tributárias próprias, inclusive a contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública;

recuperação de outros créditos, restituição e redução de passivo:

os valores de créditos tributários próprios e de créditos não tributários recuperados e efetivamente recebidos decorrentes de atividades específicas estabelecidas pelo Secretário de Finanças e realizadas pelos Auditores do Tesouro Municipal;

os valores efetivamente restituídos de tributos de competência da União e dos Estados decorrentes de atividades

específicas estabelecidas pelo Secretário de Finanças e realizadas pelos Auditores do Tesouro Municipal;

o montante reduzido de tributos de competência da União e dos Estados em virtude de impugnações, transações ou compensações, reconhecido definitivamente nas esferas administrativa ou judicial, decorrente de atividades específicas estabelecidas pelo Secretário de Finanças e realizada pelos Auditores do Tesouro Municipal.

incremento de transferências constitucionais: O montante financeiro do incremento de transferências constitucionais decorrentes de atividades específicas estabelecidas pelo Secretário de Finanças e realizadas pelos Auditores do Tesouro Municipal.

§ 1º - A determinação das metas de que trata o Inciso I deste artigo terá por base os valores arrecadados nos três últimos exercícios fiscais e observados as previsões constantes da Lei Orçamentária Anual - LOA.

§ 2º - As metas de que trata o inciso I deste artigo serão apuradas trimestralmente.

Art. 23 - A GSMF compõe-se de quatro parcelas, apuradas separadamente, da seguinte forma:

cada 0,1% (um décimo por cento) de incremento de arrecadação, previsto no inciso I do artigo 22 desta Lei, corresponderá ao valor equivalente a 10 (dez inteiros) UPF na composição da GSMF individual, limitada mensalmente a 416,41 (quatrocentos e dezesseis inteiros e quarenta e um centésimos) UPF;

cada R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) de recuperação de outros créditos, restituição e redução de passivo, prevista no inciso II do artigo 22 desta Lei, corresponderá ao valor equivalente a 1,5 (um inteiro e cinco décimos) UPF na composição da GSMF individual, limitada a 249,84 (duzentos e quarenta e nove inteiros e oitenta e quatro centésimos) UPF;

cada R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) de incremento de recursos financeiros decorrentes de transferências constitucionais, previsto no inciso III do artigo 22 desta Lei, corresponderá ao valor equivalente a 1,5 (um inteiro e cinco décimos) UPF na composição da GSMF individual, limitada mensalmente a 166,56 (cento e sessenta e seis inteiros e cinquenta e seis centésimos) UPF.

§ 1º - A parcela da GSMF de que trata o inciso I deste artigo, apurada com base nos valores mensais da referida parcela em um trimestre, quando positiva, serão pagas no trimestre seguinte.

§ 2º - A parcela da GSMF que tenha como fato gerador o inciso II deste artigo será paga no mês seguinte ao da ocorrência do fato.

§ 3º - A parcela da GSMF que tenha como fato gerador o inciso III deste artigo será paga mensalmente, a partir do momento da consolidação do fato e enquanto perdurarem seus efeitos financeiros, limitada ao prazo de 12 (doze) meses de efetivo pagamento.

§ 4º - Os montantes referidos nos incisos II e III deste artigo deverão ser atestados pelo Secretário de Finanças e avaliados pelo Conselho de Política Financeira, conforme dispuser o regulamento desta Lei.

§ 5º - Para efeito da apuração da parcela da GSMF prevista no inciso I deste artigo os resultados apurados mensalmente que forem inferiores às metas mensais serão considerados a razão negativa de 10 (dez), UPF para cada 0,1% de decréscimo, até o limite mensal de 416,41 (quatrocentos e dezesseis inteiros e quarenta e um centésimos) UPF.

§ 6º - O valor correspondente a 15% (quinze por cento) da GSMF apurada, será pago a cada mês, apenas quando houver apresentação de plano de trabalho para redução de despesas nos órgãos e entidades municipais, na forma que dispuser o regulamento.

Seção III

Assistente Técnico Financeiro

Art. 24 - Os titulares do cargo de Assistente Técnico Financeiro serão lotados no âmbito da Secretaria de Finanças.

Art. 25 - O vencimento dos titulares dos cargos de Assistente Técnico Financeiro corresponderá ao valor de R\$

3.568,94 (três mil quinhentos e sessenta e oito reais e noventa e quatro centavos.).

Parágrafo Único. O valor do vencimento de que trata o caput decorre do reajuste e da incorporação da Gratificação PVI-A, que é extinta, e pela parcela da Gratificação GPF, prevista no artigo 8º da Lei nº 16.560, de 30 de março de 2000, alterada pela Lei nº 17.112 de 19 de setembro de 2005, no valor correspondente a 533,06 (quinhentos e trinta e três inteiros e seis centésimos) Unidades de Produtividade Fiscal - UPF, que passa a ser constituída conforme disciplinada nesta Lei.

Seção IV

Conselheiro Fiscal e Assessor Executivo

Art. 26 - O cargo de Conselheiro Fiscal, observadas as disposições da Lei nº 16.888, de 8 de agosto de 2003, terá a sua remuneração assim definida:

vencimento que corresponde ao valor de R\$ 6.685,62 (seis mil seiscentos e oitenta e cinco reais e sessenta e dois centavos); e,

seguintes gratificações:

100% (cem por cento) da GPF;

100% (cem por cento) da GSMF, apurada conforme o art. 22 e 23 desta Lei.

§ 1º - Aplica-se ao Conselheiro Fiscal o disposto no § 2º do artigo 28.

§ 2º - O valor do vencimento de que trata o inciso I do caput deste artigo decorre da incorporação das gratificações PVI-A e PVI-T, que são extintas, e pela parcela da Gratificação GPF, prevista no artigo 8º da Lei nº 16.560 de 30 de março de 2000, alterada pela Lei nº 17.112, de 19 de setembro de 2005, no valor correspondente a 969,20 (novecentos e sessenta e nove inteiros e vinte centésimos) Unidades de Produtividade Fiscal - UPF.

§3º - O ocupante do cargo de Assessor Executivo da Secretaria de Finanças, quando não titular de cargo de Auditor do Tesouro Municipal ou Conselheiro Fiscal, perceberá 100% (cem por cento) da GSMF, apurada conforme o art. 22 e 23 desta Lei.

Seção V

Da Forma de Atribuição das Gratificações

Art. 27 - Os Auditores do Tesouro Municipal no exercício de suas atividades perceberão: até 100% (cem por cento) da GPF, nos termos do inciso I do artigo 21 e 38 desta Lei;

até 100% (cem por cento) da GSMF, apurada conforme os artigos 22 e 23 desta Lei, na mesma proporção da meta prevista no inciso I do artigo 21, também desta Lei, individualmente atingida.

Art. 28. As gratificações serão atribuídas ao Auditor do Tesouro Municipal, na forma abaixo descrita:

100% (cem por cento) da GPF, apurada na forma do art. 21 e 38 desta Lei e 100% (cem por cento) da GSMF, apurada conforme o art. 22 e 23, nos casos de:

exercício de cargos de direção, chefia e função de assessoramento na administração direta e indireta do Município;

exercício de funções gratificadas no âmbito da Secretaria de Finanças;

exercício das funções de assessoramento designadas nos termos do artigo 19 desta Lei e de Coordenação de Projetos de interesse da Secretaria de Finanças ou de Auditoria;

participação como membro de comissão de licitação ou pregoeiro no âmbito da Administração Municipal;

participação em cursos, treinamentos, seminários e demais atividades de capacitação inerentes às atribuições do cargo, desde que devidamente autorizados pelo Secretário de Finanças;

afastamento nas hipóteses previstas no artigo 76, incisos I a IX e XI a XV, e no artigo 95, incisos I e II, da Lei 14.728, de 8 de março de 1985, observado o disposto no artigo 38 da Constituição Federal.

100 % (cem por cento) da GPF nos casos de afastamento para o exercício de cargo de direção, chefia ou assessoramento na Câmara Municipal do Recife, em órgão ou entidade da União, de Estado, Distrito Federal ou de outro Município, desde que exista convênio prevendo o ressarcimento ao Município pelo órgão cessionário da remuneração paga e respectivos encargos sociais e exercício de Presidência em Sindicato representativo dos Auditores do Tesouro Municipal, conforme dispuser o Poder Executivo.

§ 1º - O enquadramento de Auditores do Tesouro Municipal no inciso II deste artigo obedecerá ao limite de 3% (três por cento) dos cargos previstos no inciso I do art. 17, não incluído neste limite o exercício da Presidência do Sindicato representativo dos Auditores Municipais.

§ 2º - Não farão jus à GSMF os Auditores do Tesouro Municipal, enquadrados no inciso II deste artigo.

Art. 29 - Ao Assistente Técnico Financeiro será concedido, em substituição a parcela da GPF que lhe era atribuída, vantagem pessoal no valor correspondente à diferença da quantidade de UPF que vinha percebendo a título de GPF na data da vigência desta Lei e o valor de 533,06 UPF, valor incorporado no vencimento conforme o Parágrafo único do artigo 25 desta Lei.

Seção VI

Da Gratificação Especial de Incremento da Arrecadação

Art. 30 - Fica criada Gratificação Especial de Incremento da Arrecadação devida aos servidores lotados na Secretaria Finanças, que não percebam a GSMF, no valor mensal de até R\$ 114,71 (cento e catorze reais e setenta e um centavos).

Parágrafo Único - Observado o limite previsto no caput, a Gratificação Individual Especial de Incremento da Arrecadação será percebida no montante equivalente a 1,00 (um inteiro) UPF, para cada 0,1% (um décimo por cento) de incremento de arrecadação, previsto no inciso I do artigo 22 desta Lei.

Seção VII

Das Implicações Previdenciárias

Art. 31 - Os servidores que ingressaram no serviço público antes da Emenda Constitucional nº 20/98, terão direito de aposentação voluntária e pensão nos termos do Art. 2º, da referida Emenda.

Parágrafo único - A GPF e a GSMF serão devidas na proporção integral que o servidor percebia no momento da aposentação.

Art. 32 - Os servidores que ingressaram no serviço público antes da Emenda Constitucional nº 41/03, terão direito de aposentação voluntária e pensão nos termos do Art. 6º, da referida Emenda.

§ 1º - A GPF será devida na proporção integral que o servidor percebia no momento da aposentação.

§ 2º - O servidor que percebe a GSMF, no momento da sua aposentação, perceberá esta parcela na mesma proporção da GPF.

Art. 33 - A gratificação a que se refere o inciso I do art. 21 desta Lei integrará os proventos de aposentadoria e as pensões, na sua integralidade, somente quando percebida pelo servidor no exercício do cargo há pelo menos 60 (sessenta) meses e será calculada, para esta finalidade, pela média aritmética do percentual da GPF alcançado pelo servidor nos últimos 60 (sessenta) meses anteriores à aposentadoria ou à instituição da pensão, ressalvadas as hipóteses de aposentadoria e pensão fundamentadas, respectivamente, no art. 40, § 1º e § 7º da Constituição Federal de 1988, na redação da Emenda Constitucional nº 41/2003.

Parágrafo Único - Os servidores que percebem a GSMF, no momento da aposentação, perceberão esta parcela na mesma proporção da GPF, observada a ressalva contida no "caput" deste artigo.

Art. 34 - As disposições dos artigos 31, 32 e 33 aplicam-se, no que couber, aos cargos de Auditor do Tesouro

Municipal, Assistente Técnico Financeiro e Conselheiro Fiscal.

Art. 35 - Os Auditores do Tesouro Municipal, os Conselheiros Fiscais e Assistentes Técnico Financeiro aposentados e seus pensionistas perceberão seus proventos e pensão da seguinte forma:

I - Auditores do Tesouro Municipal e Conselheiros Fiscais - terão os proventos e pensões formados por:

Vencimento - o valor previsto no artigo 20 e inciso I do artigo 26 desta Lei respectivamente;

GPF - o valor, em Unidades de Produtividade Fiscal - UPF, decorrente da diferença entre a quantidade de UPF percebidas antes da vigência desta Lei e 969,20 UPF, valor incorporado no vencimento previsto na alínea acima, conforme o Parágrafo único do artigo 21 e § 2º do artigo 26 desta Lei;

a parcela GSMF na mesma proporção da GPF, quando da sua aposentadoria, a ser paga por transferência pelo tesouro municipal dos recursos obtidos na forma estabelecida no inciso II, do artigo 21 desta lei.

II - Quando em virtude do cargo de Assistente Técnico Financeiro:

a título de vencimento o valor previsto no artigo 25 desta Lei;

a título de Vantagem Pessoal em substituição à GPF o valor correspondente à diferença da quantidade de UPF que vinha percebendo a título de GPF na data da vigência desta Lei e o valor de 533,06 UPF, valor incorporado no vencimento previsto na alínea acima, conforme o Parágrafo único do artigo 25 desta Lei.

Seção VIII

Disposições acessórias

Art. 36. O valor da Unidade de Produtividade Fiscal - UPF é de R\$ 4,87 (quatro reais e oitenta e sete centavos).

Art. 37. A Gratificação de Superação de Metas Fiscais - GSMF e a Gratificação Especial de Incremento da Arrecadação não serão computada para efeito do cálculo do Adicional por Tempo de Serviço.

Art. 38. A GPF será aferida pelo alcance de metas de trabalho fixadas, mediante portaria do Secretário de Finanças, com base nos critérios definidos no regulamento desta Lei.

Art. 39. Compete ao Conselho de Política Financeira fixar as metas para pagamento da GSMF, sugerir e opinar sobre:

critérios de aferição de produtividade;

previsão de receitas;

efetividade das recuperações de crédito, restituição e redução de passivo;

incremento das transferências constitucionais.

Capítulo IV

DO INCENTIVO E DA MODERNIZAÇÃO DA COBRANÇA TRIBUTÁRIA E INCREMENTO DA ARRECADAÇÃO

Seção I

Fundo Especial de Incremento da Arrecadação da Dívida Ativa do Município do Recife

Art. 40. Fica criado o Fundo Especial de Incremento da Arrecadação da Dívida Ativa do Município do Recife, gerido pelo Secretário de Assuntos Jurídicos, em consonância com o inciso XXII do art. 37 da Constituição Federal de 1988 e caput do art. 11 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, como instrumento de provisão de recursos para a formulação e implementação de projetos e ações que tenham por objetivo

incrementar e otimizar a arrecadação, pela Procuradoria da Fazenda Municipal, da Dívida Ativa do Município do Recife.

Art. 41. Constituem receitas do Fundo Especial de Incremento da Arrecadação da Dívida Ativa do Município do Recife:

os valores a ele destinados no orçamento do Município;

parcela dos honorários advocatícios cobrados sobre os créditos tributários;

percentual do incremento da arrecadação da Dívida Ativa do Município:

30% (trinta por cento) nos próximos 12(doze) meses;

20% (vinte por cento) para idêntico período posterior;

10% (dez por cento) a partir de então.
auxílios, subvenções, contribuições, doações e legados;

rendas decorrentes de aplicações financeiras de seus próprios recursos;

outros recursos que lhe sejam destinados.

§ 1º A parcela de que trata o inciso II deste artigo será obtida:

I - No caso de pagamento à vista dos créditos tributários:

16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) no caso de ultrapassagem das metas mensais de incremento da arrecadação da Procuradoria da Fazenda Municipal;

33,33% (trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento) - no caso da não ultrapassagem das metas mensais de incremento da arrecadação da Procuradoria da Fazenda Municipal;

II - No caso de pagamento parcelado dos créditos tributários:

25,00% (vinte e cinco por cento) - no caso de ultrapassagem das metas mensais de incremento da arrecadação da Procuradoria da Fazenda Municipal;

50,00% (cinquenta por cento) - no caso da não ultrapassagem das metas mensais de incremento da arrecadação da Procuradoria da Fazenda Municipal.

§ 2º O incremento de que trata o inciso III do caput deste artigo será apurado mensalmente e obtido a partir da comparação dos valores arrecadados no mês de referência com a média dos valores arrecadados no mesmo mês dos 3(três) exercícios financeiros imediatamente anteriores ao de referência.

§3º Para atualização dos valores de referência da média a que se refere o parágrafo anterior será utilizado o mesmo índice de correção dos tributos municipais.

Art. 42. Para efeito de fixação dos valores de que tratam o inciso II e o § 1º do art. 41, será estabelecida pelo Secretário de Assuntos Jurídicos meta de arrecadação que tomará por base os valores mensais apurados na forma do § 2º do art. 41 desta Lei, submetido ao Conselho de Política Financeira para homologação.

Art. 43. Os recursos do Fundo Especial de Incremento da Arrecadação de Dívida Ativa do Município do Recife serão movimentados em conta específica no mesmo banco que administrar a conta única do Município do Recife, na qual deverão ser depositados diretamente os recursos previstos no art. 41 desta Lei.

Parágrafo único. O saldo positivo existente ao final de cada exercício será transferido para o exercício seguinte.

Art. 44. Os recursos do Fundo Especial de Incremento da Arrecadação de Dívida Ativa do Município do Recife serão destinados a:

aquisição de materiais e equipamentos necessários para a cobrança da dívida ativa;

aquisição e publicação de livros e periódicos;

promoção de estudos e pesquisas destinados ao aperfeiçoamento e incremento da arrecadação da dívida ativa;

investimentos em cursos e seminários de aperfeiçoamento profissional dos Procuradores Judiciais;

aquisição ou locação de imóveis e veículos destinados aos serviços da Procuradoria da Fazenda Municipal;

aprimoramento tecnológico das ações e atividades concernentes à cobrança judicial da Dívida Ativa Tributária;

contrapartida de projetos de financiamentos da modernização dos equipamentos utilizados na cobrança judicial da Dívida Ativa Tributária; e,

outras ações, projetos, campanhas e atividades inerentes ao aprimoramento das ações e da gestão da cobrança judicial da Dívida Ativa Tributária.

Art. 45. Os honorários advocatícios de competência da Fazenda Municipal ficam fixados administrativamente em:

15% (quinze por cento) nos casos de pagamento à vista;

20% (vinte por cento) nos casos de parcelamento.

Seção II

Fundo Especial de Incremento à Arrecadação Tributária

Art. 46. Fica criado o Fundo Especial de Incremento à Arrecadação Tributária, na forma prevista na Lei nº 3.420, de 17 de março de 1964, gerido pela Secretaria de Finanças e destinado ao desenvolvimento de ações e atividades da Administração Tributária.

Art. 47. O Fundo Especial de Incremento à Arrecadação Tributária será constituído pelas receitas a ele destinadas no orçamento municipal e pelos valores correspondentes aos montantes a seguir especificados, limitados a 27.815 (vinte e sete mil, oitocentos e quinze) UPF, calculados mensalmente:

do montante que exceder a meta de incremento de arrecadação previsto no inciso I do artigo 23 desta Lei, o valor equivalente a 494 (quatrocentos e noventa e quatro) UPF por cada 0,1 % (um décimo por cento) de superação;

do montante da recuperação de outros créditos, restituição e redução de passivo prevista no inciso III do artigo 23 desta Lei, o valor equivalente a 50 (cinquenta) UPF por cada R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) de recuperação;

do montante do incremento de recursos financeiros decorrentes de transferências constitucionais previstos no inciso IV do artigo 23 desta Lei, o valor equivalente a 50 (cinquenta) UPF por cada R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) de incremento.

Art. 48. O Fundo Especial de Incremento à Arrecadação Tributária aplicará suas receitas nas seguintes atividades:

aprimoramento tecnológico das ações e atividades de Administração Tributária;

contrapartida de projetos de financiamentos da modernização dos equipamentos utilizados na gestão tributária;

aperfeiçoamento do quadro especial Grupo Pessoal Fazendário; e,

outras atividades inerentes ao aprimoramento das ações e da gestão tributária do Município.

Art. 59. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e os efeitos financeiros decorrentes do estabelecido nos artigos 2o ao 16, 20, 21, I, 25, 26, I, 29 e 35, retroagirão a 1o de maio de 2006.

§ 1º Deverá ser observado o seguinte:

os dispositivos relativos à GPF, previstos no artigo 21, Inciso I e art. 38 desta Lei, produzirão efeitos a partir da publicação, no prazo de 90 (noventa) dias da data de vigência desta Lei, de portaria do Secretário de Finanças atestando a compatibilização dos métodos de aferição desta parcela aos ditames desta Lei.

os dispositivos relativos à GSMF, previstas nos artigos 22 e 23 desta Lei, produzirão efeitos a partir da regulamentação a que se refere o artigo 55.

§ 2º Até a publicação do regulamento desta Lei, mantém-se integralmente a estrutura remuneratória anterior, sem prejuízo do que dispõe o § 3o deste artigo.

§ 3º Até que seja publicada a portaria a que se refere o inciso I desta Lei, mantém-se, para a GPF, a estrutura remuneratória da Gratificação de Produtividade Fiscal - GPF estabelecida na Lei nº 16.560, de 30 de março de 2000, devendo-se fazer a correspondência entre as atuais metas de trabalho individuais desta gratificação com o valor de Unidade de Produtividade Fiscal - UPF prevista no inciso I do artigo 21 desta Lei.

§ 4º Será atribuída à GSMF a ser paga mensalmente, correspondendo ao período de maio a setembro de 2006, o valor de 62 (sessenta e dois inteiros) Unidade de Produtividade Fiscal - UPF.

Art. 60 - Ficam revogados os artigos 1º a 4º da Lei nº 16.935, de 29 de dezembro de 2003 e o art. 5o da Lei nº 17.103, de 6 de julho de 2005.

Parágrafo Único. Os artigos 1º a 18 da Lei 16.560, de 30 de março de 2000 e a Lei 16.364, de 6 de janeiro de 1998, ficarão revogados na data em que os dispositivos relativos à GPF e GSMF, previstas no artigo 21 desta Lei, estiverem efetivamente produzindo efeitos nos termos do artigo 59 desta Lei.

Recife, 07 de julho de 2006.

JOÃO PAULO LIMA E SILVA

PREFEITO DO RECIFE

Projeto de Lei de Autoria do Chefe do Poder Executivo.

Republicado por Incorreção

ANEXO AM

LEI Nº 17.108/2005 Ementa: Dispõe sobre a adequação da estrutura da Administração Direta e Indireta do Município do Recife às novas diretrizes administrativas e consolida atribuições.

O Povo da Cidade do Recife, por seus representantes, decretou, e eu, em seu nome, sanciono parcialmente a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DIRETRIZES DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 1º As atividades da Administração Municipal Direta e Indireta e a estrutura de seus órgãos e unidades administrativas deverão ser redefinidas na forma desta Lei, obedecendo às seguintes diretrizes:

I - otimização da estrutura e do funcionamento da administração com vistas ao atendimento mais eficaz das demandas apresentadas pela sociedade;

II - racionalização da estrutura administrativa, adaptando os órgãos que compõem a administração do Município às prioridades de governo;

III - ampliação das atividades dos órgãos da administração, com o aproveitamento eficiente das suas potencialidades;

IV - valorização dos recursos humanos da municipalidade e sua participação no planejamento e monitoramento da gestão;

V - Destacar as relações estratégicas extra-município, potencializando apoios ao desenvolvimento local;

VI - Adequar a estrutura administrativa ao modelo de gestão participativa regionalizado, integrando as políticas públicas no processo de planejamento, desenvolvimento, monitoramento dos programas, projetos e ações;

VII - Reestruturar a atuação da Secretaria de Governo em sua interação com as demais Secretarias com vistas a fortalecer as interlocuções com demandas do Poder Legislativo, setores econômicos, acadêmicos e sociais.

CAPÍTULO II

DOS ORGANISMOS

Art. 2º São órgãos da Administração Direta:

I - gabinete do prefeito;

II - gabinete do vice-prefeito;

III - secretaria de coordenação política de governo;

IV - secretaria de assuntos jurídicos;

V - secretaria de administração e gestão de pessoas;

VI - secretaria de finanças;

VII - secretaria de planejamento participativo, obras e desenvolvimento urbano e ambiental;

VIII - secretaria de gestão estratégica e relações internacionais;

IX - secretaria de serviços públicos;

X - secretaria da assistência social;

XI - secretaria de saúde;

XII - secretaria de educação, esporte e lazer;

XIII - secretaria de cultura;

XIV - secretaria de turismo;

XV - secretaria de habitação;

XVI - secretaria de ciência, tecnologia e desenvolvimento econômico;

XVII - secretaria de direitos humanos e segurança cidadã.

Art. 3º São entidades da Administração Indireta:

I - Fundação de Cultura da Cidade do Recife - FCCR;

II - Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães - GERALDÃO;

III - Autarquia Municipal de Previdência e Assistência à Saúde dos servidores;

IV - Instituto de Assistência Social e Cidadania - IASC;

V - Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana - EMLURB;

VI - Empresa de Urbanização do Recife - URB/RECIFE;

VII - Empresa Municipal de Informática - EMPREL;

VIII - Companhia de Serviços Urbanos do Recife - CSURB;

IX - Companhia de Trânsito e Transportes Urbanos - CTTU.

CAPÍTULO III

DAS ATRIBUIÇÕES DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Seção I

Do gabinete do prefeito

Art. 4º São atribuições do Gabinete do Prefeito:

I - prestar assessoramento imediato ao Prefeito em assuntos técnicos, administrativos, políticos, de assistência militar e civil;

II - executar e contratar as atividades concernentes às áreas de pessoal, suprimento, finanças, patrimônio, transportes e orçamento, e demais que visem à manutenção das suas condições de operação;

III - desenvolver ações de apoio direto e imediato ao Prefeito de acordo com as necessidades de natureza protocolar, institucional e demais assuntos relacionados à administração pública municipal;

IV - cuidar da segurança pessoal do Prefeito e seu assessoramento pertinente em eventos e demais deslocamentos;

V - formular, transversalizar e executar a política municipal de equidade de gênero, elaborando programas, projetos e planos de forma integrada em nível municipal, estadual e federal, fixando prioridades para a execução das ações, captação e aplicação de recursos;

VI - priorizar a questão de gênero, visando reduzir as desigualdades sociais entre homem e mulheres do Município;

VII - elaborar e implementar a política municipal de equidade de gênero, através da sua subordinada coordenadoria da mulher.

Seção II

Do gabinete do vice-prefeito

Art. 5º É atribuição do Gabinete do Vice-Prefeito assessorar o Vice-Prefeito em assuntos da Administração Pública Municipal, e sempre que necessário, auxiliar o Gabinete do Prefeito.

Seção III [...]

Seção VI

Da secretaria de finanças

Art. 13. A Secretaria de Finanças é órgão superior, subordinada diretamente ao Prefeito, constituindo o núcleo central do sistema de planejamento, controle, orientação e execução da política fiscal, tributária, orçamentária, financeira e de compras do Município.

Art. 14. São atribuições da Secretaria de Finanças:

I - analisar e avaliar permanentemente a situação econômica e financeira do Município;

II - dirigir e executar as políticas e a administração tributária, fiscal, econômica e financeira do Município;

III - elaborar estudos e pesquisas para a previsão da receita, bem como adotar as providências executivas para obtenção de recursos financeiros de origem tributária e outros;

IV - realizar a contabilidade geral do Município;

V - inscrever os débitos tributários na dívida ativa;

VI - oferecer orientação e definir o relacionamento com os contribuintes;

VII - controlar os investimentos públicos e a dívida pública municipal;

VIII - elaborar os projetos de Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual, promover o controle e a execução do orçamento do Município;

IX - proceder ao controle físico e contábil do patrimônio mobiliário e imobiliário do Poder Executivo;

X - dirigir e executar a política e a administração das compras e controle de contratos, termos e convênios do Município;

XI - proceder ao Controle interno no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município;

XII - oferecer, através de seus órgãos específicos, consultoria e assessoria financeira, orçamentária e contábil aos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta;

XIII - exercer outras atividades correlatas com as suas atribuições.

Art. 15. É vinculada à Secretaria de Finanças a Empresa Municipal de Informática - EMPREL e para efeito de supervisão do cumprimento dos fins estatutários, sem prejuízo de suas autonomias administrativa e financeira observado o disposto nesta lei.

[.....]

CAPÍTULO V

DAS QUESTÕES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 46. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais ao orçamento anual, suplementares e especiais, até o limite dos saldos de dotações orçamentárias existentes na data da publicação desta Lei com recursos do Tesouro e de outras fontes, e a promover a adaptação dos programas de trabalho dos órgãos municipais e entidades da administração indireta constantes da presente Lei, conforme suas atribuições, considerando o disposto no art. 25 da Lei nº 17.031, de 23 de setembro de 2004 e no art. 15 da Lei nº 17.055, de 15 de dezembro de 2004.

§ 1º Os recursos necessários ao financiamento dos créditos adicionais, de que trata o caput serão obtidos na forma prevista no artigo 43, § 1º, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

§ 2º Os fundos municipais existentes nesta data, criados na forma da lei federal nº 4320, de 17 de março de 1964, serão vinculados a cada Secretaria conforme sua finalidade, na forma de regulamento.

Art. 47. Fica o Poder Executivo autorizado, ainda, a corrigir os valores dos créditos adicionais previstos no artigo anterior, através de créditos suplementares, conforme o disposto nos artigos 9º e 10 da Lei nº 17.055, de 15 de dezembro de 2004.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

[...]

“§ 2º Os servidores do Município ou de outro ente federado a disposição do Município, que ocuparem cargo de Secretário Municipal, poderão optar pelo subsídio deste cargo ou pela remuneração correspondente ao cargo efetivo ocupado, situação em que perceberá, além da remuneração mencionada, o valor correspondente a 80% (oitenta por cento) do subsídio do cargo de Secretário Municipal a título de verba representação, de natureza indenizatória”.

Art. 64. Fica autorizada, com a anuência do Prefeito, a cessão de Procuradores Judiciais, Auditores do Tesouro Municipal e Assessores Jurídicos, com todas as suas vantagens, para exercer os cargos de Ministro, Secretário do Estado de Pernambuco ou Secretários de Municípios do Estado de Pernambuco com população superior a 200.000 (duzentos mil) habitantes.

Art. 65. Revoga-se a lei 16662, de 19 de junho de 2001, bem como todas as demais disposições que colidam com as desta lei, em especial o art. 31 da lei 16729, de 27 de dezembro de 2001.

Art. 66. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Recife, 27 de julho de 2005

JOÃO PAULO LIMA E SILVA

Prefeito

ANEXO I

TABELA DE CARGOS E FUNÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DO RECIFE	
Símbolo	Quantidade
DS	16
DS0	24
DS1	13
DS2	185
DDR	349
DDP	434
DDI	560
CS	39
CSEC	10
CTOR	17
FG1	438
FG2	135
FG3	18

ANEXO III

TABELA DE VALORES DOS SÍMBOLOS DE CARGOS COMISSIONADOS E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DO RECIFE

Símbolo	Valor (R\$)	Incentivo ao servidor sem vínculo com o serviço público (R\$)
DS	8.850,00	-
DS0	5.997,45	-
DS1	4.216,86	-
DS2	2.530,11	-
DDR	1.119,26	671,55
DDP	741,84	408,01
DDI	455,49	204,97
CS	325,35	130,14
CSEC	286,30	100,20
CTOR	260,28	78,08
FG1	325,35	-
FG2	286,30	-
FG3	260,28	-

ANEXO V

SÍNTESE DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES CARGOS COMISSIONADOS E FUNÇÕES GRATIFICADAS

1 - Secretário Municipal, símbolo DS:

I - exercer a direção geral, orientar, coordenar e fiscalizar os trabalhos dos órgãos que lhe são diretamente subordinados;

II - exercer supervisão técnica e normativa sobre os assuntos de competência da secretaria, ainda que a sua execução esteja delegada a outro órgão;

III - assessorar o Prefeito na formulação das políticas administrativas da Prefeitura;

IV - despachar pessoalmente com o Prefeito o expediente da sua área de competência, bem como participar de reuniões quando convocado;

V - coordenar o levantamento e a avaliação dos problemas públicos a cargo de sua secretaria e apresentar soluções no âmbito do planejamento governamental;

VI - encaminhar ao órgão competente a proposta orçamentária para o ano imediato;

VII - apresentar ao Prefeito relatório de atividades dos órgãos sob sua responsabilidade;

VIII - realizar levantamento e encaminhar ao Gabinete do Prefeito as informações e os dados estatísticos solicitados para efeito de acompanhamento da execução do plano de governo;

IX - baixar portarias, instruções e ordens de serviço para a boa execução dos trabalhos das unidades sob sua direção;

X - proferir despachos interlocutórios em processos cuja decisão caiba ao Prefeito e despachos decisórios naqueles de sua competência;

XI - aprovar a escala de férias dos servidores da secretaria;

XII - opinar em pedidos de licença para o trato de interesses particulares;

XIII - prorrogar ou antecipar, pelo tempo que julgar necessário, o expediente da secretaria, de acordo com as normas regulamentares;

XIV - autorizar a prestação de serviços extraordinários por servidores da secretaria;

XV - solicitar ao Prefeito a contratação de servidores para a secretaria, nos termos da legislação em vigor;

XVI - abonar, quando for o caso, atrasos e faltas de servidores sob sua subordinação;

XVII - aplicar penas disciplinares e propor a aplicação daquelas que excedam sua competência;

XVIII - determinar a realização de sindicâncias para a apuração sumária de faltas ou irregularidades, bem como solicitar ao Prefeito, quando couber, a instauração de inquéritos administrativos;

XIX - autorizar servidores da secretaria a frequentar cursos ou atividades de aperfeiçoamento de interesse do trabalho;

XX - articular e consolidar as políticas públicas relativas à sua área;

XXI - acompanhar os resultados da implementação das ações públicas municipais no que diz respeito ao desenvolvimento da sua área;

XXII - ser agente interlocutor entre o poder público e a atividade privada nas questões afetas às funções da secretaria;

XXIII - promover o debate sobre os temas relevantes ao município e na região de influência;

XIV - requisitar processos sob análise de órgãos de sua Secretaria, para neles proferir decisão;

XV - desenvolver outras atividades correlatas que lhe venham a ser atribuídas pelo Prefeito.

2 - Regente Titular da Orquestra Sinfônica do Recife, símbolo DS.

I - Reger a Orquestra Sinfônica do Recife;

II - Exercer todas as atribuições de administração e gestão da Orquestra Sinfônica do Recife

3 - Coordenador Geral, símbolo DS0:

I - coordenar a área específica sob seu comando;

II - elaboração de projetos e captação de recursos;

III - gestão da equipe quanto ao desempenho e delegação de atribuições;

IV - planejamento e execução das ações programadas;

V - reportar-se às diretrizes da Secretaria a qual se subordina;

VI - manter atualizadas as informações pertinentes ao desempenho e ações da área;

VII - executar outras atividades correlatas ou que lhe venham a ser atribuída pelo (a) Secretário (a) e demais instâncias superiores.

4 - Assessor Executivo, símbolo DS0:

I - coordenar sob orientação do Secretário (a), as atividades de planejamento, organização, execução e gerenciamento da Secretaria e demais órgãos da administração municipal vinculados a esta;

II - promover a integração e interação entre os diversos órgãos da Secretaria e as políticas e ações definidas em todas as áreas;

III - auxiliar e assessorar o (a) Secretário (a) no exercício de suas atribuições;

IV - coordenar e orientar a realização de estudos, levantamento de dados e elaboração de propostas de projetos que levem à melhoria do desenvolvimento das atividades da Secretaria e dos seus serviços;

V - executar outras atividades correlatas ou que lhe venham a ser atribuídas pelo (a) Secretário (a).

5 - Assessor Especial, símbolo DS1:

I - assessorar o Prefeito e Secretários ou Presidente na resolução de demandas específicas ou de âmbito estratégico para a gestão;

II - analisar ações e resultados, emitindo pareceres e respaldando ações dos superiores ao qual presta assessoria;

III - orientar as equipes de execução quanto a execução de demandas e diretrizes emitidas pela área a qual responde;

IV - atender autoridades e encaminhar providências conforme demandado;

V - acompanhar o executivo ao qual assessora em demandas internas ou externas, bem como em missões especiais;

VI - executar outras atividades correlatas ou que lhe venham a ser atribuídas por instâncias superiores.

6 - Regente Titular da Banda Sinfônica do Recife e Spalla da Orquestra Sinfônica do Recife, símbolo DS1

7 - Diretor, no âmbito da Administração Indireta, símbolo DS1:

I - orientar, controlar e fazer cumprir a política estabelecida pelo Órgão da Administração indireta em que esteja lotado, no que se refere ao planejamento, orientação e definição das atividades desenvolvidas pelos diversos serviços e demandas da sua área de atuação;

II - coordenar a aplicação do planejamento estratégico estabelecido que permita o ente levar a efeito as ações determinadas;

III - coordenar a equipe sob sua direção, avaliando desempenho e resultados das ações e projetos empreendidos;

IV - apresentar, periodicamente, relatório circunstanciado e crítico sobre as ações empreendidas, indicando falhas e possíveis soluções;

V - desenvolver outras atividades correlatas que lhe venham a ser atribuídas.

8 - Diretor, no âmbito da Administração Direta, símbolo DS2:

I - orientar, controlar e fazer cumprir a política estabelecida pela Secretaria no que se refere ao planejamento, orientação e definição das atividades desenvolvidas pelos diversos serviços e demandas da pasta;

II - coordenar a aplicação do planejamento estratégico estabelecido que permita a Secretaria levar a efeito as ações determinadas;

III - coordenar a equipe sob sua direção, avaliando desempenho e resultados das ações e projetos empreendidos;

IV - apresentar, periodicamente, relatório circunstanciado e crítico sobre as unidades , indicando falhas e possíveis soluções;

V - empreender esforços para elaboração de projetos e captação de recursos que viabilizem ações da pasta;

VI - desenvolver outras atividades correlatas que lhe venham a ser atribuídas.

VII - Exercer, quando se trata da Banda Sinfônica da Cidade do Recife a função de Regente assistente

9 - Assessor Técnico 1, símbolo DS2:

I - assessorar o (a) Prefeito, Secretário (a) ou Presidente no planejamento de ações, na organização dos meios e na coordenação das atividades do Gabinete e das Diretorias e Gerências;

II - assistir aos Gabinetes em assuntos técnicos;

III - analisar o funcionamento das atividades do Gabinete, propondo providências visando o seu contínuo aprimoramento;

IV - estudar processos e assuntos que lhe sejam submetidos pelo (a) Secretário (a), elaborando pareceres que se tornarem necessários;

V - despachar com o titular e participar de reuniões quando convocado;

VI - executar outras atividades correlatas ou que lhe venham a ser atribuídas por instâncias superiores.

10 - Assessor Técnico 2, símbolo DDR:

I - assessorar o (a) Secretário (a) ou Presidente no planejamento de ações, na organização dos meios e na coordenação das atividades das Diretorias e Gerências;

II - assistir aos Gabinetes em questões relativas às rotinas de trabalho das Diretorias e Gerências;

III - executar demandas conforme delegação específica do superior hierárquico ao qual se reporta;

IV - despachar com o titular e participar de reuniões quando convocado;

V - dar assistência às unidades e diretorias integrantes da Secretaria nos trabalhos de planejamento e programação de suas atividades.

VI - desenvolver outras atividades correlatas que lhe venham a ser atribuídas pelo (a) Secretário (a).

VII - exercer, quando se trata da Orquestra Sinfônica do Recife, as funções próprias de Regente do Coral Sinfônico;

VIII - exercer quando se trata da Orquestra Sinfônica do Recife, e da Banda Sinfônica do Recife a função de Diretor de Produção Artística.

11 - Assistente Técnico, símbolo DDP:

I - assistir ao Gabinete do Secretário ou Presidente na efetivação de ações propostas, na organização dos meios de execução e no apoio às atividades das suas unidades;

II - assistir ao titular da área em assuntos de natureza administrativas e operacionais;

III - analisar o funcionamento das atividades da pasta, propondo providências visando o seu contínuo aprimoramento;

IV - assistir ao titular da área em questões de rotinas de trabalho das unidades;

V - estudar processos e assuntos que lhe sejam submetidos pelo titular da área, elaborando pareceres que se tornarem necessários;

VI - despachar com o titular e participar de reuniões quando convocado;

VII - desenvolver outras atividades correlatas que lhe venham a ser atribuídas pelo (a) Secretário (a).

12 - Assistente de Serviços, símbolo DDI:

- I - prestar assistência direta e apoio administrativo ao (a) Secretário(a) ou Presidente e demais unidades que compõem a pasta;
- II - organizar arquivo do gabinete e dos demais documentos sob sua responsabilidade;
- III - elaborar minutas de correspondência oficial e redigir despachos específicos;
- IV - atender chamadas telefônicas;
- V - Selecionar documentos para encaminhamento e apreciação do titular da pasta e demais diretorias ;
- VI - preparar agenda de compromissos e controlar seu cumprimento;
- VII - receber e encaminhar público externo e interno;
- VIII - preparar reuniões convocando participantes e redigindo atas;
- IX - requisitar e controlar a distribuição de material de expediente;
- X - controlar todo acervo patrimonial a disposição do órgão;
- XI - providenciar remessa de documentos para outros órgãos e instituições diversas.

13 - Gerentes:

- I - Gerente de Área, símbolo DDR: Comandar uma equipe voltando-se para estratégias, planejamento e acompanhamento de resultados, mediante orientações gerais e diretrizes amplas.
- II - Gerente Operacional, símbolo DDP: Comandar uma equipe viabilizando ações específicas, orientar em técnicas apropriadas para ações determinadas, executar ações de operação concreta e bem definida.
- III - Gerente de Serviços, símbolo DDI: Comandar a execução direta dos serviços no próprio local mesmo da ação, com tarefas de resultados imediatos, seguindo orientações específicas, executando ações qualificadas e reportando resultados imediatos.

Compete ainda, de forma generalista, a todos os gerentes:

- a) orientar, acompanhar e fazer cumprir as delegações da Diretoria e instâncias superiores, quanto a execução de demandas específicas da área sob sua gestão;
- b) orientar a equipe sob seu comando na execução das atividades delegadas, acompanhando seu desempenho e provendo meios para efetivação das ações propostas ;
- c) participar de reuniões e prover a área de informações pertinentes, relevantes para o desempenho de suas atribuições;

d) prestar apoio às Diretorias, Assessorias e conforme lhe seja solicitado, no que concerne a subsidiar-lhes as ações e planejamento;

e) exercer atividades específicas quanto a elaboração de projetos e captação de recursos;

f) desenvolver outras atividades correlatas que lhe venham a ser atribuídas.

14 - Supervisor 1, símbolo FG1:

I - supervisionar e acompanhar diretamente a equipe e serviços sob sua responsabilidade quanto a execução das ações, cumprimento de prazos e orientações;

II - orientar e executar instruções específicas, conforme demandadas;

III - prestar apoio direto na efetivação de ações no que se refere a atividades administrativas e operacionais;

IV - desenvolver outras atividades correlatas que lhe venham a ser atribuídas.

15 - Supervisor 2, símbolo FG2:

I - executar e acompanhar diretamente os serviços e a equipe sob sua supervisão, responsabilizando-se pelo pleno cumprimento dos prazos e pela exatidão das ações;

II - executar instruções específicas, conforme demandadas;

III - executar e organizar serviços de apoio no âmbito administrativo e operacional;

IV - desenvolver outras atividades correlatas que lhe venham a ser atribuídas.

16 - Supervisor 3, símbolo FG3:

I - executar e acompanhar atividades específicas, responsabilizando-se pelo cumprimento de ações demandadas por superior hierárquico;

II - executar serviços de apoio no âmbito administrativo e operacional;

III - desenvolver outras atividades correlatas que lhe venham a ser atribuídas.

ANEXO AN

DECRETO Nº 21.210, DE 29 DE JULHO DE 2005

Ementa: Dispõe sobre as nomenclaturas dos cargos comissionados e funções gratificadas e sobre a estrutura dos órgãos da Administração Direta do Município do Recife em regulamentação à Lei nº 7.108/2005.

O Prefeito do Recife, no uso das atribuições constantes do art. 54, inciso IV, da Lei Orgânica do Município do Recife, e na forma prevista no parágrafo único do art. 43 da Lei nº 17.108/2005,

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre as nomenclaturas dos cargos comissionados e funções gratificadas e sobre a estrutura dos órgãos da Administração Direta do Município do Recife.

Art. 2º Estão dispostos no anexo I deste decreto as nomenclaturas dos cargos comissionados e funções gratificadas e no anexo II a estrutura dos órgãos do Poder Executivo do Município.

Art. 3º O detalhamento de cada órgão, contendo suas atribuições específicas, bem como as atribuições dos cargos comissionados e funções gratificadas constarão de regimento interno a ser aprovado por Decreto ulterior.

Art. 4º Os órgãos ou entidades que sofreram alterações em suas atribuições, inclusive recebendo atribuições de órgãos extintos pela Lei ora regulamentada, ficam autorizados a incorporar os projetos/atividades, previstos na Lei Orçamentária nº 17.055, de 15 de dezembro de 2004, dos órgãos ou entidades extintas, a partir desta data, nos termos de decreto a ser posteriormente editado.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 28 de julho de 2005.

Recife, 29 de julho de 2005

João Paulo Lima e Silva

Prefeito

Carlos Alberto Soares Padilha

Secretário de Administração e Gestão De Pessoas

Elísio Soares de Carvalho Júnior

Secretário de Finanças

José Múcio Magalhães de Souza

Secretário de Coordenação Política de Governo

Tatiana Maia da Silva Mariz

Secretária de Assuntos Jurídicos, em exercício

ANEXO I do DECRETO Nº 21.210/2005

Gabinete do Prefeito

Quant.	Símbolo	Cargo Comissionado / Função Gratificada
01	DS0	Chefe de Gabinete
01	DS0	Coordenador(a) Geral da Coordenadoria da Mulher
04	DS1	Assessor Especial
04	DS2	Assessor Técnico 1
01	DS2	Assessor Técnico 1 - Assistente Militar
01	DS2	Assessor Técnico 1 - Assistente Polícia Civil
01	DS2	Diretor de Administração Setorial
01	DDR	Gerente de Documentação e Protocolo
01	DDR	Gerente de Políticas Temáticas
01	DDR	Gerente de Coordenação Regional
05	DDP	Assistente Técnico
01	DDP	Gerente Operacional de Gestão de Pessoas
01	DDP	Gerente Operacional de Finanças e Abastecimento
01	DDP	Gerente Operacional de Compromisso e Agenda
06	DDP	Gerente Operacional de Temáticas Regionais
14	DDI	Assistente de Serviços
01	DDI	Gerente de Serviços de Manutenção e Frota
01	DDI	Gerente de Serviços da Casa Abrigo Sempre Viva
01	DDI	Gerente de Serviços do Centro de Referência Clarice Lispector
01	FG2	Supervisão 2

Gabinete do Vice-Prefeito

Quant.	Símbolo	Cargo Comissionado / Função Gratificada
01	DS0	Chefe de Gabinete
04	DS2	Assessor Técnico 1
01	DDR	Assessor Técnico 2
02	DDP	Assistente Técnico
01	DDI	Assistente de Serviços

Secretaria de Finanças

Quant.	Símbolo	Cargo Comissionado / Função Gratificada
01	DS	Secretário
01	DS0	Assessor Executivo
01	DS2	Diretor de Administração Financeira
01	DS2	Diretor de Contabilidade do Município
01	DS2	Diretor de Licitações e Compras
01	DS2	Diretor de Administração Tributária

01	DS2	Diretor de Orçamento
01	DS2	Diretor de Administração Setorial
02	DS2	Assessor Técnico 1
05	DS2	Assessor Técnico 1 Comissão Permanente de Licitação
22	DDR	Assessor Técnico 2
01	DDR	Assessor Jurídico
01	DDR	Gerente de Controle Interno
01	DDR	Gerente de Tributos Imobiliários
01	DDR	Gerente de Fiscalização Tributária
01	DDR	Gerente de Arrecadação e Cobrança
01	DDR	Gerente de Programação Financeira e Dívida Pública
01	DDR	Gerente de Administração Financeira
01	DDR	Gerente de Controle de Liquidação da Despesa
01	DDR	Gerente de Contabilidade
01	DDR	Gerente de Planejamento
01	DDR	Gerente de Relações Comerciais
01	DDR	Gerente de Logística de Materiais
01	DDR	Gerente de Suporte a Licitações e Contratos
06	DDP	Assistente Técnico
01	DDP	Assistente Técnico do Conselho de Recursos Fiscais
01	DDP	Gerente Operacional de Atendimento ao Contribuinte
01	DDP	Gerente Operacional de Tributos Mercantis
01	DDP	Gerente Operacional de Contencioso Administrativo
01	DDP	Gerente Operacional de Apoio Técnico Orçamentário
01	DDP	Gerente Operacional de Programação Orçamentária
01	DDP	Gerente Operacional de Estudos Orçamentários
01	DDP	Gerente Operacional de Desenvolvimento Orçamentário
01	DDP	Gerente Operacional de Contratos e Convênios
01	DDP	Gerente Operacional de Patrimônio
01	DDP	Gerente Operacional de Registros Contábeis
01	DDP	Gerente Operacional de Prestação de Contas
40	DDI	Assistente de Serviços
02	DDI	Assistente de Serviços do Conselho de Recursos Fiscais
01	DDI	Gerente de Serviços de Atendimento
01	DDI	Gerente de Serviços de Cadastramento
01	DDI	Gerente de Serviços de Cadastro e Lançamento de Tributos Mercantis
01	DDI	Gerente de Serviços de Processos Fiscais
01	DDI	Gerente de Serviços de Cartografia
01	DDI	Gerente de Serviços de Atendimento a Processos
01	DDI	Gerente de Serviços de Avaliação Imobiliária

01	DDI	Gerente de Serviços de Planejamento e Ação Fiscal
01	DDI	Gerente de Serviços de Cobrança de Tributos
01	DDI	Gerente de Serviços de Programação e Controle de Fiscalização
01	DDI	Gerente de Serviços de Controle da Arrecadação
01	DDI	Gerente de Serviços de Acompanhamento Orçamentário
01	DDI	Gerente de Serviços de Elaboração Orçamentária
01	DDI	Gerente de Serviços de Programação Financeira
01	DDI	Gerente de Serviços de Controle da Dívida Pública
01	DDI	Gerente de Serviços de Execução Orçamentária e Financeira
01	DDI	Gerente de Serviços de Operações Financeiras
01	DDI	Gerente de Serviços de Cadastro e Lançamento de Tributos Imobiliários
01	DDI	Gerente de Serviços de Controle de Bens Imóveis
01	DDI	Gerente de Serviços de Controle de Bens Móveis
01	DDI	Gerente de Serviços de Documentação Contábil
01	DDI	Gerente de Serviços de Convênios
01	DDI	Gerente de Serviços Administrativos
01	DDI	Gerente de Serviços de Contratos
01	DDI	Gerente de Serviços Financeiros
01	DDI	Gerente de Serviços de Auditoria
01	DDI	Gerente de Serviços de Planejamento do Controle Interno
01	DDI	Gerente de Serviços de Planejamento de Compras
01	DDI	Gerente de Serviços de Análise Econômica-financeira de Revisões Contratuais
01	DDI	Gerente de Serviços de Controle de Compras
01	DDI	Gerente de Serviços de Especificação de Bens e Serviços
01	DDI	Gerente de Serviços de Cadastro e Controle de Preços
01	DDI	Gerente de Serviços de Cotações
01	DDI	Gerente de Serviços de Monitoramento de Estoques
01	DDI	Gerente de Serviços de Recebimento e Expedição de Materiais
01	DDI	Gerente de Serviços de Supervisão às Licitações
01	DDI	Gerente de Serviços de Credenciamento de Fornecedores
01	DDI	Gerente de Serviços de Monitoramento de Contratos
40	FG1	Supervisor 1
08	FG2	Supervisor 2
01	FG3	Supervisor 3

ANEXO AO

DECRETO Nº 22.148, DE 02 DE AGOSTO DE 2006.

Ementa: Regulamenta a criação e extinção dos cargos comissionados contidos no art. 53 da Lei nº 17.239/2006.

O Prefeito do Recife, no uso de suas atribuições constantes do art. 54, inciso IV, da Lei Orgânica do Município do Recife;

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto regulamenta a criação e extinção dos cargos comissionados dos órgãos da Administração Direta do Município do Recife criados pela Lei nº 17.239/2006.

Art. 2º Os cargos comissionados símbolo DS1 criados pela Lei nº 17.239/2006, em substituição aos cargos símbolo DS2 que foram extintos, passam a ter as localizações e nomenclaturas indicadas no Anexo único deste Decreto.

Art. 3º O detalhamento das atribuições dos cargos comissionados e os ajustes nos organogramas constarão do regimento interno de cada secretaria a ser aprovado por Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 6 de julho de 2006.

Recife, 2 de agosto de 2006.

JOÃO PAULO LIMA E SILVA

Prefeito do Recife

EVALDO MELO DE OLIVEIRA

Secretário de Saúde

RÔMULO GUERRA DE MENESES

Secretário de Administração e Gestão de Pessoas

ELÍSIO SOARES DE CARVALHO JÚNIOR

Secretário de Finanças

MARIA LUIZA MARTINS ALÉSSIO

Secretaria de Educação, Esporte e Lazer

JOSÉ MÚCIO MAGALHÃES DE SOUZA

Secretário de Coordenação Política de Governo

BRUNO ARIOSTO LUNA DE HOLANDA

Secretário de Assuntos Jurídicos

ANEXO ÚNICO

Secretaria de Finanças		
Situação	Símbolo	Cargo Comissionado
Extinto	DS2	Diretor de Administração Financeira
Novo	DS1	Diretor Geral de Administração Financeira
Extinto	DS2	Diretor de Contabilidade do Município
Novo	DS1	Diretor Geral de Contabilidade do Município
Extinto	DS2	Diretor de Licitações e Compras
Novo	DS1	Diretor Geral de Licitações e Compras
Extinto	DS2	Diretor de Administração Tributária
Novo	DS1	Diretor Geral de Administração Tributária
Extinto	DS2	Diretor de Orçamento
Novo	DS1	Diretor Geral do Orçamento do Município